

A Internacional

Revista do Comité de Organização pela reconstituição
da IVª Internacional (CORQI)

**Conferência de urgência
em defesa da IVª Internacional e da sua unidade,
baseada no seu programa de fundação,
nos textos da reproclamação de 1993
e nos seus princípios**

TURIM (Itália)

5, 6 e 7 de Fevereiro de 2016



Sumário

• Apresentação.....	P. 3
• Introdução	P. 4
• Relatório.....	P. 5
• Discussão.....	P. 22
• Resposta	P. 45
• Discussão.....	P. 52
• Conclusão	P. 61
• Mensagens	P. 63
• Comunicado da Conferência de urgência	P. 66
• Manifesto aos trabalhadores, Jovens e militantes operários	P. 67
• Glossário.....	P. 71

A Internacional

Revista do Comité de Organização pela Reconstituição da IVª Internacional (CORQI)

Director de publicação: Daniel Gluckstein

Endereço: 34, rue Villiers-de-L'Isle-Adam 75020 Paris (França)

Apresentação

Nos dias 5, 6 e 7 de Fevereiro de 2016, reuniu-se, na Itália, a conferência de urgência em defesa da IVª Internacional e da sua unidade, baseada no seu programa de fundação e nos textos da reproclamação de 1993.

A conferência reuniu 46 delegados vindos de 17 países dos quatro continentes.

Três dias de debates sobre a crise da IVª Internacional, as suas raízes, o seu significado e a necessidade de nos organizarmos para assegurar a continuidade política da IVª Internacional fundada por Leão Trotsky em 1938 e reproclamada com o camarada Lambert em 1993, ora sujeita a uma ofensiva revisionista e liquidacionista que ameaça a sua existência.

Ao cabo (provisório) destes três dias de debate livre, os participantes adoptaram: um comunicado e um manifesto aos trabalhadores, jovens e militantes operários do mundo inteiro, a todos os partidários da IVª Internacional.

Considerando que só a livre discussão permitirá apurar onde está o revisionismo liquidacionista e onde está o trotskismo:

- Decidiram constituir-se em Comité de Organização pela Reconstituição da IVª Internacional (CORQI) (reproclamada em 1993) e publicar *A Internacional*, revista do CORQI.
- Mandataram para constituir o organismo animador do Comité de Organização os 16 membros eleitos para o conselho geral no VIIIº congresso mundial que fizeram parte integrante da conferência de urgência.
- Constituíram um comité de correspondência, à razão de um camarada por país, para publicar a revista.
- Na linha da conferência de Barcelona de 1991 que constituiu o Acordo Internacional dos Trabalhadores e dos Povos pela Internacional Operária, e respeitando a iniciativa tomada pelos seus organizadores, apelam a que, por toda a parte, se contribua para o sucesso da conferência mundial de Mumbai contra a guerra, a exploração e o trabalho precário.
- Nesta base, apelam a todos os militantes, grupos e organizações para iniciarem e prosseguirem a livre discussão para superar a crise da IVª Internacional

Introdução

Caros camaradas, bem-vindos a Turim!

Sentimo-nos orgulhosos por acolher esta conferência, para uma discussão que toda a gente acha muito importante e muito urgente. Turim é a cidade da Fiat, é uma cidade em que, nas décadas de setenta e oitenta, havia 120.000 operários.

Hoje, já só há 10.000, a maioria em desemprego técnico. Porém, a questão dos trabalhadores, a questão da luta de classes continua a ser uma questão central para a Itália. Turim desempenha um papel importante na resistência da classe operária, e aí temos nós um papel.

A secção italiana desempenha um papel, modesto, mas importante. No jornal *La Repubblica* de hoje, um dos mais importantes jornais italianos, há, na página de Turim, uma entrevista com um dos nossos camaradas, que é delegado a esta conferência e que, além disso, é delegado CGIL em Turim, delegado da FIOM (a federação da metalurgia), a mais importante federação sindical, que procura resistir no terreno da defesa dos trabalhadores.

É legítimo perguntar porque decidimos realizar esta conferência na Itália. Queria relevar dois aspectos. O primeiro, como toda a gente sabe, é que há tensões na direcção da secção francesa, que provocaram uma crise, e nós procurámos evitar dar ensejo a qualquer provocação, de modo a poder realizar esta conferência sem problemas, a poder discutir livremente. Por outro lado, como toda a gente sabe, a França está em estado de emergência desde 13 de Novembro. Portanto, havia igualmente dificuldades objectivas. Por último, há uma razão que tem directamente que ver com a história da IVª Internacional e com os seus princípios, particularmente o princípio defendido pelo camarada Lambert na época em que procedemos à reconstrução da IVª Internacional, nos anos sessenta, depois da enorme crise que ela conheceu nos anos cinquenta. Em 1993, foi reproclamada a IVª Internacional. Lambert sublinhava sempre que nenhuma secção era “mais importante” que as outras, ou “menos importante”.

Há igualdade entre todas as secções. Sentimo-nos orgulhosos de poder acolher a conferência, e tenho a certeza de que todos os organizadores e participantes nesta conferência se sentem orgulhosos de estarem aqui na Itália, país cuja secção, embora numericamente não muito grande, está desempenhando um papel, do mesmo modo que as outras secções que têm mais ou menos militantes, que procuram resistir; é assim que se afirma a filiação na Internacional.

Para nós, aqui na Itália, este princípio é muito importante. Estava dizendo há pouco que, há vinte e cinco anos, estávamos em Barcelona, constituindo o Acordo Internacional dos Trabalhadores e dos Povos, e que o trabalho que temos levado a cabo sempre se baseou nesta questão da Internacional, o que tanto diz respeito à IVª Internacional como ao Acordo. A Internacional, para nós, é o partido. É verdade que, aqui na Itália, não temos um partido dos trabalhadores; mas nós pertencemos a um partido, a Internacional, e nós somos a Internacional, e sentimo-nos orgulhosos de estarmos aqui em igualdade com todas as outras secções. E sei que é a mesma coisa para os outros delegados aqui presentes. Estão hoje presentes dezassete países; outros mandaram mensagens.

Há aqui delegações dos Estados Unidos, do México, do Brasil, do Togo, do Benim, do Burundi, da Coreia, do Paquistão, da Índia, de Portugal, de França, da Bélgica, da Grécia, da Alemanha, da Hungria, da Turquia e, evidentemente, da Itália.

Recebemos mensagens de apoio à conferência da Costa do Marfim, da Grã-Bretanha (estes camaradas não puderam estar presentes por razões práticas), do Bangladesh e do Afeganistão (por os camaradas terem tido os seus vistos recusados).

Proponho-vos que, durante estes três dias de reunião, a tribuna desta conferência seja composta pelos dezasseis camaradas eleitos para o conselho geral no último congresso mundial.

Boa conferência.

RELATÓRIO

Caros camaradas,

Obrigado aos camaradas italianos pelo acolhimento. Gostaria de me associar não só a tudo o que o camarada acaba de dizer ao saudar a nossa conferência, mas mais particularmente ao que ele disse sobre as razões pelas quais a conferência se realiza aqui em Itália. É de bom augúrio, no que toca à concepção de Internacional que queremos reconquistar, que esta conferência não se realize em França.

Esta conferência de urgência em defesa da IVª Internacional e da sua unidade realiza-se com bases políticas e programáticas precisas. Foi convocada com base, em primeiro lugar, no programa de fundação da IVª Internacional adoptado em 1938, com base na continuidade do combate contra a liquidação da IVª Internacional pela corrente revisionista pablista na crise de 1950-53, com base na continuidade do combate pela reconstrução da IVª Internacional, com base nos textos que conduziram à reproclamação da IVª Internacional em 1993 e com base nos documentos adoptados pelas conferências que se seguiram, em particular a conferência de secções de 1996, os 4º, 5º, 6º e 7º congressos mundiais da IVª Internacional e, pelo menos em parte, o 8º (à frente nos explicaremos).

Uma etapa histórica na história da IVª Internacional

Adiante tornaremos ao significado destes acontecimentos. Todos estamos, no entanto, conscientes de que a conferência que hoje começa marcará um momento importante, uma etapa histórica na história da IVª Internacional.

Sejamos precisos. Não estamos aqui realizando um congresso, nem estamos aqui realizando um “contra-congresso”, da IVª Internacional. Sabemos que a reunião internacional que se inicia no dia 8 de Fevereiro com a pretensão de representar o 9º congresso mundial da IVª Internacional não será o 9º congresso mundial da IVª Internacional. Não o será, não porque nós assim o decretamos, mas porque não pode haver congresso mundial da IVª Internacional legítimo que se baseie na expulsão prévia de metade dos membros do secretariado internacional, de quase metade dos membros do conselho geral eleito no congresso mundial precedente e na proibição da discussão e da confrontação de pontos de vista políticos.

Haverá, sim, uma reunião internacional em 8, 9 e 10 de Fevereiro, mas ela aparentar-se-á mais a um tribunal, a um pelotão de execução, do que a um congresso mundial da IVª Internacional. Nem por isso pretendemos ser nós esse congresso. Que somos nós então? Somos uma componente da IVª Internacional, uma componente legítima. Somos uma componente da IVª Internacional, sendo forçoso dizer que, no momento em que nos reunimos, ela se rachou. E se rachou, única e exclusivamente, por causa da iniciativa

tomada pela direcção da CCI, arrastando atrás de si outras componentes, de desarticular o quadro que se tinha justamente reconstituído na conferência de reproclamação de 1993.

No que diz respeito à Tendência Comunista Internacionalista (IVª Internacional) (TCI) de França, que é uma das componentes desta conferência, mas apenas uma componente, nós, na nossa conferência constituinte, caracterizámos aqueles que tomaram a iniciativa de rachar a IVª Internacional como centro revisionista e liquidacionista. Adiante volveremos a este ponto. Pode-se participar desta apreciação ou não, ou só participar dela em parte. Isso faz parte da discussão. Não há nisso contradição alguma com a organização de uma discussão que associe todas as componentes presentes no 8º congresso mundial. Pela parte que nos toca, somos partidários da discussão com todos, quando quer que seja. Deveremos afirmá-lo nas decisões que tomarmos. O nosso método para lidar com a crise que se abate sobre a IVª Internacional deve ser o método com que os que nos precederam lidaram com cada uma das etapas em que o movimento operário foi assolado por processos de degenerescência.

Em circunstâncias evidentemente diferentes, tal como Lenine face à degenerescência da social-democracia, tal como Trotsky confrontado com a degenerescência da revolução russa, tal como a maioria da secção francesa em 1950-53 face à cristalização do revisionismo pablista, devemos hoje, baseando-nos em factos, cientificamente, apurar o significado dos acontecimentos em curso, a natureza das forças sociais em presença. Compete-nos aplicar escrupulosamente o método que Trotsky magistralmente resume num dos capítulos do seu livro *A Revolução Traída* (1936), intitulado “O que é a URSS?”.

Trotsky dedica-se a dar uma definição da URSS, uma definição muito longa, que dá pelo menos dez linhas. Ela é, porém, necessária, porquanto ele explica que a URSS é um Estado operário, embora burocraticamente degenerado, que tem na sua cúpula uma burocracia que é correia de transmissão do imperialismo, mas cujas bases sociais continuam a mergulhar as suas raízes na expropriação do capital pela classe operária.

Em suma... dá uma definição longuíssima, que conclui com estas palavras: “Os doutrinários não ficarão, evidentemente, satisfeitos com definição tão vaga. Prefeririam fórmulas categóricas; sim e sim, não e não.” Porém, acrescenta: “A finalidade científica e política que é a nossa proíbe-nos de dar uma definição acabada de um processo inacabado, força-nos a observar todas as fases do fenómeno, a extrair dele todas as tendências progressistas e reaccionárias, revelar a sua interacção, prever as diversas variantes do desenvolvimento ulterior e encontrar nessa previsão um ponto de apoio para a acção.” Cabe-nos, portanto, analisar todas as fases

Conferência de urgência – Turim – Fevereiro de 2016

contraditórias do fenómeno, escreve Trotsky, mesmo “os elementos que desde já contrariam os nossos esquemas e, amanhã, poderão refutá-los”.

Revisitar uma questão extremamente importante: a do centralismo democrático

Sem querer ser Trotsky, nem fazer analogia entre o fenómeno que está acoitando a IVª Internacional e a degenerescência da URSS, temos, quanto ao método, de proceder do mesmo modo e começar pelos factos. Logo, para começar pelos factos, há, antes de mais nada, que recuar a uma questão extremamente importante: a do centralismo democrático. Em *A Revolução Traída*, Trotsky escreve o seguinte:

“O partido bolchevique preparara e alcançara a vitória de Outubro. Construíra o Estado soviético, dando-lhe uma ossatura firme. A degenerescência do partido foi causa e consequência da burocratização do Estado. Importa mostrar, pelo menos abreviadamente, como as coisas se passaram. O regime interno do partido bolchevique caracteriza-se pelos métodos do centralismo democrático. A união destas duas noções não encerra qualquer contradição. O partido velava por que as suas fronteiras estivessem sempre estritamente delimitadas, mas entendia que todos os que passassem para o lado de dentro dessas fronteiras tinham realmente o direito de determinar a orientação da sua política. A livre crítica e a luta de ideias formavam o conteúdo intangível da democracia do partido. A doutrina actual, que proclama a incompatibilidade do bolchevismo com a existência de fracções, afasta-se dos factos. É um mito da decadência. A história do bolchevismo é, na realidade, a história da luta de fracções. Como haveria uma organização autenticamente revolucionária, que se propõe virar o mundo do avesso e agrupa à sombra dos seus pendões contestatários, revoltados e os mais destemidos combatentes, de poder viver e crescer sem conflitos ideológicos, sem agrupamentos, sem formações fraccionais temporárias? A clarividência da direcção do partido conseguiu amiúde atenuar e abreviar lutas fraccionais, mas mais do que isso não pôde fazer. O comité central apoiava-se nesta base em efervescência, dela tirava a audácia para decidir e ordenar. A manifesta justeza dos seus pontos de vista em todas as etapas críticas outorgou-lhe alta autoridade, precioso capital moral da centralização.”

O objecto desta definição do centralismo democrático não é um “código de boa conduta” nem são regras disciplinares, é o programa da revolução. Se é para combater pela revolução, então a nossa ambição, para reutilizar a fórmula de Trotsky, é “agrupar à sombra de um mesmo pendão contestatários, revoltados e os mais destemidos combatentes”. Mas o que é um contestatário?

Em *Novo Curso*, treze anos antes (em 1923), Trotsky dirigia-se à nova geração. Estava-se no início do processo de burocratização da URSS. Diz ele aos jovens comunistas:

“Fora do Partido a obediência passiva que faz alinhar o passo pelo dos chefes; fora do Partido a impessoalidade, o servilismo, o carreirismo! O bolchevique não é só um homem disciplinado: é um homem que, em cada caso e sobre cada assunto, forja uma opinião firme e a defende corajosamente, não apenas

contra os seus inimigos, mas também dentro do seu próprio partido. Talvez hoje se veja em minoria na sua organização. Submeter-se-á, porque é o seu partido. Mas isso nem sempre quer dizer que esteja enganado. Porventura terá visto ou compreendido a nova tarefa ou a necessidade de uma viragem antes dos outros. Com persistência, suscitará a questão uma segunda, uma terceira, uma décima vez se for preciso. Estará assim a prestar um serviço ao seu partido, familiarizando-o com a nova tarefa ou ajudando-o a perfazer a viragem necessária sem transtornos orgânicos, sem convulsões internas.”

Como pode uma organização que renuncie à liberdade de crítica e de discussão sobreviver se reduzir ao silêncio os contestatários, os revoltados, os mais destemidos combatentes? Uma organização que silencie os contestatários, os mais destemidos combatentes e os revoltados é uma organização que renuncia à revolução.

O conteúdo do centralismo democrático está condensado nesta noção, mas ainda é preciso mostrar a relação com os acontecimentos que nos ocupam, recuar um pouco no nosso historial.

Como tomou corpo a crise na secção francesa no período mais recente?

Muitos textos se escreveram, mas por vezes, visto de longe, o pormenor pode parecer obscuro. Como tomou corpo a crise na secção francesa no período mais recente? Recuaremos depois à fase anterior. Qualquer um percebe que uma crise desta magnitude, que está desarticulando a IVª Internacional, não pôde amadurecer em meia-dúzia de dias ou de semanas. É caso de anos. Não obstante, este último ano é extremamente importante, camaradas. Que se passou ao longo dele?

Havia desacordos na direcção francesa há anos e anos. Os desacordos incidiam, nomeadamente, na questão da construção do partido, na relação entre a construção da IVª Internacional e o Partido Operário Independente, nas palavras de ordem, nas campanhas. Mesmo assim, até Junho de 2014, esses desacordos internos à direcção foram sempre sendo superados pela discussão, acabando em posições comuns, que, embora com uma parte de compromisso, informavam uma orientação que permitia à organização, apesar de tudo, avançar.

O 50º congresso da secção francesa (Junho de 2014) foi o momento do último compromisso. Travou-se no congresso uma batalha política aberta, à frente dos delegados. O caso era saber se se continuava a construir um partido operário independente ou se se desistia disso em benefício de estados gerais (*assises*) por uma representação política da classe operária. O compromisso tomou a forma de uma resolução que era, a nosso ver, perfeitamente correcta, sendo embora um compromisso, ao indicar que a proposta de estados gerais por uma representação política da classe operária era uma alavanca para a construção de um partido operário independente, para o seu reforço, para a preparação do seu congresso.

Saímos do congresso satisfeitos. Outros saíram do congresso visivelmente descontentes. O que explica que, logo no mês de

Conferência de urgência – Turim – Fevereiro de 2016

Setembro, numa votação no burô político (por quinze votos contra três), tivessem posto em causa decisões importantes do congresso. Nós, que defendíamos uma concepção comum, dissemos connosco: há aqui algo de novo. Até agora, esta direcção respeitava mais ou menos as decisões do congresso. Agora, decide pô-las em causa numa votação.

A partir do mês de Setembro de 2014, o burô político da secção francesa passou a ter votações divididas. Desde essa data, a maioria da direcção da CCI mudou brutalmente de atitude. Recusou qualquer compromisso. Direcção nacional a direcção nacional, as nossas emendas eram recusadas, direcção nacional a direcção nacional, os desacordos aprofundavam-se. A tensão era, no entanto, tal, que a conferência nacional reunida em 7 de Março de 2015 adoptou uma posição unânime de compromisso: temos desacordos sobre a estratégia de construção do partido, portanto, antes do congresso do POI faz-se um congresso da secção francesa, de modo que os trotskistas possam decidir livremente que orientação submeter ao congresso do POI. Note-se: se não tivesse havido acordo nesta formulação, não teria havido resolução unânime em 7 de Março.

O golpe de força de 26 e 27 de Junho de 2015

Todos os militantes da secção francesa viam, direcção nacional a direcção nacional, como os desacordos se ampliavam, votações contraditórias... no entanto, todos sabiam que o debate seria resolvido democraticamente no âmbito do 51º congresso da CCI. Mas a seguir, em 26 e 27 de Junho de 2015, dá-se o golpe de força. O golpe de força não começa por ser a proibição de uma tendência, mas a decisão de adiamento do congresso, ou seja, a imposição da decisão de que, com o congresso da CCI a passar para depois do congresso do POI, os trotskistas se veriam, no congresso do POI, confrontados com a aplicação de uma orientação que não teriam decidido. Abria-se, assim, deliberadamente a crise. A decisão de convocar o congresso da secção francesa estava de harmonia com as regras do centralismo democrático: para haver acção comum, é preciso definir primeiro a orientação, e isto só se pode fazer através de uma discussão livre e democrática, o que implica que, havendo desacordos — e desacordos havia —, sejam os militantes a tirar teimas, elegendo os seus próprios delegados com base em posições políticas. Ao violar esta decisão (tomada, repita-se, por unanimidade da conferência nacional três meses antes), a maioria da direcção da CCI despojava os militantes trotskistas da sua prerrogativa de definir soberanamente a orientação da sua organização. Punha-os diante do facto consumado de um congresso do POI em que a fracção trotskista era refém de uma orientação que não fora decidida pelo 50º congresso e muito menos o seria pelo 51º.

Só havia uma explicação possível para este golpe de força: o terror de que os militantes trotskistas pudessem decidir, o terror do resultado de um congresso da CCI que teria, sem dúvida alguma, posto a maioria da direcção em minoria. O que se passou depois é sabido: uma tendência constituída para defender uma política de construção do partido vê-se imediatamente proibida, as fechaduras das sedes são substituídas, 23 membros do comité central são suspensos da organização, começam a proliferar insultos, terror e

intimidação; a crise instala-se. Tem importância recordar esta sequência? Tem, porque é evidente que nós, como Lambert explicou em numerosas ocasiões, ao contrário dos pablistas, não consideramos que o grau de democracia de uma organização se meça pelo número de tendências e fracções que nela existam. De modo algum.

Concordamos com Trotsky quando, no *Novo Curso* (1923), ele diz: *“Nas nossas actuais condições, as fracções são deveras um flagelo; e os agrupamentos — mesmo temporários — podem-se transformar em fracções.”*

Tem razão. As tendências e as fracções são sintomas de crise. Mais há, maior a crise; menos há, melhor vai a organização. Porém, Trotsky acrescenta: *“No entanto, como a experiência mostra, não basta declarar que os agrupamentos e fracções são um flagelo para que, por tal declaração, eles deixem de surgir. Para conseguir, na prática, esse resultado, é preciso ter uma política que todos conheçam, é precisa uma orientação justa, adequada, caso a caso, às circunstâncias concretas.”* Se se quer evitar o sintoma das tendências e das fracções, é preciso ter uma política justa; e, para defini-la, é preciso poder discutir livremente. É preciso, por conseguinte, aceitar que se possam confrontar pontos de vista contraditórios.

O método de Leão Trotsky

É neste ponto que é preciso reflectir no significado do que se passou. Temos citado em numerosas ocasiões a famosa carta de Trotsky a Joseph Hansen, em 1940. Ela é muito significativa. O SWP americano conhece uma crise grave. Tem no seu interior uma minoria que está à beira de romper com a IVª Internacional, que defende uma política errada de recusa de defesa da URSS. Há um congresso, a minoria fica em minoria. Não obstante, exige que a discussão continue, se bem que tivesse sido reconhecida como tendência minoritária, se bem que se tivesse exprimido, se bem que tivesse havido uma votação. Os dirigentes do SWP americano, fartos, dizem: começa a ser demais. Trotsky escreve-lhes: *“Continuar a publicar boletins de discussão imediatamente a seguir a uma longa discussão e a um congresso não corresponde, evidentemente, a uma regra; é uma excepção, de um género, aliás, deplorável. Só que nós não somos burocratas em nenhum aspecto. Não temos regras imutáveis. Também somos dialécticos no domínio da organização. Se temos no partido uma minoria expressiva que não está satisfeita com as decisões do congresso, é incomparavelmente preferível legalizar a discussão depois da assembleia a deixar andar para a cisão. Podemos, se for preciso, ir ainda mais além até, propor-lhes publicar, debaixo da supervisão do novo comité nacional, tribunas especiais de discussão, destinadas não apenas aos membros do partido, mas ao público em geral. Devemos ir por aí o mais longe que for possível, a fim de lhes desarmar as queixas, no mínimo prematuras, e tornar-lhes difícil provocar uma cisão. Creio, pela minha parte, que prolongar o debate, se ele for canalizado pela boa vontade dos dois lados, só pode, nas actuais condições, ser útil à educação do partido. Penso que a maioria devia fazer essas propostas oficialmente, por escrito, ao comité nacional. Qualquer que seja a resposta, o partido só pode ficar a ganhar.”* Era desta maneira que Trotsky propunha superar os desacordos políticos na organização.

Conferência de urgência – Turim – Fevereiro de 2016

Compare-se com o que há oito meses se tem passado nas fileiras da nossa organização internacional. Põe-se, obrigatoriamente, a questão: porquê?

Repita-se: o centralismo democrático não é um código de boa conduta, é um concentrado do programa revolucionário da IVª Internacional, e é-o por uma razão, afinal de contas lógica: que quer dizer ter por objectivo a revolução proletária? Quer dizer que o nosso objectivo é ajudar as massas a insurgirem-se. É, por conseguinte, o papel da vanguarda, a qual, sejam quais forem as circunstâncias, ajuda a aguçar a consciência da classe operária, ajuda-a ganhar confiança na sua capacidade de agarrar as rédeas da sociedade.

A vanguarda deve determinar livremente a organização que há-de adoptar

Não é possível intervir neste sentido se não se formar uma vanguarda determinada, mas essa mesma vanguarda deve ser ela própria a determinar livremente a orientação que há-de adoptar. Não pode, portanto, haver vanguarda revolucionária sem liberdade de discussão dentro da organização. Não se pode apelar às massas para ganharem confiança na sua capacidade de acção e negar aos militantes a confiança necessária para decidirem.

Como escreve Trotsky em 8 de Dezembro de 1937: *“Não me parece que me seja possível dar do centralismo democrático uma fórmula que, “de uma vez por todas”, elimine mal-entendidos e interpretações erradas. Um partido é um organismo activo; desenvolve-se ao longo de uma luta contra obstáculos externos e contradições internas. A decomposição maligna da IIª e da IIIª Internacionais nas severas condições da época imperialista cria à IVª Internacional dificuldades sem precedentes na história. Não há fórmula mágica para ultrapassá-las. O regime dum partido não cai do céu aos trambolhões, constitui-se progressivamente ao longo da luta. A linha política tem primazia sobre o regime. Primeiro é preciso definir correctamente os problemas estratégicos e os métodos tácticos para resolvê-los. As formas de organização devem corresponder à estratégia e à táctica. Só uma política correcta pode garantir um regime são no partido.”* Só uma política correcta pode garantir um regime são no partido: tudo se resume nisto, devolvendo-nos ao lugar estratégico da livre discussão interna.

Camaradas, essa tem sido sempre a tradição da secção francesa da IVª Internacional. Sabemos que o “lambertismo”, como se diz, não raro tem sido criticado pelos seus adversários por recusar as mais elementares leis da democracia operária. Mas é mentira. Para todos os que, entre nós, tivemos a possibilidade de trabalhar com Lambert, as discussões podiam ser duras, eram-no muitas vezes, podiam ser ásperas, mas eram livres, tanto dentro das instâncias como fora delas. Qualquer militante era perfeitamente livre de dizer o que pensava e de pôr os seus desacordos à votação nas instâncias. É verdade que houve poucas tentativas de constituição de tendências na secção francesa. Aliás, no livro *Itinéraires*, Lambert diz: é melhor passar sem tendências. Os dirigentes da CCI citaram esse passo, dizendo: estão a ver, Lambert dizia: é melhor passar sem tendências. É verdade. Porém, eles fizeram como os estalinistas, deram uma

tesourada na citação. A frase exacta dizia: *“É melhor passar sem tendências, mas os estatutos reconhecem a existência de tendências e, se os camaradas as quiserem formar, podem-nas formar.”*

O ponto VIII dos estatutos, consagrado ao “direito de tendência — direito de fracção” dispõe, em particular, que a secção francesa da IVª Internacional *“reconhece o direito de tendência, ou seja, o direito dos militantes da organização política abertamente defendida dentro da organização, direito este que se enquadra na acção centralizada da organização”*.

Na condição de: *“Só se pode constituir uma tendência com base em um documento apresentado a um congresso ou dirigido à direcção nacional e publicado em boletim interno.”* Quanto ao direito de fracção, os estatutos especificam: *“O reconhecimento do direito de fracção tira a sua legitimidade da última tentativa de, esclarecendo completamente as divergências, preservar a unidade da organização, não se podendo ao desenvolvimento da discussão opor medidas de organização.”*

A vanguarda nada tem a temer da livre discussão

É facto que, na sua longa história, a secção francesa da IVª Internacional não foi poupada a crises, rupturas e cisões. O camarada Lambert sabia o que elas custaram à secção francesa. Sempre procurou evitar que os desacordos se cristalizassem em tendências, pela livre discussão, a montante, dos problemas suscitados, fosse qual fosse a magnitude dos desacordos. Nunca na secção francesa se ratificaram rupturas sem antes se terem publicado integralmente os documentos, inclusive os documentos de militantes, correntes e fracções que já tinham franqueado as fronteiras da organização. Nunca se ratificaram rupturas sem antes se exporem aos militantes os argumentos das partes e se organizar a discussão. Em muitas circunstâncias se pôde, mesmo, ver militantes que já tinham deliberadamente franqueado as fronteiras da organização serem convidados a usar da palavra em conferências nacionais da organização, com igual tempo de palavra para o contra-relator da fracção que estava em ruptura e para o relator da direcção nacional. A direcção da secção francesa procedia assim (antigamente) por considerar que os militantes que constituem a vanguarda revolucionária só podem tomar posição em plena consciência, baseando-se no seu próprio conhecimento dos elementos. Procedia assim por considerar que nada tinha a temer da livre discussão, única capaz de esclarecer os militantes sobre as motivações políticas — por vezes explícitas, outras vezes camufladas — dos que enveredavam pela ruptura com a IVª Internacional.

Uma direcção que não tem nada a temer da discussão política não teme publicar os argumentos dos seus adversários, para poder demonstrá-los errados.

É esta a tradição da secção francesa. Assim sendo, camaradas, este golpe de força de 27 de Junho, quando toda a gente compreendia que ele redundaria numa cisão maior da secção francesa e da Internacional, este golpe de força de há muito anunciado, toda a gente percebe que ele não vem simplesmente de uma equipa de direcção que se enerva ou

Conferência de urgência – Turim – Fevereiro de 2016

perde o autodomínio ou de não sei que rancor pessoal. Há necessariamente raízes políticas e sociais profundas para fazer rachar deliberadamente a IVª Internacional.

Em 21 e 22 de Novembro, houve dois congressos do Partido Operário Independente (POI)

Uma vez mais, é preciso começar pelos factos. Começemos por alguns factos que permitem compreender o conteúdo desta decisão de destruir a IVª Internacional. O objecto aparente da discussão era saber se era ou não preciso um partido operário independente. Bem sabem que, em 21 e 22 de Novembro, houve dois congressos do Partido Operário Independente: o deles e o nosso. Como um camarada dos Estados Unidos fez notar, em carta a camaradas de diversos países, o congresso do POI das origens, entendendo não dever meter-se numa batalha jurídica incompreensível para os trabalhadores e esgotante para os militantes, decidiu adoptar o nome de Partido Operário Independente Democrático (POID). Decidiu uma campanha política unitária pela retirada do ataque desferido contra o Código do Trabalho, uma das principais conquistas da classe operária francesa, recolhendo, em dez semanas, 29.472 assinaturas de trabalhadores e militantes de todas as tendências, ajudando a soldar uma ampla camada de militantes com esta exigência, oposta à política dos aparelhos.

Com esta base, e sob proposta de um comité unitário constituído numa região operária, foi convocada para 19 de Março uma conferência nacional unitária pela retirada do projecto de lei sobre o Código do Trabalho. O mesmo congresso do POID tomou uma iniciativa de frente única pelo levantamento do estado de emergência, assumindo plenamente a sua responsabilidade de, no âmago da própria potência imperialista, combater pela defesa das liberdades democráticas e do direito da classe operária a actuar livremente contra o governo. Dez semanas mais tarde, esta proposta traduziu-se num amplo apelo iniciado por 333 militantes de todas as tendências, militantes operários políticos e sindicais, mas também democratas e juristas. Este apelo, subscrito por mais de 15.000 trabalhadores, deu lugar a um amplo comício unitário no dia 23 de Janeiro de 2016, que juntou 1.500 trabalhadores, exprimindo-se o POID nesse comício com total independência.

O congresso do POID decidiu igualmente responder favoravelmente à proposta dos camaradas da LRA do Afeganistão de organizar uma conferência mundial contra a guerra e a exploração. Dez semanas mais tarde, a proposta concreta formulada pelos militantes operários de Mumbai começou a circular em França, recolhendo o apoio de responsáveis sindicais aos níveis de departamento e nacional. O congresso do POID decidiu dar todo o apoio à proposta de conferência de autarcas eleitos lançada por Gérard Schivardi e Jean Bartholin, no momento em que o governo “socialista” impõe a fusão compulsiva de municípios (o que nenhum governo da Vª República conseguira). Esta conferência foi entretanto convocada para 27 de Fevereiro na Borgonha, tendo grupos políticos de empregados territoriais decidido nela participar com os representantes eleitos. O congresso decidiu fazer de *La Tribune des*

travailleurs, jornal dirigido a todas as camadas da classe operária, órgão do POID. Este jornal, vendido à razão de quatro exemplares por militante trotskista, tem, entretanto, conhecido uma progressão do seu número de assinantes semana após semana. O congresso decidiu implantar o POID e organizá-lo: têm-se vindo a constituir os comités locais e de departamento. Note-se que, desde o seu congresso de fundação, o POID se implantou em mais seis departamentos em que anteriormente nenhum aderente tinha adquirido o selo de financiamento do Vº congresso do POI das origens.

Por outro lado, o congresso do “POI 87” concluiu-se com uma declaração que apelava a preparar, para Junho de 2016, uma conferência acerca das conquistas de 1936-1945. A questão de saber se era ou não preciso construir um partido, resolveu-a a vida. Mas, camaradas, este é só um dos aspectos do problema.

O conteúdo político e social da ofensiva de destruição

Há outro aspecto: o conteúdo político e social da ofensiva de destruição desferida pelos responsáveis da maioria da direcção da CCI a partir do mês de Junho e que se revelou plenamente nas semanas consecutivas.

Em 19 de Setembro último, efectuou-se uma plenária da CCI. Esta plenária meteu por uma inovação teórica cuja enorme importância nunca será demais relevar: enquanto se felicitavam por se terem “*por fim desembaraçado dos equívocos que têm (...) obstruído a livre discussão*”, os responsáveis da CCI consideraram que esta passava a “*dispor de todos os meios políticos e de organização para poder superar os obstáculos*”. Desembaraçada dos 23 membros da direcção nacional que, reunião a reunião, resolução a resolução, resistiam a pé firme à ofensiva liquidacionista, a direcção da CCI podia finalmente dar asas à sua orientação. O que fez logo nessa plenária de 19 de Setembro de 2015.

A resolução afirma, com efeito, o seguinte: “*Ela (a situação — NdR) exige, neste momento particular, virar costas a qualquer atitude de denúncia externa à classe, que sabe não dispor, no momento presente, para sua defesa, nesta situação de total implosão de todos os partidos que se reclamam da classe operária e da democracia, senão das suas organizações sindicais. Não se pode subestimar a pressão que desde já se exerce, e se irá amplificar, contra todos os dirigentes operários. Os políticos, os patrões, mas, sobretudo, o governo vão procurar espartilhar, para manchar e romper a sua independência, recorrendo a todos os meios.*” A identificação aqui feita entre classe, organizações e direcções — identificação que representa o eixo desta resolução — assinala uma ruptura maior com o programa da IVª Internacional em questões teóricas fundamentais.

Se os camaradas se interrogam acerca das razões por que descrevemos o que se estava passando como uma cristalização revisionista, esta resolução responde a essa interrogação. Com efeito, esta resolução é, no sentido próprio do termo, uma revisão de todo o acervo programático e teórico da IVª Internacional e, antes dela, de todo o movimento operário desde há mais de um século. Esta

Conferência de urgência - Turim - Fevereiro de 2016

citação significa que os dirigentes das organizações sindicais são identificados com a defesa da independência dessas mesmas organizações, que eles são uma espécie de garantes da independência das organizações.

Ora, camaradas, em que se baseou historicamente a nossa existência como IVª Internacional? A IVª Internacional mergulha as suas raízes em toda a história do movimento operário. Na história da Iª Internacional, isto é, na defesa intransigente da independência das organizações constituídas pela classe operária. É o nosso programa. Sabemos que a classe operária só é classe em virtude das suas organizações e instituições. A defesa da independência das organizações sindicais está no âmago da estratégia da IVª Internacional, mas a defesa dessa independência defronta-se com a política dos dirigentes, que a ameaça.

Baseámo-nos na continuidade do combate de Lenine, que, confrontado com a degenerescência da IIª Internacional, concluiu pela necessidade de combater o que ele qualificava de “*lugar-tenentes operários da burguesia*”, essa aristocracia operária ao serviço da classe inimiga. Concluiu pela necessidade de romper com a IIª Internacional e lançar os fundamentos da IIIª. A nossa história mergulha as suas raízes no combate travado pela Oposição de Esquerda e por Trotsky contra a degenerescência da Internacional Comunista, distinguindo a base social do Estado operário, a URSS, que defendemos até ao último momento da sua existência, mas distinguindo esta defesa da URSS da luta intransigente contra a burocracia estalinista, correia de transmissão contra-revolucionária da burguesia no movimento operário.

Ora bem, camaradas, se os dirigentes operários se identificassem com as organizações da classe, se defender uns fosse defender as outras, então Lenine ter-se-ia enganado ao romper com a IIª Internacional, Trotsky ter-se-ia enganado ao fundar a IVª Internacional, a secção francesa e o próprio Lambert ter-se-iam enganado, em 1950-1953, ao combaterem Pablo quando este pretendia que, durante uma transição de séculos, a burocracia estalinista iria “*realizar o socialismo à sua maneira*”. É toda a nossa história que, com esta afirmação, se põe em causa. Identificar organizações operárias e direcções destas, identificar defesa das organizações operárias e defesa das suas direcções, é desistir da IVª Internacional.

A resolução de 19 de Setembro teve tradução na vida

Ora bem, camaradas, pode-se dizer que não basta uma frase numa resolução para tirar definitivamente a conclusão de que a direcção da CCI se passou para o lado da defesa dos aparelhos. E é verdade. Só que essa frase se traduziu na vida. Reflectiu-se numa política.

• A resolução da plenária da CCI já prevenira: “*Haverá no período a vir situações complexas e talvez inéditas (...). Teremos que determinar caso a caso como aplicar a nossa orientação de fundo: preservar a independência das organizações, apesar, inclusive, das possíveis derivas das direcções e levando-as em conta.*” A vida encarregou-se de traduzir esta afirmação. Em 5 de Dezembro, realizava-se em Paris um comício organizado pela *Libre Pensée* (cujos

dirigentes são conhecidos por pertencerem à direcção da CCI) com a participação da *Ligue de l'enseignement* (Liga do Ensino) e da Liga dos Direitos do Homem (duas organizações próximas do Partido Socialista no poder), subordinado ao tema — no mais, perfeitamente correcto — da defesa da laicidade da escola e do Estado e de comemoração do 110º aniversário da lei de 1905 de separação da Igreja e do Estado. Foi com grande admiração que os participantes neste comício ouviram a vibrante defesa que os representantes da Liga dos Direitos do Homem e da Liga do Ensino fizeram, na tribuna, das leis de destruição da escola pública e laica (leis Hamon e Peillon, reforma dos ritmos escolares e dos liceus técnicos) postas em prática pelo actual governo Hollande. Admiração que se transformou em estupefacção ao verificar que os dirigentes da CCI que, por sua vez, tomavam a palavra nada diziam sobre estas matérias, com o resultado de que as únicas palavras pronunciadas, na tribuna deste comício de iniciativa da *Libre Pensée*, sobre a política deste governo, o foram a favor dessa política, por dirigentes próximos do Partido Socialista. Acidente de percurso? Não, pois, no dia seguinte ao comício, o membro da DN da CCI que redigiu a nota de balanço congratulava-se por todos os oradores terem tomado posição em defesa da laicidade (defendendo as leis do governo!).

• Algumas semanas mais tarde, o mesmo alinhamento Libre Pensée-Liga do Ensino-Liga dos Direitos do Homem lançava uma petição de apoio a Jean-Louis Bianco. Quem? Antigo secretário-geral do Eliseu no tempo de Mitterrand, Bianco é o homem que, juntamente com Cambadélis, organizou a operação que, há trinta anos, tentou destruir a secção francesa da IVª Internacional e hoje preside a um organismo oficial estatal, o Observatório da Laicidade. É esta personagem — que Lambert denunciou publicamente em 2002 no livro “*Itinéraires*” — e o seu “Observatório da Laicidade” que são alvo de uma petição de apoio lançada conjuntamente pelos dirigentes socialistas da LDH e do Liga do Ensino e pelos dirigentes “trotskistas” da Libre Pensée.

A ofensiva da direcção da CCI contra a campanha “pelo levantamento do estado de emergência”

• Em contrapartida, que fez a direcção da CCI quando, por iniciativa dos militantes da TCI, se lançou o apelo pelo levantamento imediato do estado de emergência, dito “Apelo dos 333”, que permitiu constituir uma larga frente única que, no dia 23 de Janeiro, viu 1.500 trabalhadores e militantes de todas as tendências participarem num comício de ampla frente única, onde diferentes componentes do movimento operário se exprimiram com um eixo: o levantamento do estado de emergência? A direcção da CCI fez incansavelmente campanha contra este apelo dos 333, exerceu as mais fortes pressões sobre os seus militantes para que não o assinassem, polemizou violentamente contra os responsáveis sindicais que tinham tido a audácia de assinar, ameaçando-os das piores represálias dentro das suas organizações sindicais. Tudo fizeram para proibir os militantes de irem ao comício de 23, ao passo que, pelo seu lado, assinavam com os organismos citados mais acima (LDH e LdE) um apelo que, pronunciando-se por “*uma certa ideia da França*”, lamentava que o “*estado de emergência tivesse sido desvirtuado*”, assim como a ausência de “*debate*” em torno da reforma constitucional. Honra a TCI, por conta da

Conferência de urgência - Turim - Fevereiro de 2016

IVª Internacional e em consonância com o seu programa, ter tomado a iniciativa de uma ampla campanha de frente única que, considerando que o inimigo está no nosso próprio país, se concentrou na exigência do levantamento do estado de emergência, reunindo na tribuna representantes políticos e sindicais das diferentes correntes do movimento operário, incluindo algumas direcções oficiais. Neste país imperialista, honra a IVª Internacional não ter fugido às suas responsabilidades, realizando o primeiro comício político que desafiou o governo fautor de guerra no terreno da defesa das liberdades democráticas, contra o reforço do carácter totalitário do regime.

Comício de frente única em que o porta-voz da corrente trotskista dentro do Partido Operário Independente Democrático desenvolveu plenamente uma posição de independência e de ruptura, apelando à retirada das tropas francesas e realçando o significado específico para o movimento operário da campanha pelo levantamento do estado de emergência. Numerosos militantes da CCI admiraram-se e, mesmo, indignaram-se não apenas pela ausência da CCI, mas igualmente pela (felizmente vã) tentativa que foi a dela de sabotar o comício.

- No seguimento de uma jornada de luta a 26 de Janeiro, Marc Gauquelin, um dos principais dirigentes da CCI, escreve nas colunas de *Informations ouvrières*: “Esta jornada indica que (...) militantes e responsáveis das organizações que apelaram à jornada de 26 de Janeiro têm continuado, neste período conturbado, a estreitar os contactos entre si a fim de superar as reticências e freios à acção interprofissional e permitir a uma fracção da classe operária dizer o que lhe vai na alma.”

Uma vez mais, militantes e responsáveis postos no mesmo saco. Que os militantes que mobilizaram para este 26 de Janeiro o hajam feito para procurar a via da acção interprofissional contra o governo e pelas reivindicações, é indiscutível. Dividiriam os responsáveis das organizações que apelaram a essa jornada, porém, a mesma vontade de superar as “reticências e freios à acção interprofissional”? Agiram eles realmente no consciente intuito de abrir caminho à “acção interprofissional”?

Não havia nesta greve de 26 de Janeiro um aspecto de “jornada de luta sem amanhã”? Evitavam as palavras de ordem equívocos, quando, por exemplo, faziam silêncio sobre a questão do protocolo PPCR que, no que diz respeito aos funcionários, redundava na subtracção de dezenas de milhar de euros ao longo das suas carreiras e em permitir a mobilidade e comprometer o seu estatuto, protocolo cuja retirada não constava do apelo à greve?

Escrever que esses dirigentes têm “estreitado os contactos entre si” para “superar as reticências e freios à acção interprofissional”, no próprio dia em que os dirigentes das confederações declaravam, ao conhecerem na especialidade o relatório Badinter de desmantelamento do Código do Trabalho, que havia “boas intenções”, não será uma maneira de transmutar chumbo em ouro? Repita-se: este deliberado amálgama entre natureza de classe das organizações operárias e natureza das direcções põe em causa as fundações da existência mesma da IVª Internacional.

O 4 de Fevereiro em Paris: colisão entre militantes e “dirigentes operários”

Abra-se aqui um parêntese para mostrar até que ponto a posição dos dirigentes da CCI vira costas ao movimento real da classe operária. Talvez os camaradas saibam que, em França, oito delegados sindicais de uma empresa chamada Goodyear foram condenados, no dia 12 de Janeiro, a nove meses de prisão efectiva simplesmente por terem feito greve para defenderem os seus postos de trabalho. O que aconteceu aos operários da Goodyear tem suscitado indignação em todo o país. Os dirigentes sindicais nacionais tudo fazem para dar cobertura ao governo. Uns, apelando a “concentrações”, o que não faz evidentemente jus ao ataque desferido, outro contentando-se em assinar petições...

A pressão dos militantes, nomeadamente os da Goodyear, mas também outros, fez com que se impusesse uma mobilização, parcial, incerta. Ocorreu no dia 4 de Fevereiro. A CGT convocou 50 concentrações em toda a França contra a condenação. A direcção da FO deu a palavra de ordem de não comparecer. O dirigente da CGT da Goodyear, um militante saído do PCF, mas militante “luta de classe” (que, aliás, deu uma entrevista a *La Tribune des Travailleurs*), fez uma alocação, que vamos publicar no jornal.

Em substância, disse: “Andam em toda a França a chorar pelo destino da Goodyear (ele é um dos que vão para a prisão), mas nós não estamos aqui para chorar. O que interessa é só isto: em vez de fazer 50 concentrações em todo o país, peço a Philippe Martinez (o secretário geral da CGT), aqui presente, que convoque uma só concentração para Paris, no mesmo dia, para que milhões possam vir, no mesmo dia, bloquear o governo. Peço a Martinez que me responda.” Martinez toma a palavra, balbucia umas palavras insignificantes.

O delegado da Goodyear agarra no microfone e diz: “Parece-me que o camarada Martinez não me percebeu muito bem: estou a pedir para se convocar uma só concentração, em Paris, num mesmo dia. Dizem-nos que estamos condenados. Não, estamos condenados a mobilizar-nos para dobrar o governo.”

Ora, enquanto se desenrola este choque entre os militantes e as cúpulas do aparelho, *Informations ouvrières* atreve-se a escrever que Martinez está entre os dirigentes que estão a “superar as reticências” em direcção à greve geral! Não, é o delegado operário Wamen, que está, ele, entre os delegados operários que querem avançar para a greve geral, como dezenas de milhar de outros como ele, que podem ser membros do PCF, deste ou daquele sindicato, mas os dirigentes das cúpulas tudo fazem para proteger Hollande.

É a pior das coberturas dos aparelhos contra-revolucionários, contra o operário Wamen, contra os operários da Goodyear, contra os trabalhadores que procuram combater em todo o país. É por isso que nós dizemos: essa gente passou-se para uma posição revisionista, liquidacionista. Mas não somente em França, camaradas.

Conferência de urgência - Turim - Fevereiro de 2016

Brasil: de “Dilma, acorda!” ...

Os camaradas têm seguido o que se tem passado no Brasil. Os camaradas brasileiros falarão disso.

- A secção brasileira da IVª Internacional, cujos militantes participaram na formação do Partido dos Trabalhadores (PT), constitui uma corrente que publica o seu jornal, *O Trabalho*. Há militantes da secção que desempenham papéis importantes nas instâncias nacionais do partido e na direcção da Central Única dos Trabalhadores (CUT). O PT é hoje o partido de governo. O Brasil entrou numa crise profunda. A economia está em risco de desmoronamento. Uma ala inteira da burguesia — apoiada por fracções do imperialismo — considera que o PT não será capaz de gerir esta crise e obra pela queda do governo presidido por Dilma Rousseff. O governo e a direcção do PT respondem a esta situação não procurando estribar-se na resistência das massas, mas, pelo contrário, tentando demonstrar serem eles os melhores executantes das exigências do imperialismo e da burguesia brasileira.

Há um ano, *O Trabalho* travava combate por abrir uma perspectiva política oposta à política conduzida pela direcção do PT, combatendo pela Assembleia Constituinte soberana e pela abolição das instituições políticas herdadas da ditadura militar, combinando-o com a defesa das reivindicações da classe operária e do campesinato. Sinal alarmante de deriva política fora o título — e a orientação — de um número de *O Trabalho* do Outono de 2015: “*Dilma, Acorda!*”. Como se Dilma e o seu governo reagissem passivamente à situação, quando estão metidos numa política determinada de oposição às reivindicações operárias e populares, e se multiplicam as medidas dirigidas contra as massas para corresponder às exigências do imperialismo e garantir o serviço da dívida. Compete, sem dúvida, à IVª Internacional e à sua secção apelar à defesa do PT, não hesitar em pôr-se à cabeça do combate pela frente única do PT, da CUT, de todas as organizações operárias e populares conta a ofensiva da burguesia e do imperialismo. Contudo, só se conseguirão mobilizar e unir as massas se este combate se combinar com a exigência de romper com a política de subordinação à burguesia e ao imperialismo.

... ao congresso da CUT do Brasil

Etapa da maior importância neste combate era o congresso da CUT, a central sindical constituída no mesmo movimento que o PT, mas cuja direcção sempre afirmou defender as reivindicações dos trabalhadores, não só face ao patronato, como, mesmo, face a qualquer governo, ainda que do PT. O governo de Dilma fizera aprovar uma lei dita “programa de protecção do emprego” (PPE), a qual, em nome da luta contra a crise e da defesa do emprego, prevê acordos de redução dos horários de trabalho acompanhada de redução de salários. Este PPE fora combatido por numerosos militantes e quadros da CUT, na primeira fila dos quais os militantes sindicais membros da secção da IVª Internacional, opondo-se a qualquer cooperação das organizações sindicais com a aplicação prática desta lei. No entanto, no congresso da CUT, o seu executivo apresentou uma resolução que rezava assim: “*A Executiva Nacional da CUT, reunida em 21 de Julho, informada sobre a situação que levou à criação pelo governo*

da MP 680 (PPE), informa que a DN-CUT autorizou as Confederações Nacionais da área da indústria a negociar com o governo uma proposta experimental e limitada no tempo (um ano) de PPE (...). Em relação ao PPE, a CUT acompanhará a experiência negociada com o governo Dilma e assegurará o debate interno sobre a correcção ou não da proposta como instrumento para enfrentar momentos de crise, considerando importante que o acordo deva ser submetido à assembleia dos trabalhadores.”

Nessa altura se produz um facto sem precedentes: um dos principais dirigentes da secção brasileira da IVª Internacional, membro da direcção da CUT, até esse momento à cabeça do combate pela rejeição desta lei, toma a palavra como um dos dois relatores (sendo o outro o presidente da CUT), apelando a votar por esta resolução, que dá luz verde aos sindicatos da CUT para negociarem acordos que redundem em reduções de salários, em flagrante oposição ao que é a função mesma de um sindicato. Declara, nomeadamente: “*Sou contra o PPE e nós o combatemos nos CECUTs (congressos estaduais da CUT, NdR), mas a resolução proposta em nada prejudica a nossa posição. Nossa classe está com a faca no pescoço em razão do Plano Levy. Não é hora de fazer marcação de posição. É hora de sermos responsáveis e preservar a unidade nesta situação difícil. A posição da CUT é a redução da jornada sem redução de salários, vamos acompanhar a experiência da CNM (federação da metalurgia da CUT, empenhada na aplicação do PPE — NdR) com a garantia que a livre discussão prosseguirá entre nós*” (extracto do relato do congresso da CUT feito pela corrente “CUT Independente e de Luta”). Aqui se vê com clareza como uma política de adaptação ao aparelho dirigente leva ao desastre.

Entretanto, a imprensa brasileira forneceu este número: são, na indústria brasileira, 2,2 milhões de postos de trabalho que estão ameaçados de eliminação em 2016, e é nesse quadro que o plano PPE se há-de aplicar. Acrescente-se que, por ocasião deste congresso, os dirigentes de *O Trabalho* renunciaram igualmente a apresentar a resolução de que estavam mandatados, exigindo a demissão do ministro Levy. Por criticar essa renúncia e chamar a atenção para ela, o camarada Alan Benjamin foi denunciado por Markus Sokol em toda a internacional como “*caluniador*”. Militantes da secção brasileira foram expulsos como “*inimigos da IVª Internacional*” por denunciarem esta renúncia.

Entretanto, foi publicado o Boletim nº 17 (de 31 de Dezembro de 2015) do pretense “comité de correspondência”, onde um relatório sobre o Brasil apresentado ao pretense secretariado internacional, sob a assinatura de João Alberto Luna (JAL), declara: “*No congresso da CUT, em Outubro, gritámos a palavra de ordem “Fora Levy!”. Na sua intervenção, Lula explicou que não se deviam “personalizar” as coisas... Uma parte dos sindicalistas lulistas tomou isso em consideração. Nós não tínhamos uma resolução “Fora Levy!”. Para a ter, segundo as regras, teríamos tido de apresentá-la em Abril: tal moção, de oito letras “Fora Levy!” teria facilitado uma coligação desde o princípio de todos contra nós e nos teria marcado para todo o congresso. Foi por isso que apresentámos duas emendas: uma, “Abaixo o Plano Levy!” que é quase “Fora Levy!”, e outra: “Por outra política económica, a política de Levy não serve”. Tentámos conseguir que se adoptasse alguma coisa e, de facto... ganhámos*”

Conferência de urgência – Turim – Fevereiro de 2016

Releve-se que, numa conferência realizada em Paris por Lucien Gauthier e reproduzida na *Lettre de la Vérité*, Lucien Gauthier reconhece e apoia esta orientação em nome de todo o pretense “secretariado internacional” do 87. É para dar cobertura a esta política que se organiza o deboche de calúnias e mentiras, rompendo com toda a tradição da IVª Internacional.

Europa: ruptura com toda a continuidade da IVª Internacional

Na Europa, esta política em ruptura com toda a continuidade da IVª Internacional reflecte-se distintamente na contribuição publicada no boletim nº 16 do pretense comité de correspondência. Como o demonstra um camarada na sua contribuição preparatória a esta conferência, a orientação dessa nota sobre a Europa rompe totalmente com a orientação que era outrora a da IVª Internacional. Explica o pretense comité de correspondência que deixa de haver lugar para campanhas comuns à escala europeia, para convocar conferências europeias. A única, solitária proposta, é de que todas as secções europeias participem na conferência organizada pela CCI em defesa das conquistas de 1936 e 1945.

Relevemos que os objectivos desta conferência são do mais vago: sim, todas as conquistas sociais que a classe operária arrancou pelas suas lutas passadas estão hoje ameaçadas; mas não se materializa isso em combates precisos, nomeadamente na defesa do Código do Trabalho? Além de que, fazendo dela único elemento de centralização das secções da IVª Internacional, se está a renunciar a qualquer actividade comum das secções da IVª Internacional na Europa, a renunciar mesmo a combater, seja sob que forma for, pela ruptura com a União Europeia. É bem verdade que este documento descreve uma espécie de autodesmoronamento da União Europeia, que tornaria caduco o combate para acabar com as suas instituições. Ora, esta questão converge com as que anteriormente se abordaram.

A subordinação à União Europeia é a forma concreta que, na situação actual do velho continente, assume aquilo a que o programa de transição chama a recusa das direcções tradicionais em romper com o semi-cadáver político da burguesia. O combate pela ruptura com a burguesia é, na Europa, o combate pela ruptura dos laços de subordinação à União Europeia, aos seus tratados, directivas, laços de subordinação subscritos pelas direcções de todas as organizações. Partindo de uma elaboração no mínimo nebulosa, o pretense secretariado internacional vira costas ao aviso lançado pelo camarada Lambert em 2006, aviso a que todo o desenvolvimento da luta de classes na Europa confere mais pertinência do que nunca: *“As secções europeias não focam suficientemente as suas intervenções políticas na ruptura com a União Europeia. Evidentemente que a estratégia de frente única é, para cada secção, uma necessidade para ajudar à luta da classe. Evidentemente que isso não significa que cada intervenção na luta de classe deva necessariamente subordinar-se à exigência de inscrever a ruptura com a União Europeia na luta de classe directa por reivindicações, como condição de intervenção política. A frente*

única é a condição para realizar a unidade de acção, de combate, por reivindicações precisas e motivadas. No entanto, a falta de combate directo contra a União Europeia induzir-nos-ia a não definir meios políticos para quebrar os entraves à luta de classe erguidos pelos aparelhos e suas filiais esquerdistas e pablistas. Pela nossa parte, não podemos abandonar a nossa independência política. É assim que, pela nossa parte, sob formas adaptadas, devemos colocar, em plena independência, a ruptura com a União Europeia. Não conduzir a nossa política de construção com esta orientação equivaleria a dissolver-nos de facto como secções da IVª Internacional”.

Em Portugal, na perspectiva das eleições legislativas de 4 de Outubro de 2015, dirigentes do POUS, sob o impulso do “comité de correspondência”, decidiram apoiar um agrupamento chamado “Livre/Tempo de Avançar”. Trata-se de um grupo animado por um deputado europeu, Rui Tavares (ex-BE), que rompera com o “Bloco de Esquerda” (ele próprio “coligação anticapitalista” na intersecção de meios do tipo Syriza na Grécia e NPA em França). Este grupo caracteriza-se em primeiro lugar por não ter absolutamente nada contra a União Europeia. Em Maio de 2015, nos documentos programáticos deste novo agrupamento apartidário, encontram-se a proposta de submeter os “novos tratados europeus” a referendo (não pondo em causa, por conseguinte, os já assinados) e a exigência de “democratização e responsabilização” da representação do país nas instâncias da União Europeia.

Um ataque do “comité de correspondência” contra o movimento operário do Paquistão

No Paquistão — os camaradas aqui presentes referir-se-ão a isso melhor do que nós —, o pretense comité de correspondência (Boletim nº 16, reproduzindo um relatório apresentado à DN da CCI de 6 de Dezembro de 2015) desferiu um ataque de uma violência inaudita não somente contra todos os militantes paquistaneses que participam na nossa conferência de urgência, mas contra o movimento operário paquistanês em geral, num texto característico de uma empresa de liquidação da IVª Internacional. Segundo o pretense comité de correspondência, o essencial do alargamento da IVª Internacional desde 1993 é uma miragem.

Os dirigentes, os militantes operários que aderiram à IVª Internacional mais não são do que títeres manipulados por emissários sem consciência que a direcção da IVª Internacional — de que o “comité de correspondência” se pretende representante — teria deixado agir impunemente! Assim, este pretende, no que diz respeito ao Paquistão, que na IVª Internacional se estabeleceram “relações de cariz ONGista, desenvolvidas pelos Doriane e de Massot” e que a iniciativa tomada pelas organizações operárias paquistanesas contra as privatizações se explica por essas relações, designadamente pelo facto que “quando do conselho geral (da IVª Internacional — NdR) do ano passado, o tutor em chefe lançara uma grande operação, “uma jornada de luta contra as privatizações”. Passemos por alto o típico desprezo votado pelo pequeno-burguês instalado no seu gabinete parisiense ao movimento operário paquistanês, incapaz de decidir pela sua própria cabeça! Qualquer um

Conferência de urgência - Turim - Fevereiro de 2016

compreende as possíveis consequências de uma acusação deste cariz, num país em que, não sem razão, os trabalhadores e as massas populares consideram que as potências imperialistas são as responsáveis pela guerra que devasta o país. Para além desta denúncia, cujo carácter policial é estranho aos costumes da IVª Internacional, há que recuar ao fundo da questão. *“Naturalmente que é preciso lutar contra as privatizações no Paquistão”*, concede o *“comité de correspondência”*, que se apressa a acrescentar: *“Mas...”*. Tudo se resume neste *“mas”*. Opondo o apelo a uma conferência nacional pela paz à iniciativa tomada pelas organizações operárias paquistanesas de mobilizar contra as privatizações, convidando as organizações operárias paquistanesas a abafar o combate contra as privatizações para melhor se inserir num acordo com um sector do aparelho de Estado e do exército, e isto em nome da soberania, o *“comité de correspondência”* está a apelar a virar costas aos ensinamentos do combate da Oposição de Esquerda sobre a questão chinesa. É esquecer os ensinamentos tirados por Trotsky da derrota da revolução chinesa: a saber, a subordinação da direcção do PC Chinês, por Staline e Borodine, à direcção do Kuomintang.

Frente única operária e frente unida anti-imperialista

A teoria da revolução permanente, indissociável da análise do imperialismo, está na base do programa da IVª Internacional, pois as tarefas democráticas e nacionais não podem ser plenamente cumpridas senão sob a direcção do proletariado mobilizado pelas suas próprias reivindicações políticas e sociais combinadas com as reivindicações democráticas e nacionais. A classe operária não pode sacrificar a sua independência. É neste quadro que os militantes da IVª Internacional são partidários da frente unida anti-imperialista, ou seja, da aliança possível, momentânea, com sectores, até, representativos da pequena-burguesia ou da burguesia nacional mais ou menos embrionária, desde que estes se estejam a insurgir contra o imperialismo no terreno da soberania da nação e da paz.

Esta questão — formulada na primeira metade do século XX, num período em que uma parte da burguesia nacional procurava emancipar-se da dominação imperialista — ganha particular importância numa altura em que o imperialismo decomposto põe em causa, pelas razões anteriormente evocadas, a existência das nações.

Mesmo assim, em circunstância alguma podem os marxistas dissolver-se numa eventual frente unida anti-imperialista. O dever deles é preservar incessantemente a independência política do partido operário, que, no terreno da luta de classe, jamais renuncia à frente única operária, quer dizer, ao agrupamento da classe operária na sua própria base, na independência das suas organizações, com as suas próprias reivindicações. É deveras essa a coluna vertebral de um combate real pela frente unida anti-imperialista. Hoje, as tarefas democráticas e nacionais adquirem novo relevo, quando todas as conquistas de democracia política são sujeitas a fogo cerrado, que visa desarticulá-las. Precisamente por essa razão, porém, elas só podem ser levadas a bom porto pelas organizações operárias na condição de estas, do mesmo passo que tomam iniciativas

audaciosas no terreno da frente única anti-imperialista, se mobilizarem no seu próprio terreno de classe. É assim que, no Paquistão como em muitos outros países, o combate contra as privatizações levado a cabo pelas organizações operárias é a coluna vertebral de todo o combate pela soberania da nação. A ampla frente única das organizações sindicais paquistanesas constituída contra o programa que o FMI tenciona impor ao país nos meses vindouros e contra a chantagem do Banco Mundial arrastou amplas camadas da população. O que é lógico: como pode a nação ser soberana se renunciar aos seus recursos naturais? Como pode estabelecer condições de paz se não se reapropriar do controlo dos seus recursos naturais e dos seus serviços públicos? Como há-de fazê-lo se não estiver a classe operária na vanguarda deste combate?

Um concentrado de objectivismo: *“A crise de dominação política do imperialismo americano”*

Ora bem, camaradas, podíamos entrar por muitas outras questões, nomeadamente pelo concentrado de objectivismo em que consiste a reiterada afirmação de que o grande elemento da situação é *“a crise de dominação política do imperialismo americano”* — nunca deixámos de combatê-la no quadro da CCI e do conselho geral antes de sermos expulsos. Esta afirmação representa uma cortina, uma diversão e um obstáculo à construção do partido revolucionário. Para os povos esmagados pelas bombas e sujeitos aos massacres dos bandos de mercenários financiados pelos aliados das grandes potências, para o milhão de migrantes que tentam desesperadamente atravessar o Mediterrâneo para fugir ao caos e à guerra, para as centenas de milhões de desempregados cujo número não pára de crescer, para os milhares de milhões de seres humanos que vivem abaixo do limiar de pobreza, para os operários expulsos das fábricas, para os doentes que se não podem tratar, para a juventude atirada para uma precariedade crescente, a situação mundial não começa por se afigurar como o reflexo de um imperialismo em crise de dominação política, mas antes como reflexo da decomposição de toda a sociedade, fruto da sobrevivência de um regime capitalista falido.

Como marxistas, cumpre-nos fazer luz sobre este facto: se esta decomposição se está generalizando, ampliando, e ameaçando a existência dos povos, a razão é que a dominação do imperialismo (mesmo em crise) só é possível pelo alinhamento de todas as direcções das organizações historicamente saídas do movimento operário com as necessidades do próprio imperialismo. A crise maior, aquela cujas dramáticas consequências povos, trabalhadores e jovens sofrem no seu quotidiano, não é a *“crise de dominação política do imperialismo”*, é a crise de direcção do movimento operário. É a traição dos partidos saídos da social-democracia e do estalinismo, que tentam arrastar atrás de si os dirigentes das organizações operárias, políticas e sindicais, no intuito de integrar as organizações operárias (cuja existência é um dos principais alicerces da democracia política) nas instituições do Estado, nos planos da União Europeia, do FMI e do Banco Mundial, fazendo-as desistir de desempenhar o seu papel de instrumentos de defesa da classe operária e do seu combate independente.

Conferência de urgência – Turim – Fevereiro de 2016

Desviar a atenção da crise de direcção da classe operária para a crise de dominação política do imperialismo americano é desviar a atenção da tarefa estratégica que é a da IVª Internacional: a solução à crise de direcção do proletariado. É alimentar a tendência para o objectivismo, convidando a esperar do desenvolvimento da “crise de dominação política do imperialismo” que aquela conduza este ao seu declínio e perda; e, entretanto, a alinhar no quadro, fixado pelos aparelhos, de acompanhamento de todas as políticas de destruição em curso. Quando, pelo contrário, quanto mais tempo esta crise durar, mais ela empurra a humanidade para a barbárie, mais a alternativa do socialismo se não pode abrir senão quando, e na medida em que, a vanguarda revolucionária, organizada no terreno do marxismo, combater pela resolução da crise de direcção do proletariado.

Não pomos condições prévias à livre discussão

Suscita-se, assim, o problema da etapa em que estamos do ponto de vista da IVª Internacional. É incontestável que a situação actual abre uma nova etapa na crise da IVª Internacional. Os camaradas colocam uma questão legítima, que merece discussão. Os camaradas dizem consigo: esta ruptura é irrevogável? Há-de-se pôr uma cruz sobre os camaradas que não estão connosco? É uma pergunta séria e merecedora de discussão. Muitos de nós consideram que não se deve pôr uma cruz sobre a grande maioria dos militantes que são hoje membros de organizações da IVª Internacional e não estão representados na nossa conferência.

A maior parte desses militantes não dispôs de elementos de informação. Esconderam-se-lhes os documentos. É provável que, se houvesse uma verdadeira discussão, leal, baseada em documentos, muitos deles abraçassem as nossas conclusões. Agora, quanto às direcções dessas organizações, a coisa fia mais fino. Uma vez mais, não se pode pôr toda a gente no mesmo saco. Mesmo assim, quanto àqueles que desempenharam um papel activo de vanguarda nesta ofensiva de destruição, eles fizeram-no e fazem-no conscientemente.

Mesmo assim, não pomos condições prévias. Temos dito que estamos prontos para que haja um verdadeiro congresso mundial. E repetimos: estamos prontos a organizar um verdadeiro congresso mundial com todos aqueles que hoje se preparam para participar no falso 9º congresso mundial. Não pomos nenhuma condição. Estamos prontos a constituir uma comissão organizadora do 9º congresso mundial autêntico, leal e democrático e a sentar-nos à volta da mesma mesa com os representantes do “comité de correspondência”. Não pomos nenhuma condição além da livre discussão.

O nosso entendimento é que, neste processo, se constituiu um centro revisionista liquidacionista. Pode-se concordar ou discordar deste ponto de vista. Nós reivindicamos o direito de o defender. Reconhecemos a todas as componentes o direito de defenderem o ponto de vista que quiserem. Discutamos! Só a discussão mostrará realmente onde está e onde não está a IVª Internacional, onde está e onde não está

o revisionismo, onde está e onde não está a política liquidacionista. Estamos dispostos a fazê-lo.

Agora, camaradas, sejamos lúcidos. Eles não estão prontos para isso. Este passo, é preciso dá-lo. Vai ser preciso dirigirmo-nos ao pretense congresso mundial deles; mas é preciso reflectirmos nas razões por que eles não estão dispostos, e esse é o último aspecto de fundo que eu gostaria de tratar.

Na aparência, a crise precipitou-se na secção francesa no último ano. Na realidade, em todo o caso no que toca aos camaradas da direcção da secção francesa, há muitos anos que nós tínhamos consciência de que qualquer coisa não andava bem. Não só os camaradas da direcção da secção francesa.

Os camaradas que eram membros do secretariado internacional, do conselho geral, tinham, também eles, chegado, desde há algum tempo, à conclusão que havia coisas que não tinham que ver com discussão normal, que há vários anos havia tensões fraccionais, violência na discussão, bloqueios, paralisias.

Há vários anos que deixou de haver campanhas da Internacional, e as raras vezes em que as houve, foram sabotadas. Porém, é preciso ir mais longe. Aqueles de entre nós que há vinte ou mais anos temos feito parte integrante das instâncias da Internacional, sabemos, todos, que a decisão de reproclamar a IVª Internacional se defrontou, logo que foi tomada, com resistências consideráveis dentro das próprias instâncias da Internacional. Essas resistências concentraram-se, em particular, no facto de não poder haver um verdadeiro centro da Internacional. É uma discussão muito antiga. Muitos se lembram.

Recuando a uma discussão de 2013

Durante todo o último período, ela ressurgiu numa forma à qual é preciso, a meu ver, prestar alguma atenção. O último congresso mundial era o 8º congresso. Na altura do 8º congresso mundial, um artigo publicado em *La Vérité* desatou uma polémica. Intitulado “*Pierre Lambert e a Reproclamação da IVª Internacional*”, o artigo revisitava o laço que, do ponto de vista de Pierre Lambert, sempre existira entre a necessidade de reproclamação da IVª Internacional e a orientação da transição na construção do partido, reafirmando coisas que se afiguravam adquiridas, sem proclamar nenhuma “novidade”. Não obstante, o artigo provocou reacção violenta. Aqueles que, de maneira ainda camuflada, haviam empreendido o combate contra a orientação decidida com a reproclamação da IVª Internacional de modo nenhum queriam que esta discussão ocorresse. Se bem que tivesse havido intervenções polémicas no decurso do congresso mundial, metendo-se com o artigo em questão, a polémica era indirecta, amortecida. Ficava, porém, claro que o dedo tinha pousado num verdadeiro desacordo.

É claro, não vamos estar com histórias da carochinha, o ter escrito esse artigo não era inocente. O artigo foi escrito em 2013, porque havia sobre esta questão um desacordo que

Conferência de urgência – Turim – Fevereiro de 2016

não se manifestava; era uma maneira de “sacá-lo para fora do armário”. Porém, ao reler o artigo, ao reler, principalmente, as citações que lá se fazem de textos antigos nossos e do método de Lambert, Lambert recorda que a questão da reconstrução da IVª Internacional se pusera logo desde a crise de 1950-52, mas que as formas dessa reconstrução não eram óbvias.

Ele relembra uma etapa importante: 1962. Em 1962, a secção francesa, que era uma pequena organização, adoptou uma resolução sobre a reconstrução da IVª Internacional onde se lia, nomeadamente: *“Com certeza tendências operárias revolucionárias com origens e experiências diferentes das nossas e, mesmo, nalguns casos, não marxistas, serão chamadas a participar na construção da nova Internacional revolucionária, de que serão parte integrante.”* E diz ele que, para isso, serão precisas formas de organização apropriadas. *“A base programática da Internacional revolucionária é, bem entendido, intocável, mas isso não quer dizer que não possa haver nas fileiras da Internacional tendências operárias revolucionárias que tenham desacordos mais ou menos extensos com esse programa.”*

Comentando, em 1993, essa resolução de 1962, Lambert acrescenta o seguinte comentário: *“Era, logo em 1962, a primeira manifestação da posição que nos leva a dizer que é preciso reproclamar a IVª Internacional com a linha da conferência mundial aberta pela Internacional operária.”* Portanto, neste artigo intitulado *“Pierre Lambert e a reproclamação da IVª Internacional”*, lembrávamos a continuidade em que se tinha colocado a necessidade de reconstruir a IVª Internacional de maneira centralizada, enquadrada naquilo a que temos chamado a transição — termo um tanto redutor —, prendendo-se com a necessidade de os militantes da IVª Internacional se ligarem às correntes, grupos e organizações que surgiam da crise do movimento operário, sem, à partida, serem necessariamente partidários da IVª Internacional.

Nas origens da reproclamação da IVª Internacional

É importante discutirmos isto, camaradas, porque, para aqueles entre nós que eram militantes em 1962, ou seja, não muitos (mas os outros souberam-no lendo os nossos documentos), em 1962, ‘as correntes que se destacavam no movimento operário’, era mais uma perspectiva do que uma realidade. E a capacidade da organização trotskista de se ligar massivamente a essas correntes, em 1962, era mais uma perspectiva do que uma realidade. Foi Gérard Bloch o primeiro a articulá-lo. Não obstante, era o esboço da linha de desenvolvimento que viria a conduzir, em 1991, à conferência de Barcelona constituinte do Acordo Internacional dos Trabalhadores e dos Povos “pela Internacional Operária” e, nesse contexto, à reproclamação em 1993. Porque se há-de atribuir importância a esta questão? Porque, no mesmo artigo, citava-se o texto de Lambert de 1991 que relembra que, para se conseguir chegar à reproclamação da IVª Internacional, se tomou uma série de iniciativas, por exemplo uma conferência em Bogotá em 1983 contra o pagamento da dívida. Lambert diz o seguinte a propósito da conferência sobre a dívida: *“Era, pela primeira vez, não um simples acto de protesto contra o imperialismo,*

mas um primeiro passo efectuado na realização da frente unida anti-imperialista à escala internacional.” Acrescentando a seguir: *“É assim que o combate contra os planos do FMI e do Banco Mundial, contra os planos de austeridade e de ajustamento estrutural, contra as privatizações, representa um combate internacional unificado na linha da frente única.”*

Camaradas, quando este artigo foi publicado em *La Vérité*, calculávamos que não fosse agradar a toda a gente, mas não tínhamos antevisto bem as razões. Lembrem-se aqueles entre vocês que estiveram no congresso mundial: houve algumas intervenções polémicas; a seguir, o anúncio da instalação das bases militares americanas no Sul de Espanha fez virar do avesso a ordem do dia do congresso mundial, com o acordo de todos os participantes. Uma das consequências foi não se fazer a discussão sobre a questão de Lambert e a reproclamação da IVª Internacional. Ora, ela suscitava uma questão de fundo, cujo significado hoje se ilumina perfeitamente.

Tornemos ao passo anteriormente citado. Lambert dizia: *“A IVª Internacional é a capacidade de fazer campanhas internacionais unificadas.”* Isto queria dizer que a IVª Internacional não é uma adição de secções nacionais, é, como o nome indica, o partido mundial da revolução socialista. Ela contempla, pois, a luta de classes na sua unidade internacional e deduz a orientação de construção em cada país da apreciação do curso mundial da luta de classes, não o inverso. Era este o aspecto intolerável para os que tinham já empreendido a liquidação do Acordo Internacional e punham em causa a própria realidade da reproclamação. Ora, esta discussão teve uma sequela, que os camaradas talvez não tenham seguido, mas, como uns e outros sentiam a necessidade de forçar uma discussão política, de sacá-lo do armário, em Setembro de 2014, um ano mais tarde, em *La Vérité* nº 83, apareceu um novo artigo, também ele extremamente básico, usando o pretexto da republicação do programa de transição pela secção francesa. O artigo intitulava-se modestamente: *“Notas de (re)leitura: a discussão sobre o programa de transição”*. Apoiando-nos na republicação pela secção francesa do programa de transição e de uma série de textos a acompanhá-lo, revisitávamos o significado que Trotsky atribuía à construção de um partido e ao facto de essa questão, da luta pelo partido operário, inscrita na transição, condensar a tarefa dos militantes trotskistas. O artigo só diz banalidades, pelo menos para quem é partidário do programa de transição, para quem é partidário da construção da IVª Internacional, levando à prática, como diz o programa *“um sistema de reivindicações transitórias que permitam às massas progredir para a conclusão da necessidade de tomar o poder nas suas mãos.”*

“Abriu-se uma discussão”

A polémica desatou-se ao passo do processo de ofensiva iniciada na secção francesa para pôr em causa as decisões do 50º congresso (Junho de 2014). Este artigo foi publicado no mês de Setembro. Ao fim de pouca semanas, Lucien Gauthier redigiu uma resposta extremamente polémica a este artigo; uma moção do burô político da secção francesa exigiu que o sumário previsto para o nº 84 de *La Vérité* fosse modificado a fim de nele inserir sem demora o artigo de Gauthier.

Conferência de urgência – Turim – Fevereiro de 2016

Estava-se a decidir iniciar uma polémica pública na IVª Internacional, deixando transparecer que dois membros do secretariado internacional expunham os seus desacordos sem se ter iniciado a discussão na secção francesa e na Internacional; era já um golpe de força contra a discussão democrática. O artigo de Gauthier foi publicado.

No seu texto, Lucien Gauthier ensaia pela primeira vez de modo tão explícito pôr em causa tanto o método do programa como, mais geralmente, a orientação estratégica de construção. Escreve, pois: *“A revolução proletária libertará no mesmo movimento as massas da tutela das direcções burocráticas e da exploração capitalista.”*

Mas se a revolução proletária pode libertar as massas, no mesmo movimento, da exploração capitalista e dos aparelhos burocráticos, para quê construir um partido antes da revolução? A solução à “crise de direcção revolucionária” seria, nesse caso, automática. Definia-se aqui, claramente, uma orientação contrária não apenas à própria base da existência da IVª Internacional, mas aos factos: não é a história do século XX, antes de mais, a história de revoluções derrotadas pela intervenção contra-revolucionária dos aparelhos?

La Vérité sai no mês de Dezembro de 2014. Em 12 de Janeiro de 2015, realiza-se o SI da IVª Internacional. Entretanto, redige-se um texto de resposta ao artigo de Lucien Gauthier, intitulado *“Abriu-se uma discussão”*. Não propomos sequer que ele seja publicado em *La Vérité*, apenas que seja distribuído aos membros do SI e, a seguir, à direcção nacional.

Nesse texto de resposta a Lucien Gauthier, intitulado *“Abriu-se uma discussão”*, distribuído ao secretariado internacional de 12 de Janeiro de 2015 e, seguidamente, à direcção nacional da CCI de 18 de Janeiro, observa-se a propósito do passo de Gauthier anteriormente citado: *“Ignora-se aqui a relação dialéctica entre o movimento de massas que sacode e destabiliza a política dos aparelhos, pondo-os em causa, mas sem ainda os derrubar da sua tutela; e a acção do partido — ainda que “não” dirigente; mas com o qual mil e um laços se teceram na etapa precedente — nos quais as massas se apoiam para se libertarem maioritariamente e completamente da dita tutela e derrubarem a ordem capitalista.”*

No artigo anteriormente citado, publicado em *La Vérité* de Setembro de 2014, o camarada Daniel Gluckstein citara a fórmula de Trotsky: *“O POUM, com 40.000 membros, nada é. Com 10.000 apenas — mas ligados às massas em revolta — pode-se vencer numa revolução.”* Citação que teve a consequência de provocar a cólera de Lucien Gauthier, que reescreveu à sua maneira a citação de Trotsky, modificando-a quanto à necessidade de *“construir um partido”* que, *“no fogo da revolução”*, seja capaz de se ligar *“às massas em revolta”*. Ora, como sublinha a contribuição do camarada Daniel Gluckstein, a fórmula de Trotsky *“supõe precisamente a existência, ao abrir-se a crise revolucionária, de um partido já constituído de milhares de membros, já ligado às massas no momento em que estas se revoltam. Não é, ainda, dirigente, mas a sua capacidade para vir a sê-lo no decurso da revolução decorre dialecticamente da acumulação prévia que estes*

“10.000” quadros representam e dos laços de partido que os ligam às massas antes da revolução. É toda a questão da construção do partido que assim está colocada, partido que, ao construir-se, contribui para o amadurecimento da revolução proletária e para a sua vitória.”

Que tipo de partido construir? Que orientação estratégica de construção?

Todo o artigo de Lucien Gauthier contornava precisamente a questão central: que tipo de partido construir e que orientação estratégica de construção. Ignorava cuidadosamente todas as etapas da estratégia revolucionária, contentando-se em escrever que *“definir as condições concretas da construção do partido revolucionário hoje implica apreender o actual desenvolvimento da luta de classes”*. Ao que, na sua resposta, o texto *“Abriu-se uma Discussão”*, o camarada Daniel Gluckstein retorquia: *“Não se imagina decerto que as condições de construção do partido se possam definir independentemente do desenvolvimento da luta de classes, mas estão as condições concretas da construção do partido na dependência exclusiva do desenvolvimento da luta de classes? Não. A questão da etapa alcançada na construção do partido — e da etapa seguinte que nos fixamos e dos meios para lá chegar — tem, nos últimos 50 anos, constituído o fio de prumo da construção do partido, elaborada, discutida, executada e elaborada quanto aos seus resultados sob a condução do camarada Lambert.”*

Ora, toda esta história da definição de uma orientação estratégica para a construção do partido a cada etapa é ignorada no artigo de Lucien Gauthier. Assim como é pura e simplesmente ignorado o método do Programa de Transição. Escreve, assim, Lucien Gauthier, torcendo constantemente a história da nossa própria corrente no sentido do objectivismo mais chão: *“Pierre Lambert desenvolvera uma orientação que leva em linha de conta processos reais na classe: a transição em matéria de construção do partido.”*

Responde-lhe o artigo *“Abriu-se uma Discussão”*: *“Seria mais exacto escrever: ‘Pierre Lambert desenvolvera uma orientação que leva em linha de conta processos reais na classe e que, avaliando a etapa alcançada pelo agrupamento da vanguarda nas fileiras da IVª Internacional e os laços tecidos com outros militantes do movimento operário, define, combinando este conjunto de factores, as formas necessárias à transição em matéria de construção do partido e os objectivos a fixar à próxima etapa de construção.’”*

Todos os elementos que foram marcando a história da nossa corrente desde 1948, a elaboração da política de transição em matéria de construção do partido, as diferentes formas que esta revestiu, são pura e simplesmente ignorados no artigo de Lucien Gauthier. Ele não se preocupa senão com o apelo dos 195 militantes sindicais em França e com a plataforma sindical em Espanha, apelando a construir *“estes agrupamentos antes da crise revolucionária”* como *“instrumento de organização para ajudar as massas a submergir a política dos aparelhos durante a greve geral”*. Ao que o artigo *“Abriu-se uma Discussão”* responde: *“Objectivo perfeitamente correcto e necessário, mas não caberá avançar também na construção do partido antes de a crise*

Conferência de urgência – Turim – Fevereiro de 2016

revolucionária se declarar? (...) Dispor de uma alavanca está muito bem, mas nada diz da carga que há para levantar nem da altura a que se quer levantá-la.

O artigo de Lucien Gauthier, ensaiando abertamente e teorizando a renúncia à construção do partido antes da crise revolucionária, teoriza igualmente a necessidade de se dirigir à vanguarda, repetindo à saciedade que o que é preciso é dirigir-se à vanguarda, organizar a vanguarda, etc. Ao que a contribuição “*Abriu-se uma Discussão*” opõe que, se é efectivamente preciso ligar-se a uma ampla camada de vanguarda de militantes operários, isso implica precisamente, para lá chegar, “*que o partido não se dirige especificamente a essa vanguarda, mas às massas, e dialoga com esses militantes acerca da maneira de responder às necessidades das massas*”. De um lado, uma proposta de diálogo com a “vanguarda” que rapidamente se revela reduzir-se a um estrato de responsáveis sindicais, inclusive ao nível mais elevado; do outro, uma política que reivindica dirigir-se às massas.

Uma orientação teorizada de renúncia à construção do partido

É importante notar o seguinte: a formulação de uma orientação teorizada de renúncia à construção do partido, que Lucien Gauthier faz pela primeira vez, ocorre no preciso momento em que, na direcção da secção francesa, se inicia a ofensiva de violação das deliberações do 50º congresso. Era, portanto, de algum modo, a cobertura teórica da ruptura operada pela direcção da CCI com as posições que, até ao 50º congresso, tinham merecido o seu apoio. Mas é preciso ir mais além.

O texto de Gauthier supunha-se fecho da discussão mediante golpe de força. Mais não conseguia do que abri-la. A publicação de uma resposta do camarada Daniel Gluckstein, na forma de um texto distribuído primeiro ao secretariado internacional, depois à direcção nacional da CCI, provocou uma primeira explosão violenta no secretariado internacional de 12 de Janeiro de 2015, quando Lacaze declara: “*Se querem a guerra, terão a guerra, e será guerra total.*”

Para, alguns dias mais tarde, martelar na direcção nacional: “*Seria um erro entrar nesta discussão*”, ao passo que o presidente de sessão solta esta frase espantosa: “*Não vou ler os textos, e convido-vos a não os lerem*”. A ignorância, o desaparecimento de textos políticos erigido em princípio em plena direcção nacional! Acrescente-se este facto sem precedentes: enquanto, para publicar o ataque de Gauthier, se tinha imposto no último minuto uma modificação do sumário de *La Vérité*, nem pensar em publicar em *La Vérité* a resposta a esse ataque! Foi inclusivamente necessária uma violenta batalha para conseguir que o texto fosse entregue aos membros da direcção nacional.

Que conteúdo havia nisto? Revendo os elementos desta discussão com a distância dada pelo que entretanto sobreveio, torna-se claro que, na charneira dos anos 2014 e 2015, a fracção secreta que — há vários anos — se apoderara da direcção da CCI e funcionava como fracção secreta há vários anos, decidira ser passada a hora de fazer

compromissos. Era agora preciso romper, no mesmo movimento, o mandato adoptado por unanimidade pelo 50º congresso, romper com a orientação decidida por esse congresso, impor outra e, ao mesmo, arranjar uma cobertura teórica.

Para isso, importava que não houvesse discussão. O arrebatamento provocado por se difundir aos membros do SI, perfeitamente de harmonia com os estatutos, uma resposta de um membro do secretariado internacional aos outros membros do secretariado internacional, a violência dessa reacção indica claramente que a proibição da discussão não se inaugurou no dia 27 de Junho de 2015, mas se manifestara já em 12 de Janeiro de 2015, no secretariado internacional, prosseguindo, aliás, nas semanas seguintes, com a afirmação de que, para usar a fórmula do próprio Lacaze, abrir uma discussão nas fileiras da direcção nacional importava o risco de “*cisão da secção francesa*”, isto afirmado e reafirmado por escrito na acta do comité político de Fevereiro de 2015 pelo próprio Lacaze. Importava risco de cisão? Não. A discussão é a melhor maneira de lutar contra a cisão. O que evocava Lacaze não era um risco, era um projecto maduramente preparado pela fracção secreta que se apoderara do CP da CCI, projecto que foi realizado nos meses que se seguiram.

Com a distância, vê-se claramente que, renunciando à construção do partido, concentrando-se numa pretensa “vanguarda” rapidamente identificada com as cúpulas das organizações, preparando-se para qualificar como “dirigentes operários”, garantes da independência das organizações, os aparelhos que dirigem as organizações da classe, a corrente revisionista que se constituía secretamente na cúpula da CCI se aprestava a varrer o que fora adquirido na conferência de reproclamação de 1993, a combinação do combate por construir secções da IVª Internacional com o eixo de constituição do Acordo e da orientação de transição levada à prática. Era a própria existência da IVª Internacional que se começava, então, a pôr em causa.

E agora, para onde vamos?

Ora bem, camaradas, reconstituindo as coisas assim, é claro que esta ofensiva vem de longe e que não vai parar. Gostaria, portanto, de passar à questão seguinte: e agora, para onde vamos? Punhamos de lado a incrível violência da ofensiva contra nós desferida, para já, violência verbal — e esperemos que por aí fique, embora ninguém possa ter a certeza disso. Todos os camaradas ficaram estupefactos com o chorrilho de mentiras, calúnias, deformações, etc. Mas ataquemos a questão não de um ponto de vista moral e sim de um ponto de vista materialista.

A violência desempenha um papel na história, a violência da exploração capitalista, a violência dos aparelhos para impor a sua política às massas, a violência dos exploradores contra os explorados. Portanto, não versemos a questão da violência verbal em si mesma, examinemo-la para saber que causa social essa violência serve. Para nós, a resposta é clara: serve a desarticulação da IVª Internacional, isto é, o pôr em causa o que se conquistou desde a reproclamação. Serve para cortar os laços políticos entre militantes trotskistas e mili-

Conferência de urgência – Turim – Fevereiro de 2016

tantes operários e correntes que se destacam. Há, contudo, uma diferença entre o que se está a passar agora e o que se passou em 1950-53. Nessa época, o eixo era a subordinação ao aparelho internacional do Kremlin, centralizado em Moscovo.

Hoje, o elemento comum é a necessidade de subordinação, em cada país, na forma mais apropriada nacionalmente, aos aparelhos que dominam o movimento operário: uns com a direcção da CUT, outros com a direcção do PT, o que não é exactamente a mesma coisa, uns, em França, com este ou aquele sector do Partido Socialista (inclusive do governo), outros mais com o aparelho ex-estalinista. Em cada país, é uma forma de adaptação a um ou outro aparelho, que refracta ele próprio as exigências do imperialismo.

O acervo político da reproclamação não desapareceu

Qual é a nossa responsabilidade? É de assegurar a responsabilidade política e organizativa, em forma apropriada, da reproclamação da IVª Internacional. Porquanto, ainda que o quadro de organização constituído em 1993 se tenha estilhaçado, o acervo político da reproclamação não desapareceu.

A reproclamação implica o reconhecimento de que, após a queda da URSS, a questão central continua, mais do que nunca, a ser a impotência do sistema capitalista assente no regime da propriedade privada dos meios de produção, alcançado o estágio do imperialismo decomposto e em apodrecimento, para abrir um futuro ao desenvolvimento das forças produtivas. Implica, portanto, a condenação sem apelo do sistema capitalista, que arrasta a humanidade para o caminho da barbárie. Implica, por conseguinte, a necessidade do combate pela revolução socialista, ou seja, pela socialização dos meios de produção, pela tomada do poder pela classe operária, à escala nacional e à escala internacional. Implica, por conseguinte, a construção de partidos revolucionários com o programa da IVª Internacional, ligando o combate por cada reivindicação específica ao combate pelas reivindicações de conjunto, formulando as reivindicações em forma de ponte entre a consciência actual da classe e a consciência exigida pelas tarefas da revolução socialista, tratando, a cada etapa, de construir os instrumentos da sua própria acção, da sua própria organização, amanhã do seu próprio poder, a começar pela apropriação das suas próprias organizações (partidos e sindicatos) e instituições para fazer delas instrumentos de luta de classe contra a classe capitalista.

É um combate que está ligado ao objectivo de ajudar a classe a constituir os órgãos do seu poder. Ele integra a defesa da independência das organizações numa perspectiva que, mais além, é a dos conselhos, dos comités (soviets), da República Universal dos Conselhos. Pôr a questão da construção do partido é pôr a questão do programa. A reproclamação significava o reconhecimento da plena actualidade do programa da IVª Internacional, não como sistema de dogmas brandidos, a definir um caderno de reivindicações válido sejam quais forem as circunstâncias, mas como fonte de um método capaz de, na continuidade de toda a história do

movimento operário, da Iª, da IIª, da IIIª e da IVª Internacionais — integrando, a cada etapa, o balanço da experiência da traição dos aparelhos — desenvolver uma política de frente única através da qual o núcleo da IVª Internacional, por muito limitado que seja, consiga inserir-se na luta de classes, construir-se intervindo na luta de classe a partir de uma posição independente.

Reproclamar a IVª Internacional era integrar nessa reproclamação a lição da história e da experiência, a saber, que os processos de diferenciação no movimento operário mediados pela crise das velhas organizações tradicionais não conduzem logo, necessariamente, os militantes, os grupos, as correntes e as organizações à IVª Internacional. Pode configurar-se — e, na prática, tem-se configurado — todo o tipo de situações intermédias, todo o tipo de “circunstâncias excepcionais” que impelem correntes, grupos e organizações a dar, mais ou menos, menos ou mais, um passo na via da ruptura, que impelem sectores inteiros da classe operária a procurar enveredar por determinada via.

É ao conjunto destes processos que se aplica a orientação dita de “transição” na construção do partido, não para cristalizar formações “intermédias”, centristas, mas para apreender o movimento real da classe operária, dentro do qual tendem a diferenciar-se correntes e agrupamentos que procuram orientar-se para a independência de classe.

Apreender este momento para nele se inserir, não impondo o programa da IVª Internacional como ultimato, mas afirmando que, agrupados nós, pela nossa parte, à volta deste programa, estamos prontos a actuar em conjunto, em igualdade com todas as correntes, grupos e organizações que procuram ajudar a classe a dar força a estas organizações existentes e, do mesmo passo, a avançar na via daquilo a que nós temos chamado de reconstrução do movimento operário com um novo eixo. Este método está presente na constituição da IVª Internacional: reflecte o que significa “a crise de direcção revolucionária”. No combate pela reconstrução da IVª Internacional que desaguou na sua reproclamação de 1993, foi o próprio conteúdo deste método que ganhou contornos mais distintos, no contexto dos desenvolvimentos históricos que marcaram a segunda metade do século XX e o início do século XXI.

É a concretização deste método que estará no cerne do combate pela restauração da unidade da IVª Internacional

Não resta a menor dúvida de que, pelo caminho, ao aplicar este método, se cometerem erros. Teremos, juntos, de fazer o balanço; o momento ainda não é chegado. Porém, a nosso ver, no cerne do combate pela restauração da unidade da IVª Internacional baseada no seu programa estará a concretização deste método, pois este combate travar-se-á no terreno da luta de classes, da construção do partido revolucionário e da Internacional, no contexto da explosiva agudização da crise generalizada do sistema capitalista, cuja análise os mais recentes documentos da TCI iniciaram. Foram estes elementos que, no seu conjunto, nos fizeram, em 1993, combinar o combate pelo Acordo Internacional dos Trabalhadores e dos Povos “pela Internacional Operária” —

Conferência de urgência – Turim – Fevereiro de 2016

bem como o combate, em formas de transição apropriadas, no plano nacional — com a necessidade de proceder à reconstrução política da IVª Internacional.

Teremos realizado plenamente estas tarefas? É uma discussão que teremos de ter. Houve muitas dificuldades na execução prática desta orientação, devidas, nomeadamente, a obstáculos internos erigidos ao mais alto nível da Internacional, na imediata sequência da reproclamação, contra a aplicação das consequências práticas que decorriam da decisão, unânime embora, de reproclamar a IVª Internacional. Teremos ocasião de voltar a isso. Por agora, contudo, importa compreender que, apesar de todos estes obstáculos e de todas estas dificuldades, se mantivera — pelo menos até ao 7º congresso mundial —, de maneira talvez formal, mas indiscutível, o rumo do combate pela construção da IVª Internacional reproclamada e das suas secções através da aplicação do método de transição, através do combate pelo Acordo Internacional dos Trabalhadores e dos Povos. Formalmente, porque a crise que se forjava na direcção da secção francesa pesava sobre a Internacional.

O último texto de conjunto da Internacional sobre a situação mundial data de... 2012, a última conferência internacional na linha do Acordo de... 2010. Qualquer actividade real conjunta à escala internacional era primeiro travada, depois parada, como aconteceu com a campanha Palestina. A paralisia ganhava.

O próprio desenrolar do 8º congresso mundial deu-se em condições e de uma forma que não permitia que a discussão ocorresse. Ela estava subjacente. Mas foi iludida. Aproveitaram-se dos próprios elementos da situação internacional e de um sentimento de urgência em responder, a partir de ameaças reais, à situação de camaradas em vários países, para iludir a discussão. No entanto, aqueles que queriam iludi-la sabiam que ela acabaria sempre por ressurgir. Foi para se lhe poderem opor brutalmente, que, já antes do 8º congresso mundial, eles começaram a constituir a fracção secreta liquidacionista.

É este o conteúdo da crise que hoje se abate sobre a IVª Internacional: aqueles que há anos se vinham insurgindo parcialmente, empiricamente, sob formas diversas, contra a reproclamação foram levados a pôr as cartas na mesa. Quando hoje nos apresentam como supra-sumo da actividade política a necessidade de alinhar atrás das cúpulas das organizações sindicais, quando nos apresentam os dirigentes das organizações tradicionais como dirigentes operários garantes da independência das organizações, quando se participa concretamente na montagem de dispositivos contrários aos interesses das massas, mas conformes com as exigências dos aparelhos, então se compreende o que significa pôr em causa a reproclamação, que é pôr em causa o programa.

É por esta razão que, reunidos nesta conferência de urgência pela unidade da IVª Internacional, afirmamos, pela nossa parte, que, se o quadro organizado da IVª Internacional reproclamada, tal como saíra, primeiro, da conferência de 1993, e, depois, da conferência de secções de 1996 e do IVº congresso mundial de 1999, se esse quadro, enquanto tal, se estilhaçou, isso não faz desaparecer o significado político da reproclamação. Não faz desaparecer nem a continuidade

política da IVª Internacional reproclamada, nem o acervo político dessa reproclamação e do Acordo. Cumpre-nos hoje definir em que etapa da crise nos vemos colocados e qual é a nossa responsabilidade.

Só a livre discussão permitirá apurar se se cristalizou na IVª Internacional uma corrente revisionista liquidacionista

Há camaradas — está neste caso a TCI — que chegaram à conclusão de que a crise que dilacera a IVª Internacional há mais de seis meses mais não é do que o resultado da cristalização ocorrida no seu interior, há vários anos, de uma corrente revisionista, liquidacionista e destrutiva. Nem todos os camaradas que participam na conferência de urgência pela unidade da IVª Internacional participam forçosamente desta apreciação, ou pelo menos da totalidade dela.

Porém, todos participamos de uma mesma apreciação: só pode haver congresso mundial da IVª Internacional na condição de todas as forças representadas no 8º congresso mundial se poderem reunir numa mesma sala, confrontar posições políticas, debater livremente. Só a livre discussão com o conjunto dos militantes e dos delegados permitirá apurar se se cristalizou ou não na IVª Internacional uma corrente revisionista liquidacionista, quem a constitui e porquê.

Àqueles que têm a pretensão de estar a realizar um 9º congresso mundial não faltam os epítetos extremamente polémicos. Acusam a TCI e os camaradas que participam na conferência de urgência pela unidade da IVª Internacional de serem pequeno-burgueses liquidacionistas.

Acusam-nos de sermos inimigos da IVª Internacional, ou mesmo agentes do imperialismo e inimigos do movimento operário. Só a livre discussão permitirá apurar o que é do domínio do revisionismo liquidacionista e o que é do domínio do trotskismo. Por isso nos pronunciamos incondicionalmente pela reconstituição da IVª Internacional reproclamada em 1993, com base na abertura da livre discussão, com base na livre circulação dos textos e dos pontos de vista.

Pronunciamo-nos pela constituição de uma comissão organizadora de um autêntico congresso mundial, constituído paritariamente por representantes daquele que levanta a pretensão de ser o 9º congresso mundial e da nossa própria conferência de urgência. Iremos apresentar estas propostas àqueles que estão a organizar um pretenso congresso mundial.

Uma proposta: constituamo-nos em Comité de Organização pela Reconstituição da IVª Internacional

De momento, porque compreendemos que do combate organizado depende a preservação da IVª Internacional, porque compreendemos também que, entre as organizações que delegaram representantes ao pretenso 9º congresso mundial, muitas delas e muitos militantes dentro das organizações participam da aspiração a reconstituir a

Conferência de urgência – Turim – Fevereiro de 2016

unidade da IVª Internacional, porque sabemos que muitos militantes e responsáveis não tiveram ainda à sua disposição os textos e os documentos e que a discussão, em certo ponto de vista, apenas está a iniciar-se, devemos constituir um organismo de combate. Devemos constituir qualquer coisa que se poderia chamar — submeto-o à discussão — *Comité de Organização pela Reconstituição da IVª Internacional*, um CORQI do século XXI, reatando, pelo menos no seu acrónimo, com a continuidade do CORQI do século XX.

Um Comité de Organização pela Reconstituição da IVª Internacional que, embora não sendo a IVª Internacional recentralizada, assuma a continuidade política e organizativa da IVª Internacional reproclamada em 1993. Um comité que ajude a travar a batalha para agrupar todas as forças do trotskismo numa discussão livre, mas, do mesmo passo, ajude à construção de autênticas secções da IVª Internacional com intervenção na luta de classe no seu pró-

prio país. Um comité que não se contente com prosseguir a polémica com uns e outros, mas que, e já mesmo à saída desta conferência, se dote de meios para se dirigir mais amplamente aos trabalhadores e aos jovens do mundo inteiro. Não temos alternativa.

Se não somos a IVª Internacional, temos o dever de falar em nome da IVª Internacional. Se não somos a IVª Internacional, somos os únicos capazes de dizer aos trabalhadores, aos jovens, aos militantes à nossa volta: eis o que é a IVª Internacional, eis o seu programa, eis as suas propostas, eis porque vos propomos aderir ao seu combate.

É uma situação que é, evidentemente, ela própria transitória; é a que a situação nos impõe. Só a livre discussão entre nós nestes três dias de conferência pode responder às perguntas: é isto que devemos fazer? Como havemos de o fazer? Dividimos esta avaliação da situação?

Discussão

Um camarada da Alemanha

Sou antigo membro do BP da ISA, secção alemã da IV Internacional. Aplaudo este relatório na sua totalidade, e penso poder dizê-lo em nome de toda a delegação da Alemanha. Gostaria de agradecer, sinceramente, aos camaradas italianos todo o trabalho de preparação desta conferência.

Juntamente com os camaradas que convocaram esta conferência de urgência, apresentámos uma declaração ao Burô Político da ISA, assinalando que apoiávamos a orientação de preparação da conferência pela unidade da IVª Internacional baseada no seu programa de fundação e nos documentos da sua reproclamação de 1993 e que, por conseguinte, nela participaríamos.

A secção alemã atravessa, há pelo menos dois anos, uma fase de estagnação brutal, ao não conseguirmos ultrapassar certas divergências políticas. Vou dar um exemplo: no ano passado, o governo de grande coligação SPD-CDU aprovou uma lei que é, de facto, uma lei anti-greve. Uma parte da central sindical alemã DGB, nomeadamente três sindicatos, entre os quais o segundo mais numeroso, Ver.di, que conta 2,2 milhões de membros, encenou uma campanha contra a lei. Com efeito, a perspectiva era obter 100.000 assinaturas na internet para fazer o governo retirar a lei. Cem mil assinaturas, com uma organização de 2,2 milhões de membros! Discutimos, no comité central, o que era necessário fazer e destacou-se uma posição maioritária, mas não unânime, no sentido de dizer que a direcção daquela organização praticava uma política de “acompanhamento crítico”, a fim de evitar criar dificuldades ao SPD dentro da grande coligação e não contrariar a subordinação orgânica dos sindicatos ao Estado.

Dissemos isto numa situação em que a direcção do Ver.di mobilizava todas as forças para impedir uma verdadeira mobilização contra a lei. Posição contrária era defendida por dois camaradas, um dos quais estreitamente ligado à actual direcção da CCI. A posição, muito laconicamente, era: “*Só existe frente única na acção, e a acção é a petição*”. Quer dizer: a frente única só ficava definida no quadro de uma acção dirigida contra uma acção que realmente pudesse impor a retirada da lei.

Estas divergências existiam desde muito antes de 26 de Junho de 2015. O que pretendo dizer com isto prende-se com um ponto do relatório que considero central: com efeito, não se trata de um problema exclusivamente francês; e pode-se situar a sua origem há aproximadamente dois anos.

Ao preparar esta conferência, debruçei-me sobre os resultados de uma outra conferência, realizada em Paris entre 1 e 4 de Junho de 1972. A história não se repete, evidentemente, mas parece-me útil citar extractos deste texto. Nele se diz que o resultado positivo da conferência de

1972 é o seguinte: a estratégia e o método de reconstrução da IV Internacional devem ser tratados em unidade orgânica com os problemas internacionais da luta de classes viva e com as experiências e problemas de cada secção na construção do partido.

O resultado desta conferência de 1972 foi a constituição do Comité de Organização para a Reconstrução da IV Internacional, o CORQI. Se discutimos esta questão, e é precisamente com ela que estamos confrontados, é preciso fazê-lo em ligação com o facto de este comité de organização, a favor do qual me pronuncio, ter necessidade de um instrumento de troca de pontos de vista como esta brochura de 1972, de que apresento o N.º 0 (mostra a brochura a toda a sala) e o boletim internacional que então existiam.

Um camarada dos Estados Unidos

Regozijo-me por me encontrar entre vós, pois penso que podemos estar todos orgulhosos de ter respondido presente quando chamados a defender a continuidade da IV Internacional. Como muitos de vocês sabem, quando da cisão de 1950-1953 na IV Internacional, o SWP, a secção americana, não esteve à altura das suas responsabilidades políticas de defesa da continuidade do trotskismo em França e na Internacional em geral.

Desta vez, nós congratulamo-nos com a nossa presença ao lado dos camaradas franceses, com o resto da Internacional, e comprometemo-nos a preservar a continuidade programática da IV Internacional.

Em virtude do papel desempenhado pelo camarada do Socialist Organizer membro do Secretariado Internacional e de outros camaradas nos Estados Unidos no resistir à linha revisionista da CCI e dos outros dirigentes no Brasil e noutros lugares, a secção americana foi objecto de violentos ataques. Teve de enfrentar a acusação que lhe foi feita de ser um agente do imperialismo.

Estes ataques não têm, evidentemente, qualquer fundamento; quero vincar o carácter repugnante destes métodos. Se há coisa que fazemos desde a fundação de Socialist Organizer é basear toda a nossa intervenção, “no ventre da besta”, na luta contra o imperialismo americano, contra a guerra, contra as ocupações militares e o imperialismo económico. Com uma determinação inabalável, temos combatido o imperialismo americano no seu âmago, apoiado-nos na classe operária americana. Portanto, gostaria, em primeiro lugar, de afirmar que estou globalmente de acordo com as análises e a orientação política desenvolvidas pelo camarada relator e votarei favoravelmente ao relatório.

Conferência de urgência - Turim - Fevereiro de 2016

No entanto, penso que deveríamos aproveitar a oportunidade que nos dá esta conferência para reflectir sobre as nossas próprias deficiências políticas, a fim de nos tornarmos mais eficazes nas nossas futuras iniciativas. Se estamos de acordo que a questão central é a construção do partido revolucionário, esta crise deve proporcionar-nos a ocasião de precisar a nossa orientação sobre as nossas tarefas, partindo da análise das nossas fraquezas, a fim de estabelecer com exactidão a forma de recrutar e construir o partido revolucionário. Teríamos necessidade de fazer uma espécie de balanço das nossas insuficiências a fim de precisar a nossa orientação de construção do partido na situação actual.

Tomemos dois exemplos. Em primeiro lugar, a questão do trabalho na juventude. Desde que aderi à IV Internacional, há vários anos, em cada Conselho Geral, em cada Congresso Mundial, falávamos da necessidade do trabalho na juventude; no entanto, na prática, estas resoluções permaneceram letra morta.

Estou de acordo com o relator quando ele caracteriza a política revisionista da direcção da CCI como uma adaptação aos aparelhos sindicais, mas acrescentaria que uma das nossas fraquezas se tem traduzido numa certa incapacidade de combinar o trabalho nos sindicatos com uma intervenção nos sectores oprimidos, como a juventude, camada onde poderíamos recrutar.

Então, quando tomei conhecimento da contribuição dos camaradas italianos no boletim internacional, achei-a muito interessante, visto que o que eles descrevem corresponde mais ou menos à nossa situação nos Estados Unidos: um pequeno grupo de militantes sindicais que são muito respeitados no seu meio e um conjunto de militantes à nossa volta que temos dificuldade em recrutar, dizendo eles que nós não somos suficientemente numerosos.

Em consequência disso, há muito decidimos combinar o trabalho sindical com o nosso trabalho na juventude, não devido a qualquer fetichismo pela juventude em geral, nem porque acreditássemos que a juventude seria uma nova vanguarda, mas porque, para uma pequena secção, esse era, concretamente, um meio prático e eficaz para começar a construção do partido. Na situação actual, desde que passámos a recrutar um certo número de jovens, vários jovens, a começar por mim, foram-se inserindo no movimento operário à medida que se iam tornando mais velhos. Deste modo, temos mais militantes sindicais, o que nos dá mais peso no movimento sindical do que tínhamos no passado, quando não dispúnhamos de orientação em relação à juventude.

Por conseguinte, sinto-me satisfeito por ver que a TCI, em França, fez do trabalho na juventude uma prioridade e espero que, em conjunto, enquanto Internacional, possamos avançar numa direcção idêntica, combinando a intervenção nos sindicatos e na juventude.

Seguidamente, gostaria de abordar a questão da transição, porque, uma vez mais, considero que deveríamos ser mais críticos relativamente às nossas acções passadas se quisermos progredir de forma eficaz.

Só para dar um exemplo muito concreto, na minha opinião, desde a reproclamação da IV Internacional, não temos assistido a uma tendência geral para o aumento dos recrutamentos nas secções da Internacional. É necessário que nos questionemos acerca das razões desta situação. É um problema antigo.

Gostaria de dizer que conheço a opinião geral da direcção da secção americana sobre este assunto: a causa desta falta de atenção e de trabalho residiria na ausência de uma actividade abertamente desenvolvida em nome das secções da IV Internacional. Por exemplo, o essencial das publicações, jornais e órgãos de imprensa através dos quais nos dirigimos à classe operária na maior parte dos países, incluindo nos Estados Unidos, não são publicações das secções, mas, em maior ou menor grau, publicações transitórias, ou publicadas por grupos que nem sequer têm existência real. Não existem regras, nem um modelo, mas penso que deveríamos considerar que é necessário mais do que uma mera reorientação da nossa política, concentrarmos em iniciativas directa e abertamente reivindicadas pelas secções, o que não exclui nem contraria a linha da transição.

Ganharemos em eficácia, uma vez que o centro da transição será a necessária construção de organizações marxistas, trotskistas, que serão centradas na acção para suplantar os aparelhos. E, finalmente, um último ponto: se bem que seja menos importante, parece-me que não atribuí a devida importância ao nome da organização tal como proposto pelo relator, que, se bem entendi, é Comité de Organização pela Reconstituição da IV Internacional.

Do meu ponto de vista, esta designação dá a impressão de algo virado para a discussão interna, como se a nossa orientação fosse dirigida principalmente para a outra componente dos que participam no auto-denominado 9º Congresso. Politicamente, concordo que devemos continuar a discutir com os camaradas que não compreendem ainda as diferentes orientações. Não tenho divergências políticas quanto a este ponto.

Todavia, na realidade, tendo em conta a intensidade dos ataques venenosos da CCI e da sua direcção, há poucas hipóteses de uma reunificação com estes dirigentes e, portanto, penso que devemos dar ênfase à nossa visibilidade pública. Um nome que dê a impressão de estarmos virados para a luta interna pode revelar-se contraproducente para a nossa afirmação perante as amplas massas. Eu sugeriria um nome como: Tendência IV Internacional (pela reconstituição da IV Internacional), que, em minha opinião, evoca mais uma verdadeira organização do que uma fracção interna. No entanto, mantenho-me aberto a outra designação se a minha proposta não for acolhida.

Um camarada da Grécia

Por agora não falarei da Grécia, fá-lo-ei mais tarde. Queria, em primeiro lugar, referir-me ao relatório. A minha questão é a seguinte: que balanço fazem, no Conselho Geral e no SI, da Conferência Europeia de Tarragona? Pergunto isso, porque camaradas da Alemanha, que conheço há trinta anos, dizem: há um conflito, um

Conferência de urgência – Turim – Fevereiro de 2016

conflito de fundo. Assim, segundo eles, a questão é: serve para alguma coisa alinhar conferências que não têm qualquer sucesso uma atrás da outra? Não valeria mais dirigirmo-nos aos que organizam a classe, às direcções sindicais, aos dirigentes intermédios? É um argumento para dizer: não se está nada a rever as nossas posições, mas apenas a tirar o balanço das nossas experiências.

O meu segundo ponto diz respeito ao argumento lido num documento da TCI dirigido contra aqueles que nos cobrem de injúrias: como podem vocês qualificar-nos de lacaios do imperialismo? Em que organização estão vocês, que elegem 40% desses “lacaios” para o Conselho Geral? O meu problema com este argumento é o seguinte: em que organização nos encontramos nós, que no 8.º Congresso eleguemos 60% de militantes que, hoje, consideramos que formam um centro revisionista? Digo-o pela seguinte razão: se esta caracterização de centro revisionista destruidor da IV Internacional é correcta, e eu estou de acordo com esta análise, então eu pergunto-me: qual a vantagem, qual o objectivo de enviar uma delegação a esse pretendo 9º Congresso mundial?

Um camarada de Portugal

Caros camaradas, a 9 e 10 de Janeiro teve lugar em Portugal o Congresso do POUS, a organização portuguesa que procurou combater no terreno do trotskismo em Portugal como secção da IV Internacional. Alguns militantes muito próximos do partido, entre os quais me incluo, foram convidados. Um camarada convidado propôs uma modificação da ordem de trabalhos para que uma discussão fraterna sobre um balanço da actividade do POUS pudesse ter lugar. O ponto sobre o 9.º Congresso mundial da IV Internacional foi adiado. Uma boa discussão teve lugar e nenhum camarada foi impedido de falar, apesar das diferenças expressas.

Nesse Congresso abordaram-se questões importantes, nomeadamente a situação política em Portugal, situação que merece alguma reflexão. Com efeito, tivemos a troika durante 4 anos, a ditar todas as políticas de desastre social, com um governo que as aplicou sem falhas. Houve grandes acções de rua contra esse governo, greves gerais, e inclusive uma greve peninsular, em Espanha e Portugal, contra essas mesmas políticas ditadas por estas instituições da UE e do FMI.

Em Portugal houve eleições em Outubro passado. A coligação de partidos de direita perdeu as eleições e a maioria. Delas saiu uma maioria dos partidos que se reclamam dos trabalhadores: PS, PCP e BE, sendo este último um partido com semelhanças ao Syriza na Grécia e ao Podemos, em Espanha. Durante a campanha eleitoral, como tem sido hábito desde há 40 anos, o PCP e o BE atacaram o PS, perpetuando o clima de divisão. No entanto, durante a campanha eleitoral, votantes do PCP interpelaram o secretário-geral, insistindo que era preciso a unidade para correr com a direita do poder. Após as eleições, o PS aceitou a sua derrota, declarando que, nessas condições, não poderia governar. Por sua vez, o PCP declarou que a direita tinha sido derrotada, não tinha maioria no parlamento e que o PS poderia governar se quisesse. Após estas declarações, o BE,

também se pronunciou nesse sentido, o que levou o PS a negociar um acordo para governar. Porém, o Presidente da República nomeou o mesmo governo de direita, apesar deste ser minoritário. Este governo durou 11 dias até à sua derrota no parlamento. Seguidamente, tanto o Presidente da República como a União Europeia fizeram pressão para que os compromissos internacionais fossem respeitados, o que levou o primeiro-ministro, António Costa, a assinar o Tratado Orçamental da U.E.

Independentemente da caracterização que possamos fazer deste governo, o PS, o PCP e o BE foram obrigados a chegar a um consenso político. Porquê? Para aliviar a pressão dos trabalhadores e dos militantes de base sobre os aparelhos do PS, do PCP e do BE. Estava potencialmente em causa a explosão destes partidos, com base no descrédito político, se o mesmo governo odiado continuasse, agora em minoria no Parlamento: que respostas iriam dar todos estes aparelhos aos trabalhadores, face à sua inoperância política? Não se acentuaria a crise de todas as instituições, partidos e sindicatos, com consequências imprevisíveis para o sistema? Que respostas iriam dar os dirigentes dos partidos e dos sindicatos a esta situação? E qual seria a reacção dos trabalhadores e dos militantes? Não poderia, no limite, ter lugar o descontrolo da situação e a explosão social? Todos estes dirigentes que se submetem à U.E, incluindo os sindicais, estavam “encurralados” entre as exigências dos trabalhadores e a sua falência política.

Foi nesse sentido que foi criado um compasso de espera, para que a situação pudesse acalmar. Mas a U.E. exige que as “reformas” por ela ditadas prossigam: redução dos salários, cortes nas pensões de reforma, desarticulação da contratação colectiva, etc. O governo do PS, em Portugal, com apoio parlamentar do PCP e do BE, é um governo da UE, para aplicar a sua política, ou então a UE substitui-lo-á.

Num primeiro momento procuraram apaziguar os trabalhadores, ganhar tempo, para, num segundo momento, o governo do PS poder ter o apoio da direita, do PSD e/ou do CDS. No centro de tudo é a crise do sistema capitalista, as suas necessidades, que leva e levará os trabalhadores a combater para se defenderem. E o choque entre as classes sociais está na ordem do dia.

Neste momento, a UE. e o FMI, a Troika, estão de novo em Portugal e acabam de exigir ao governo novos cortes nas pensões e uma redução na despesa de mais mil milhões de euros no próximo orçamento, ou seja, a continuação do agravamento das (já tão difíceis) condições de vida dos trabalhadores e do povo português. E a vinda do FMI a Portugal visa mostrar que quem manda nos governos e instituições europeias é o capital financeiro. Então, o nosso papel neste processo, não poderá ser o de ficarmos à espera que os dirigentes sindicais resistam, porque a sua resistência depende da mobilização unida dos trabalhadores, em direcção à maioria dos partidos PS, PCP e BE na Assembleia da República, para exigir a ruptura com a chantagem da UE e do FMI.

Um dos problemas discutidos no Congresso do POUS, foi precisamente a relação com os sindicatos. O que é que significa dizer-se que é preciso trabalhar nos sindicatos a “partir de dentro”? Mas, desde sempre, foi essa uma das

Conferência de urgência - Turim - Fevereiro de 2016

nossas actividades? Pensar que as aquisições dos trabalhadores, os contratos colectivos, podem ser defendidos essencialmente pelos dirigentes sindicais, é uma ilusão mortal. Porquê? Porque a negociação contratual foi desviada para a concertação social, em detrimento da negociação colectiva. E só a acção unida na base poderá desbloquear a paralisia em que os dirigentes sindicais se encontram: o colete-de-forças da concertação social. Penso que os dirigentes dos sindicatos só constituirão pontos de apoio para a defesa dos direitos se houver acção da classe, na base, que possibilite influenciar as estruturas intermédias e as direcções. Para alguns camaradas, a concertação social deve ser combatida a partir do seu interior. Evidentemente esta posição levanta problemas que devemos discutir.

Outro dos problemas discutidos, foi o facto de os dois principais dirigentes do POUS, à revelia da organização que veio a votar contra essa situação, terem decidido, nestas eleições, a integração e a submissão do partido a uma organização pequeno-burguesa, defensora da U.E., do euro e do pagamento da dívida, e de o POUS ter deixado de colocar como ponto central da sua política a ruptura com a UE. Escrevi duas notas de contribuição para o Congresso, pondo em causa esta orientação, mas os camaradas recusaram distribuí-las e incluí-las nos textos apresentados para debate. As conclusões tiradas desta orientação são que não havia nada a dizer, que tinha sido uma acção muito bem desenvolvida, que a ruptura com a U.E, como tinha demonstrado a Grécia, não poderia ser colocada de forma proclamatória, mas em ligação com a nacionalização da banca e dos sectores chave da economia. Que não se pode querer romper com a U.E sem partir das questões concretas. Que seria preciso romper com as velhas siglas e passar a ter em conta as modificações políticas do dia-a-dia, já que as coisas não são imutáveis. Que o grande problema do POUS, desde o início, teria sido a autoproclamação. E que tinha sido um erro o voto dos camaradas deputados, na Assembleia da República, em 1977, contra o Orçamento de Estado, porque nos tínhamos isolado do grupo parlamentar do PS.

Portanto, toda a política desenvolvida pela IV Internacional em Portugal, desde a revolução de 25 de Abril de 1974 teria estado errada. Resta aos militantes portugueses continuar esta discussão, porque de repente tudo mudou para o CCI, e o que constatamos é que, nas últimas eleições, os dois principais dirigentes do POUS, submeteram a organização trotskista à União Europeia.

Outra questão que foi amplamente discutida, foi a divisão nas fileiras da IV Internacional. A posição de alguns militantes, que foi favoravelmente acolhida por outros militantes, foi o apelo à prudência e cautela na abordagem da situação, tendo sido proposto que a discussão política fosse feita na base de todos os documentos saídos, tanto da maioria como da minoria.

Esta questão suscitou uma resposta muito polémica por parte do camarada do Secretariado Internacional, que não quis aceitar que estávamos perante duas tendências - o CCI e a TCI. O CCI seria a IV Internacional, os outros, TCI, teriam rompido com a IV Internacional. Os adjectivos proferidos apenas comprometem quem os usa e o seu uso esconde algo que não tem muito a ver com uma discussão política, pelo

que não os vou enumerar. Apenas direi que os textos que saíram, tanto do CCI como da TCI, requeriam um índice cronológico, pois existem verdades e meias verdades acerca dos mesmos, factos que foram escondidos do nosso Congresso, como, por exemplo, a ida de três camaradas da Tendência à reunião da direcção nacional do CCI, do dia 3 de Julho, para pedir que fosse levantada a suspensão dos 23 membros da DN que constituíram a tendência. Podia-se sempre argumentar que é a maioria que decide, mas porque se escondeu este facto ao nosso Congresso?

As questões políticas, na minha opinião, têm que ver com a estagnação das organizações trotskistas, com o problema da transição, da construção de organizações centristas, como seria o caso do POI, ou da nossa diluição em agrupamentos vários que impediam a construção do POUS em Portugal; o problema da queda da URSS, como uma derrota do movimento operário e um alívio para o imperialismo; a questão das conferências mundiais desprovidas de continuidade, até à conferência de Tarragona, a qual, segundo o membro do SI, teria sido um ponto de ruptura com as anteriores, porque foi um sector do aparelho sindical da UGT que a assumiu.

Parece-me que muitas questões políticas se transformaram em questões pessoais. Se os problemas já vinham de Tarragona, onde foram discutidos? Eu tenho alguma dificuldade em me enquadrar num debate assim. Problemas sempre irão existir. Mas não me parece correcto pôr-se em causa dirigentes sobre questões políticas que, no fundo, também são pessoais, por ressentimentos, passados vários anos da ocorrência dos acontecimentos.

Em Portugal vamos procurar fazer um balanço político dos mais de 40 anos da revolução portuguesa, tentando agrupar outros camaradas, e vamos ver como desenvolver uma campanha pela ruptura com a U.E, não de forma auto-proclamatória, mas partindo do movimento operário, dos sindicatos, em direcção da maioria de deputados no parlamento, do PS, do PCP, do BE, exigindo o respeito pelo voto popular, contra as ingerências da Troika e do FMI, que regressaram a Portugal.

Um camarada dos Estados Unidos

Camaradas, apreciei muito o relatório do camarada. Permitiu-me compreender melhor os acontecimentos que se sucederam ao longo dos últimos doze meses. Confesso que, na qualidade de membro do Secretariado Internacional, tinha dificuldade em apreender o conteúdo político das discussões e do debate em *La Vérité* de que o camarada nos falou. Recordo-me que, há seis meses, me perguntei: porque é que os camaradas franceses publicaram um novo jornal? Poderiam ter feito tudo isso num boletim. Agora, compreendo que esta conferência de urgência não teria tido lugar se este jornal, *La Tribune des travailleurs*, não tivesse sido publicado, permitindo o reagrupamento dos camaradas. Estariam todos dispersos, desmoralizados. Tive oportunidade de discutir com camaradas franceses, hoje na TCI, que não pertencem à direcção e que me disseram: "Durante dois ou três anos, não nos permitiram fazer o que quer que fosse; finalmente respiramos, organizamos, a IV

Conferência de urgência – Turim – Fevereiro de 2016

Internacional é isso". Não tinha apreendido inteiramente o que estava em causa. Desde o início, tomámos posição nos Estados Unidos, afirmando: "*Levantem a suspensão, abram a discussão*". Um membro do "comité de correspondência" respondeu-nos numa carta em que nos advertia que tínhamos de recuar, senão haveria consequências desagradáveis. Desde então, tentam assestar-nos golpes por todos os meios. Tentam, por exemplo, cortar os laços que tecemos com os militantes sindicais com quem trabalhamos. Mas não conseguirão.

Sobre outro ponto, o relator tem razão quando diz que em muitos países não houve discussão, que os camaradas não sabem o que se passa. Demora a compreender as raízes, os problemas, as forças sociais, as questões fundamentais subjacentes à intervenção, por exemplo, no congresso da CUT do Brasil ou ao que se passou em Portugal — de que eu não estava ao corrente antes de ler o Boletim nº 3 e de ouvir o camarada de Portugal.

Penso que há muitos camaradas honestos que se deixaram arrastar, mas que, a pouco e pouco, regressarão. É por isso que apoio a proposta de constituir um Comité de Organização para a Reconstituição da IV Internacional. É preciso combinar uma actividade pública com o prosseguimento da discussão com os camaradas das secções, no México, no Brasil, em Espanha e noutros lugares.

Uma palavra acerca da discussão sobre a questão da "transição" na secção dos Estados Unidos. Na nossa secção, estamos todos de acordo em afirmar que a construção do partido não pode fazer-se sem nos inserirmos, a todo o momento, nos processos reais da luta de classes e nos processos reais de ruptura, de crise em sectores do movimento operário, da juventude, etc. Se há país onde a questão da transição se coloca, a questão do Labor Party, são os Estados Unidos.

Temos laços muito significativos com sectores importantes do movimento sindical. Mas estes laços, por si só, não nos permitiram construir-nos como secção da IV Internacional. Durante largos anos, a despeito do trabalho importante que desenvolvíamos no quadro do Acordo, estagnávamos como secção. Há alguns anos, compreendemos, assim, que era necessário encontrar um equilíbrio na nossa construção. Era necessário compreender que a nossa construção não se faria automaticamente. Foi preciso pormos a tónica no recrutamento, na educação, na formação, incluindo uma viragem em direcção à juventude — tudo coisas dadas por adquiridas por camaradas que, como em França, tinham uma grande secção, mas que o não são para pequenas secções.

Sobre esta mesma questão da transição, penso que, se há muitos camaradas que hoje se alinham com a CCI e seus aliados, isso acontece, em parte, porque a maioria da direcção da CCI pôde utilizar uma coisa que é real: a estagnação da IV Internacional, o facto de não nos termos construído ao longo dos últimos vinte e cinco anos, o Acordo padecer de rotina. Eu próprio, confesso-o, fui um pouco marcado por estes argumentos. Evidentemente, tratava-se de uma manipulação total feita por estes dirigentes da CCI; mas eu sei que muitos camaradas são sensíveis a estes argumentos: porque não nos construímos, porque são muitas das nossas campanhas deixadas sem continuidade?

Penso que será necessário discutir calmamente estas questões, discutir as nossas próprias fraquezas, discutir sobre a forma de melhorar o nosso trabalho de construção das secções e procurar um equilíbrio para que possamos construir as nossas secções nos processos reais da luta de classes. Em minha opinião, esta discussão pode e deve ter lugar a partir do comité de organização. É uma discussão que tem todo o cabimento no quadro do relatório que foi apresentado.

Um camarada do México

Não preparei nada escrito, mas pude fazer rapidamente algumas anotações acerca do que se encontra em discussão. Não vim aqui para apoiar uma posição em exclusivo, mas para conhecer o ponto de vista da tendência e poder apreciar o que aconteceu. Trata-se de verdadeiramente de defender e combater pela IV Internacional. Os camaradas são favoráveis à abertura da discussão para efectivamente aprender com os conflitos que emergiram em França e se estenderam a nível internacional.

No meu país, a situação política é muito grave. Os professores primários estão travando uma grande batalha contra a reforma da educação. De facto, é uma reforma da regulamentação laboral, para despedir os professores primários. São os professores primários que estão à cabeça do movimento no México, e a OST, secção mexicana, está inserida neste movimento.

Os electricistas, organizados no sindicato mexicano dos electricistas, o SME, impulsionaram uma associação política nacional, que depois se transformou em Organização do Povo e dos Trabalhadores, a OPT, de que somos uma corrente.

No entanto, desde que a OPT estagna na luta, ao não se decidir a lutar contra a reforma da energia, que nada mais é do que a privatização do petróleo, a secção mexicana decidiu avançar noutro sentido, com a construção de um "*comité de diálogo por uma representação política*".

O nosso programa defende que a crise da humanidade se reduz à crise da direcção revolucionária e, no México, nós vemo-lo claramente. Porém, na sequência do conflito em França, não pudemos, infelizmente, abrir uma verdadeira discussão. Vim aqui a fim de compreender, de questionar e de criticar, de reforçar, deste modo, as nossas forças na luta, com as trabalhadoras e os trabalhadores.

Uma resposta foi dada às principais acusações formuladas contra a tendência, pelo menos no meu país: acusações de ter rompido com o centralismo democrático, de editar um jornal concorrente a *Informations ouvrières*, de não pagar quotas e, consequentemente, de destruir a IV³ Internacional.

Posso parecer atrasado na discussão, mas isso deve-se, precisamente, ao facto de a discussão ter ficado por aí no México. Sendo assim, preciso de regressar para discutir no meu país e colocar abertamente os problemas. Nas votações, não posso decidir pelo México, uma vez que os camaradas que concordam com a minha presença aqui não o aceitariam, mas reconheço a necessidade deste combate.

Conferência de urgência – Turim – Fevereiro de 2016

Sobre a proposta do Comité de Organização pela Reconstituição da IV Internacional, pergunto-me: por um lado, diz-se que continuamos a discussão com os camaradas que estão dispostos a fazê-lo à escala internacional. Mas, ao mesmo tempo, reconhece-se que a reunificação internacional não é possível. É o que nós prevemos, então, a questão da unidade sobre pontos comuns e, nesta via, com os sectores em luta, construímos a Internacional? No México, os camaradas são partidários de abrir a discussão, nós assumiremos a defesa dos princípios da IV Internacional para poder intervir na luta, para podermos assumir as nossas responsabilidades.

Um camarada do Burundi

A realização desta conferência era uma necessidade. Para mim, sendo membro do Conselho Geral e do Secretariado Internacional, isso permite-me compreender algumas coisas. É bem evidente que a crise que abala a IV Internacional, desencadeada pela maioria da direcção da secção francesa, tem um fundamento político. Como toda a gente sabe, o programa de transição indica que as condições objectivas da revolução proletária não só estão maduras, mas começam mesmo a apodrecer. Toda a gente vê o que se passa no mundo, as destruições, as guerras, as privatizações e destruições das legislações laborais, etc. Toda a gente constata a justeza daquele programa escrito em 1938, mas também como as coisas pioraram.

A questão que se coloca é a ausência das condições subjectivas, o que, perante a traição da IIª Internacional, levou Lenine e os seus camaradas a criar a IIIª Internacional, cuja traição ulterior esteve na base da constituição da IVª Internacional pelo camarada Trotsky e pela Oposição de Esquerda.

Sabemos que as condições objectivas estão maduras para a revolução proletária, mas faltam as condições subjectivas. Dito de outra maneira, como escreve Trotsky no programa de transição: a crise da humanidade reduz-se à crise da direcção revolucionária do proletariado.

Compreende-se perfeitamente que, se o imperialismo continua a sobreviver, é porque as direcções não querem separar-se do semi-cadáver político da burguesia. É o que falta. Portanto, quando os cisionistas dizem que os dirigentes sindicais são os garantes da independência das organizações sindicais, isso é, no mínimo, uma revisão do programa. E, no terreno da luta de classes, tudo isso se manifesta: são as direcções das organizações sindicais que impedem que as massas possam ir até ao fim na via da satisfação das suas aspirações. São as greves rotativas, o não travar combate pela defesa do código do trabalho em França, por exemplo, o problema que foi evocado no Brasil.

No Burundi, as coisas são de tal modo evidentes que não necessitamos de procurar mais. Hoje em dia, no Burundi, por exemplo, as direcções sindicais cessaram todo o tipo de combate pela satisfação das reivindicações dos trabalhadores. Elas escondem-se atrás do que denominam Colectivo contra a Vida Cara. É evidente que toda a gente é contra a vida cara. Mesmo os burgueses são contra a vida cara. Este colectivo é dirigido por representantes da

sociedade civil. Hoje, no Burundi, encontramos-nos numa situação extremamente crítica que arrisca resvalar para uma situação de guerra civil aberta. O regime alega problemas “étnicos”.

Enquanto IV Internacional, lançámos um apelo para a realização de uma conferência nacional de urgência pela paz, pela soberania e pela defesa da nação. Conseguimos recolher 5434 assinaturas de todos os horizontes políticos, fora das direcções. É a base, os militantes que se pronunciam pela realização desta conferência. Afirmam que pretendem encontrar soluções burundesas para a crise burundesa, sem ingerência estrangeira: sem Banco Mundial, sem FMI, sem o imperialismo americano, sem o imperialismo francês, etc.

Contactámos os sindicatos. O que nos disseram? Disseram-nos o seguinte: o que está em causa não é a realização da conferência, é a destituição do presidente da república. E hoje, o que é feito, nomeadamente, através dos ataques que se organizam ao abrir-se uma crise financeira profunda do governo. Por exemplo, hoje suprimem os aumentos anuais dos salários, e o governo conseguiu fazer passar isso porque as direcções sindicais permitiram que o fizesse.

Portanto, o combate que devemos levar a cabo, enquanto IVª Internacional, é exactamente para que os trabalhadores se consigam reapropriar dos sindicatos. As direcções não garantem, pois, a independência da classe operária. É precisamente o inverso.

Sou membro do SI. Num dado momento, discuti com um membro do “comité de correspondência”, que me explicava que a ruptura com a União Europeia era uma falsa palavra de ordem. Assim, camaradas, trata-se de uma revisão política que visa precisamente a adaptação política à União Europeia, a adaptação política ao PS, etc.

Nas discussões, inclusive no Secretariado Internacional, um camarada dizia que hoje em dia as massas desconfiam dos partidos políticos, sob o pretexto de que a Frente Nacional ia “de vento em popa”. Então, isso era uma justificação para não se construir o Partido Operário Independente. Trata-se de uma revisão política que procura evitar que se construa o partido revolucionário, que se construa a IVª Internacional sobre a linha da transição.

Quando eles dizem que o movimento das massas vai, por si mesmo, acabar com o imperialismo e com os aparelhos, corremos o risco de esperar muito tempo, pois o imperialismo ainda anda por aí. O programa de transição diz que nos encontramos no período de agonia. Isso não significa que ele se vá afundar, e não o fará precisamente porque é sustentado pelas direcções tradicionais, pelas direcções sindicais.

Para mim, é inteiramente justo falar-se de um centro revisionista e liquidacionista, que até os textos, os estatutos líquida. Quem pode decidir no lugar de um congresso senão o próprio congresso? Ou, entre dois congressos, senão o conselho geral? Tal como os outros camaradas, não fui convidado a participar no último secretariado internacional, o que significa que fomos excluídos das instâncias, embora os textos sejam claros. Mas creio que ao nível da IV Internacional os militantes discutem. É como num congresso,

Conferência de urgência – Turim – Fevereiro de 2016

não se tem um mandato de uma secção inteira. Discute-se enquanto militante da IVª Internacional. Estou completamente de acordo com a proposta do camarada de se criar o Comité de Organização pela Reconstituição da IV Internacional e, para isso, penso que é necessário editar um boletim de discussão do CORQI que nos permita discutir com todos os militantes da IVª Internacional.

Trata-se de uma discussão política, como sempre a fizemos. Nós não somos a IVª Internacional, mas temos o direito de falar em nome da IVª Internacional, porque respeitamos e somos fiéis ao programa de transição.

Um camarada de Itália

Partirei da situação em Itália, em relação com a discussão sobre a crise da IVª Internacional. Nós tomámos imediatamente posição: primeiro, uma posição em defesa da livre discussão, contra as exclusões e contra as expulsões. Mas, a partir dos primeiros encontros, das primeiras discussões que tivemos, tendemos, de imediato, a partilhar também as posições políticas, ainda que não tomássemos logo uma posição sobre a questão de fundo da política da direcção da CCI.

No entanto, sempre dissemos, sempre pensámos, que as posições da tendência eram as nossas: sobre a ruptura com a União Europeia, a construção do partido, a intervenção na luta de classes.

Respondemos, escrevemos, a própria secção escreveu diversas cartas ao "comité de correspondência", aos membros do Conselho Geral, aos membros do Secretariado Internacional. Estas cartas não foram transmitidas. Mas nós escrevemos a partir de uma realidade, afirmando: não mudámos, somos os mesmos. Respondemos a militantes que conhecemos em França dizendo: somos os mesmos. Alguém nos perguntou: mas porque foram ao comício internacionalista de 26 de Setembro, em Paris? Ora, porque é a nossa luta! Temos lutado sempre contra a União Europeia, é a continuidade da nossa política e em todos os planos: a questão da União Europeia, a questão da frente única, a construção do Acordo, as relações entre partidos e sindicatos...

Não se pode dizer que a Itália não esteja metida na crise. Ela está metida na crise da IVª Internacional porque faz parte da IVª Internacional. Mas no que diz respeito à nossa secção, neste momento podemos dizer que a secção, no seu todo, encontra-se unida com uma mesma posição porque existiu esta continuidade. Em contrapartida, quando tivemos de julgar a política da tendência, no que me diz respeito, foi a questão da livre discussão. É claro. É uma linha de demarcação.

A tendência propôs-se combater contra o estado de emergência em França, sobre a questão do Código do Trabalho, sobre questão da União Europeia... É a política da tendência e isso é concreto. Pode-se discutir. Nós fomos submergidos de documentos de uns e doutros. Houve momentos em que foi difícil dar conta de tudo. Mas, no fim, decidimos optar. Eu fui eliminado dos destinatários dos documentos da CCI. Mas o que faz optar é a política concreta.

Uma outra questão que, no meu ponto de vista, é preciso discutir tem que ver com as razões que conduziram à situação. Pode-se discutir, pode-se tentar distinguir as razões dos dirigentes das razões dos militantes, mas eu procuro, talvez um pouco artificialmente, porque quanto aos dirigentes não sei, mas quanto aos militantes penso que há uma questão de fundo que é a da pressão que se exerce e à qual estamos expostos com a nossa política.

Podemos vê-lo na Itália: se nos queremos inserir na luta de classes, participar na acção sindical, na defesa da CGIL... é fácil resvalarmos para a defesa dos dirigentes, é difícil manter uma linha independente. Há pressão. É preciso tomar isso em consideração. Mesmo de futuro. Vamos combater nos sindicatos, nos movimentos da classe. Mas o que é importante é construir no plano político.

Em 1997, a primeira conferência pela defesa da escola pública organizada em Turim foi um passo importante para a construção da nossa secção em Itália, porque passámos das discussões teóricas sobre os problemas teóricos com militantes, com pouca intervenção na luta de classes, a esta conferência nacional com muitos dirigentes em Turim, e 100 professores numa sala. Estava presente um camarada dirigente da secção brasileira, que estava em Itália para fazer contactos.

Ele assistiu à conferência. No final, nós tínhamos convocado uma pequena reunião para debater a reforma das pensões numa perspectiva política, e eu hesitava um pouco em convidar os professores — que estavam na sala para defender a escola pública, num terreno de frente única apenas para defender a escola pública — para uma reunião a realizar num plano mais directamente político.

O camarada brasileiro disse-me: atenção, hoje estás a entrar na luta de classes em Itália, mas se não os convidares e não construíres no plano político, vais destruir tudo, mesmo no plano de luta de classes.

Não sei por que razão o camarada brasileiro não está hoje aqui. Mas guardei na memória o que ele me disse. Ele mudou de posição, mas eu não mudo, porque vi demonstrado aquilo que ele me disse. Tenho sempre procurado equilibrar a construção política no terreno do Acordo, convidar ao nível da IV Internacional e combater e manter-me num ponto de vista de construção. É difícil e não existe solução milagrosa, e a secção italiana não estará em crise, mas tem dificuldades.

O outro facto reporta-se a 2006: apresentámos uma lista às eleições municipais de Turim pela ruptura com a União Europeia. Foi um salto qualitativo que nos levou a constituir um Comité por um Partido dos Trabalhadores. Nessa altura, um dirigente sindical da UIL de Turim disse-me (eu era então candidato à câmara municipal de Turim):

"Com esta lista, candidatando-te numa linha de ruptura com a União Europeia, vais destruir todo o trabalho do manifesto dos 500" (vasto movimento de defesa da escola pública em que estamos participando). Respondi-lhe: não, é precisamente o contrário... mas, ao mesmo tempo, era difícil, pois havia quem pudesse pensar que politizar as coisas, colocar uma etiqueta, podia dividir o Movimento dos 500.

Conferência de urgência – Turim – Fevereiro de 2016

Hoje, o Movimento dos 500 em defesa da escola pública está mais forte que nunca, e toda a gente conhece as minhas posições políticas, respeita-as e eu exprimo-as ao lado das outras. Toda a gente sabe quem nós somos, mas toda a gente combate connosco. Portanto, no meu ponto de vista, é necessário reflectir sobre este equilíbrio, mesmo na discussão sobre as relações do Acordo.

Nem tudo correu bem no Acordo, mas penso que a conferência mundial de Madrid não correu mal. A conferência mundial de Argel não correu mal. Há nesta sala camaradas que foram a essas conferências, e nós recrutámo-los lá. Aprofundámos a discussão de forma importante e, se não se pode dizer que o Acordo tenha resolvido tudo, a linha do Acordo é justa. Li o que escreveu um camarada no relato da discussão nos Estados Unidos. Quando ele diz: posso afirmar que o Acordo me permitiu permanecer na IV Internacional, acho que isso é também assim no meu caso.

Estive em Barcelona em 1991. Compreendia aspectos do programa da IVª Internacional, discutia com um camarada trotskista. Mas o que me convenceu foi a linha do Acordo, e depois continuámos a discussão. Por conseguinte, do meu ponto de vista, a transição é muito importante.

Concordo com o Comité pela Reconstituição. Não se pode dizer que seja bom resultado voltarmos a ver na situação de ter de reconstruir. É difícil. Mas estou de acordo em fazê-lo e afirmá-lo. E, em minha opinião, nesta discussão é preciso discutir o papel e o futuro do Acordo. Há a conferência mundial. Nós respondemos favoravelmente. Vi nela uma perspectiva.

Um camarada de França

Um camarada perguntou-me: como é possível que eles tenham conseguido apoderar-se da maioria da secção francesa? Em minha opinião, para responder a esta questão é necessário partir dos factos: nós apresentámo-los nos documentos da TCI e voltaremos a falar neles. Mas é preciso recordar que a IV Internacional é sujeito e objecto da luta de classes entre o capital e o trabalho.

Não se pode separar a crise actual da IV Internacional das questões colocadas pela intervenção na luta de classes. Quando constituímos a tendência, no texto que vocês conhecem, demonstrámos que existe uma relação entre o abandono de uma política de construção do partido, quer dizer, de abandono de uma política independente dos aparelhos, e o abandono de uma política independente de intervenção na luta de classes.

Já tratámos algumas destas questões na *“Carta ao camarada Alan Benjamin”* do mês de Agosto. Mas gostaria de assinalar, a partir de dois exemplos, o modo como esta questão se nos pôs no último período.

O primeiro exemplo que darei relaciona-se com uma batalha que levámos a cabo quando éramos membros da mesma organização, com a CCI, e o segundo, quando, prosseguindo o mesmo combate sob outra forma em nome da IV Internacional, o fizemos como organização independente.

Antes, porém, creio que é necessário recordar o que todos os camaradas sabem: que, em 1953, a resistência ao curso revisionista teve origem na comissão operária do PCI da época, quer dizer, nos militantes operários empenhados na luta de classes, que recusavam subordinar-se ao aparelho estalinista.

Se o trotskismo sobreviveu em França neste período, foi porque o camarada Lambert sempre nos orientou, mesmo sendo um pequeno grupo, para intervir na luta de classes. A tradição do “lambertismo” é 1963, não éramos então mais do que algumas dezenas; porém, no momento da grande greve dos mineiros, desafiando o aparelho estalinista, enviámos grupos de operários da região parisiense contactar mineiros que tinham *“descido sobre Paris”* para colocar o problema da greve geral de toda a classe operária, na linha: *“ajudar os mineiros, é pela greve geral”*.

A tradição do “lambertismo” é 1968, quando, por deliberação da nossa direcção, decidimos desencadear a greve geral, soldando as portas de uma fábrica metalúrgica, Sud Aviation, na região de Nantes.

A tradição do “lambertismo” é a greve dos empregados dos correios de 1974, na qual combatemos para restabelecer a tradição dos comités de greve e em que — confrontado com a questão de um dirigente sindical que lhe perguntava: *“Mas o que estão a fazer com a vossa greve?”* — o camarada Lambert lhe respondeu orgulhosamente: *“Sou independente, faço o que entendo! Na organização sindical, informo, mas se considero necessário fazer greve, e se os trabalhadores estão dispostos a fazer greve, faço greve”*.

A tradição do “lambertismo” é 1983, quando o primeiro governo “socialista” fez um acordo com a direcção do burô confederal de Force Ouvrière e nós decidimos, durante a noite, publicar um jornal, a 30.000 exemplares, difundido em todas as fábricas, denunciando estes acordos e fazendo recuar a assinatura entre a central reformista e o governo socialista.

Se recordo estes acontecimentos, é porque é este o desafio: tem a vanguarda capacidade para intervir de forma independente na luta de classes, quer com uma força limitada, quer com uma força maior nas organizações, sempre, porém, partindo do interesse fundamental da classe?

Então quais são os dois exemplos? No congresso do POUS, os camaradas portugueses ouviram ataques virulentos contra os camaradas que trabalham nos hospitais da região de Paris e militam e participaram na constituição da TCI. Que se passa?

No ano passado, houve uma jornada de luta, o 9 de Abril, uma jornada de luta importante, com centenas de milhares de trabalhadores na rua. No entanto, já então militantes que vieram a constituir a TCI recusavam, na CCI, considerar que houvesse a esperar tudo das cúpulas e contentar-nos nós, simplesmente, com preparar a jornada, na esperança de que os dirigentes lhe dessem continuidade. Esses militantes prepararam a jornada com os métodos tradicionais da luta de classes, preparando as greves. Esses camaradas, que

Conferência de urgência – Turim – Fevereiro de 2016

recrutaram trabalhadores para o Partido Operário Independente, decidiram organizar uma verdadeira greve. E greve houve nos hospitais da região parisiense, como há dezenas de anos nunca tinha havido nessa área profissional, com 25.000 de 75.000 trabalhadores em greve.

Ora bem, camaradas, é preciso que vocês o saibam, na quarta-feira, 23 de Maio, quando 25.000 trabalhadores estavam em greve e todos os sindicatos unidos apelavam à preparação da greve total para fazer ceder o governo, *Informations ouvrières* apelou ao regresso ao trabalho! Como? Publicando um comunicado a afirmar que a direcção tinha recuado e que o plano tinha sido retirado.

Ora, assembleia geral a assembleia geral, os trabalhadores diziam, rebocando todos os sindicatos: o plano não foi retirado, nós apelamos à greve. Erro jornalístico? Não, camaradas. Na mesma altura, altos dirigentes sindicais nacionais, próximos do Partido Socialista no poder, começavam a dizer: “É preciso saber acabar uma greve”. Os dirigentes mandaram um representante do que é hoje a CCI ir ter com os nossos camaradas para lhes dizer: “Vocês têm de parar, perceberam?” Claro que os nossos camaradas não perceberam nada e continuaram, fazendo recuar a direcção. Esta é já uma primeira parte da resposta sobre as forças que estão operando.

Em seguida, na direcção da CCI, ouvimos repetir vezes sem conta esta frase estúpida: “Nós ocupamos uma posição determinante no movimento operário, influenciemo-lo, etc. Nenhuma decisão importante se toma no movimento operário francês sem o nosso acordo, sem nós a impulsionarmos”. Camaradas, para uma corrente revolucionária, minoritária até à tomada do poder, pretender que dirigimos o movimento operário no seu todo é uma estupidez teórica. Com, porém, uma consequência prática: era preciso inserir-se, não nas organizações, como dizia o camarada português, mas nos aparelhos.

A CCI tem posições significativas nas organizações sindicais da saúde. Resultado: nada. A pior lei contra a saúde passou sem combate. Ora bem, isto sucedeu quando ainda estávamos na CCI, mas, como nós lá estávamos, esta questão chegou ao burô político, e eles foram obrigados a recuar e a dizer que fora um erro. Assim se compreende melhor a razão por que era preciso expulsar-nos, porque eram necessárias estas medidas brutais.

E continua: camaradas houve que suscitaram a questão do jornal. Camaradas, um jornal operário é feito para responder às questões com que a classe se debate. No mês de Julho, quando fizemos sair o jornal, observámos a situação e estudámos, com um novo olhar, o facto de que se estava preparando um acordo sobre a função pública, em negociação entre as organizações sindicais e o governo há dezoito meses (o chamado acordo PPCR). Este acordo diz respeito a 5,4 milhões de trabalhadores do nosso país. Ele contém um plano de supressão dos postos de trabalho de 200.000 trabalhadores. É um plano de destruição do estatuto. Ao termos o jornal *La Tribune des travailleurs*, começámos a torná-lo público e a dar o alerta. O governo queria assinar o acordo no fim de Setembro. Empenhámo-nos na batalha, e as organizações começaram a dizer: não se pode assinar isto. Excepto uma, a Federação Autónoma do

Ensino (FSU). Saibam que uma primeira votação na direcção desta organização deu maioria contra a assinatura do acordo governamental. Os dirigentes procederam, então, a uma segunda votação. Manteve-se a maioria contra a assinatura. Depois, à terceira votação, os partidários da assinatura do acordo obtiveram maioria de um voto. Que voto se acrescentou para lhes permitir vencer? O voto de um militante da CCI.

O abandono de uma política de construção do partido independente dos aparelhos acaba, no espaço de poucas semanas, em votar a favor de um acordo de destruição dos estatutos.

As questões sobre as quais decidimos intervir, como TCI, como organização independente, com um jornal, dentro das organizações, para convencer, para, nas greves que se desenvolveram, pôr o problema deste acordo, vão ao fundo das questões da IV Internacional, quer dizer, as da nossa independência face ao aparelho, a fim de ajudar a classe a desembaraçar-se dos obstáculos que se erguem diante dela. Parece-me que entre estas questões concretas e a discussão que estamos tendo na nossa conferência para combater o revisionismo, há uma relação.

Um camarada do Brasil

Camaradas, eu fui arbitrariamente excluído pela direcção da minha organização, a corrente O Trabalho do PT do Brasil. Após o relatório e a exposição dos factos, torna-se evidente que, no seio da IV Internacional, estamos a sofrer um ataque revisionista e liquidador contra a nossa organização. O relatório abordou o que se passou no congresso da principal central sindical do Brasil, a CUT. O que lá se passou é efectivamente muito grave. Mas pior ainda é o que foi dito. O PPE (Programa de Protecção do Emprego), que foi adoptado neste congresso, é, na realidade, um programa de redução dos salários na indústria. Mas a amplitude desta redução é mascarada, porque incide parcialmente em dinheiro do fundo de assistência no desemprego, que pertence aos trabalhadores. E este programa, que já está a ser aplicado pelos patrões no Brasil, em nada permitiu a manutenção dos empregos. Os patrões ficaram com o dinheiro e agora preparam-se para organizar os despedimentos.

O dirigente da fracção sindical de O Trabalho no congresso da CUT, apoiado pela direcção de O Trabalho, defendeu isso no congresso da CUT. Será exagerado caracterizar isso como submissão ao aparelho da CUT e do PT? Submissão, aliás, que é bem capaz de não se ficar por aí. Agora, o governo de Dilma acaba de anunciar que vai proceder a uma reforma do sistema de aposentações, elevando para 60 anos a idade mínima da aposentação dos trabalhadores. O aparelho sindical lulista anunciou já que estava de acordo em discutir esta reforma no quadro de um fórum tripartido. No jornal, *O Trabalho*, a direcção da corrente começou a dar alguns sinais de aceitação desta posição. Trata-se de algo bem novo, no Brasil. Nunca tinha visto uma tal submissão da parte da direcção da corrente.

Concordo que devemos organizar uma resistência a este curso revisionista a nível internacional. Concordo em

Conferência de urgência – Turim – Fevereiro de 2016

afirmar que nem todos os militantes compreenderam o que está em causa nesta discussão. Penso que, em nenhum caso, devemos abandonar o trabalho no quadro do Acordo Internacional dos Trabalhadores para a construção de partidos operários independentes. Nele reside uma condição da nossa sobrevivência.

E, para terminar, eu tenho uma questão a colocar: não penso que existam aparelhos “sindicais”. Penso que existem aparelhos. Aparelhos ao serviço da burguesia, que têm um papel a desempenhar tanto nos sindicatos como nos partidos. Porque, se colocamos apenas o problema dos aparelhos que actuam nos sindicatos, desarmamo-nos para compreender a verdadeira natureza dos outros aparelhos.

Um camarada do Brasil

Camaradas, essa é a minha primeira reunião internacional que eu participo da IVª Internacional. Eu entrei na organização no ano 2000, na Conferência Mundial de Jovens pela Revolução (São Paulo, Brasil) e eu compartilho da intervenção do camarada Eric (USA) da importância da gente colocar a juventude no centro da construção da IVª Internacional, pois foi assim que eu fui ganho para a IVª Internacional. A construção da IRJ (Internacional Revolucionária da Juventude) foi abandonada.

Eu sou hoje militante sindicalista há dez anos. Eu não sou da direcção da secção brasileira, mas compartilho com vocês a maneira como a “crise francesa” foi transmitida aos militantes brasileiros. Foi uma discussão interditada como se fosse um “problema francês”. Eu só comecei a fazer a conexão com o que estava acontecendo na França com a actuação de dirigentes da secção brasileira na questão do PPE (Programa de Protecção ao Emprego) que reduz salário e jornada a pretexto de defesa do emprego, na CUT. A real discussão sobre a cisão na França não foi apropriada pelos militantes da secção.

A discussão sobre a “*quebra de centralismo*” era contada pelo seu final, mas não desde seu início, do desenvolvimento do enredo. Por isso nós devemos dialogar com nossos camaradas. Não fazer isso é o contrário do que o Lambert dizia numa das cisões, se não me engano em 1948 (a cisão dos “*diretistas*”, NdR), em que dirigentes ficavam felizes que militantes estavam abandonando a organização. Nós temos que ter o trabalho de explicar, explicar, explicar.

Sobre a questão do PPE. No Brasil a margem de manobra bonapartista de Lula e Dilma para o imperialismo terminou: aumentos salariais foram arrancados pelos trabalhadores e alguma margem de manobra se fazia, enquanto o essencial se cumpria naquilo que o imperialismo queria. Para o imperialismo hoje isso terminou. E o camarada Júlio Turra, na sua defesa que está disponível na internet no congresso da CUT, apelou para o argumento da “*faca no pescoço*”, “*a classe operária está com a faca no pescoço*”, “*é necessário esse acordo*”. O camarada responsável de *O Trabalho*, em plenária em que eu participei afirmou que os operários eram a favor do PPE. As direcções traídas não existem? São os operários? “*Para proteger seus empregos*”.

Nós fomos postos para fora de maneira sumária numa plenária pelo principal dirigente da corrente. Nos acusaram de falsificadores por termos criticado a não apresentação de uma

formulação na CUT que exigia a saída do ministro da economia Levy (antigo ministro da fazenda de Dilma, autor de um plano de austeridade exigido pelo imperialismo, NdR). O argumento, fugindo da discussão política, é que nós não podíamos apresentar uma resolução política pelo “*Fora Levy*” porque isso não tinha sido aprovado nos congressos regionais da CUT. O que não impedia de se apresentar como moção e fazer um trabalho incidindo na base das outras correntes.

Eu participei agora em Janeiro, do congresso do meu sindicato, o de professores do estado do Paraná. A proposta de aumento da idade da aposentadoria feita pela presidente Dilma foi apresentada em Janeiro. Uma resolução contrária a isso não havia sido aprovada em etapas congressuais regionais, pois a proposta da Dilma surgiu depois da realização das etapas regionais do congresso do sindicato ocorridas ao final de 2015. Eu apresentei uma resolução. A direcção do sindicato disse que eu só poderia apresentá-la como moção e eu colectei 442 assinaturas no plenário (cerca de 60% dos delegados) e ela foi aprovada por unanimidade na plenária final. É o que nós não fizemos no congresso da CUT.

Um camarada do Togo

Para que compreendam bem a minha intervenção, preciso de esclarecer uma coisa. Até Outubro passado, fui militante da secção francesa e só a partir desse mês me tornei militante do Togo. Se digo isto, é porque, em relação à crise actual, se o relatório facultou algumas informações que nos permitem compreender as bases políticas desta crise, ela tem duas características que eu queria vincar.

A primeira é a falta de teorização. Assim, até agora — pelo menos, daquilo que eu sei da história da IVª Internacional e mesmo das outras Internacionais —, de cada vez que havia um debate sério, as diferentes posições eram claramente expostas, mesmo quando foi da crise provocada por Pablo em 1950-1953. Pablo explicara claramente para onde queria ir. No caso presente, não é assim. As coisas fazem-se a pequenos empurrões. Darei um exemplo. Disse-se que um dos óbices era a maioria da DN da CCI ter abandonado a construção do POI. No entanto, eles nunca o disseram nestes termos.

Por isso expliquei eu de onde vinha: eu era militante da secção francesa no departamento de Yvelines e, antes de a crise rebentar, um ano e meio antes, já lá se aplicava esta orientação, impulsionada por um membro da DN da CCI no departamento. Explicava ele que não era preciso preocuparmo-nos mais com o POI, necessário era organizar, sim, os sindicalistas. Ele preocupava-se com os comités de sindicalistas; nestes comités, não se difundia *Informations ouvrières*, não se falava do POI; ele começou a organizar à sua volta um comité baseado em afinidades, com pessoas que concordavam com o que ele fazia.

Grande número de militantes de Yvelines opuseram-se a este camarada membro da DN, pioneiro desta orientação, e dirigiram-se à direcção nacional. Para sua grande surpresa, esta não reagiu. Só nos viemos a dar conta da razão desta falta de reacção muito mais tarde, quando a crise estalou.

Conferência de urgência – Turim – Fevereiro de 2016

Mais tarde nos apercebemos que este camarada da DN e a maioria desta estavam no mesmo campo. É o que designo por falta de teorização. Em princípio, é necessário, através de um debate, explicar para onde se quer ir. Neste caso, não o fizeram, porque sabiam que, se o fizessem, haveria discussão, e eles não queriam que houvesse discussão. É o que explica a segunda característica.

Faz-se tudo para que não haja discussão. Numa organização como a IVª Internacional, quando há uma crise como a que atravessamos, o raciocínio mais elementar diz-nos que seria preciso reunir o Conselho Geral, quer dizer, o organismo eleito pelo último Congresso Mundial. Nenhum militante se poderia opor a isso. No caso presente, fez-se tudo para que ele não se reunisse. Portanto, quer-se impedir o debate, quer-se que a discussão não tenha lugar. Eles sabem que, se ela tivesse lugar, se arriscavam a ficar em minoria.

Isso permite-me frisar o que um camarada dizia há pouco: será que 60% dos membros do Conselho Geral serão revisionistas, liquidadores? Não. Mas é, precisamente, porque não há 60% de militantes revisionistas que os que o são não querem que a discussão tenha lugar. Porque, se houvesse, eles seriam postos em minoria. O que é grave é que esta prática de impedir a discussão se esteja hoje transferindo para quase todas as secções e grupos.

Foi o que encontrei ao regressar ao Togo. O CLTT (Comité de Ligação dos Trotskistas Togoleses), que intervinha no país sob a direcção de um camarada membro do Conselho Geral, teve uma reacção muito peculiar. Na realidade, o CLTT é constituído por militantes dispersos: alguns estão no país, outros na emigração.

Sempre que se colocava uma questão importante, estas duas componentes concertavam-se. Porém, algo de bizarro se passou quando se abriu a crise, em Junho de 2015; logo a 1 de Julho, o CLTT enviou uma carta apoiando a maioria da DN da CCI, quando os camaradas da emigração, em que, estando na secção francesa, eu me incluo, não estavam ao corrente da crise aberta na CCI. Mas o CLTT já tinha emitido a sua opinião, acima referida. Não conhecemos o teor da carta por ele enviada. Por diversas vezes pedimos que dela nos dessem conhecimento.

Desde o meu regresso, eles reúnem-se na minha ausência e, quando descobri o local em que o fazem e vim assistir à reunião, pois bem, discute-se disto e daquilo, mas nunca dos problemas políticos que estão na ordem do dia. Aguardam que eu saia para discutirem. Tomaram a decisão de apoiar e participar no congresso de cisão, com uma resolução confrangedora. Quando regresssei, o camarada membro do Conselho Geral pediu-me para nos reunirmos os dois em privado.

Perguntei-lhe como era possível que ele não apoiasse o pedido de realização de uma reunião do Conselho Geral (a que ele próprio pertencia) formulado por vinte dos seus membros. Respondeu-me que apoiar o pedido dos membros do Conselho Geral equivalia a apoiar a minoria. Dava a impressão que se sentia pessoalmente ligado a gente de quem não havia que dessolidarizar-se politicamente. Actualmente, há muitíssimos militantes da IVª Internacional a quem se sonegaram informações, com quem não houve

discussão. Cabe-nos, portanto, fazer com que esta discussão se realize. Por conseguinte, a proposta de criar um quadro organizativo que permita lançar o debate no interior da IVª Internacional no seu todo é bem-vinda.

Um camarada de Itália

Parece-me que haverá sempre crises e esta não é a última. A história do movimento operário e das nossas organizações conheceu várias crises. Haverá outras. Estamos numa situação em que não podemos parar as crises políticas, porque para o fazer, é necessário parar a luta de classes. Enquanto houver luta de classes haverá crises, porque, como disseram os camaradas que me precederam, as organizações representam os desafios da luta de classes.

Mas é necessário ter consciência de que as crises não se vão sempre apresentar da mesma forma. Têm um fundo comum: é ou não necessário construir uma organização, é ou não necessário que essa organização seja independente? Este é o fundo de todas as crises, mas a forma em que a crise se vai manifestar não é idêntica.

Dizemos muitas vezes: a classe operária vai procurar meios para afirmar a sua política, vai procurar brechas por onde enxurrar. Vai procurar vias. Mas, camaradas, a burguesia também vai procurar vias. Os estalinistas talvez sejam grosseiros, mas não são trouxas. Os social-democratas talvez sejam idiotas, mas vão aplicar uma política inteligente de destruição das nossas organizações.

Enquanto a classe operária vai procurar as suas vias, eles vão procurar caminhos que levem à destruição das nossas organizações independentes, como as organizações sindicais e as organizações revolucionárias. Como se apresenta esta política? É difícil de dizer. Por exemplo, há algumas semanas atrás, em Itália (outros camaradas italianos explicá-lo-ão, seguramente, no decurso da discussão), a CGIL, o maior sindicato, vai apresentar uma política por uma Carta dos Direitos dos Trabalhadores. É um facto novo. Até agora, os aparelhos sindicais têm impedido a centralização das lutas, dividindo-as em várias redes, avançando palavras de ordem que não põem em causa nem a União Europeia nem o governo. Agora, estão a propor um conjunto de reivindicações num documento denominado Carta dos Direitos dos Trabalhadores.

Camaradas, claro que nós não somos contra uma Carta dos Direitos dos Trabalhadores, é um título que podemos utilizar. Mas quando se conquistou uma Carta dos Direitos dos Trabalhadores em Itália? Em 1969. Nessa época, houve cá grandes lutas dos trabalhadores, houve um movimento revolucionário que chegou a colocar a questão do poder. Foi para evitar que se pusesse e resolvesse a questão do poder que a burguesia teve de ceder e assinar uma lei chamada estatuto dos trabalhadores, lei que foi adoptada pelo parlamento em 1972.

O que dizia esta lei? Dispunha que os trabalhadores não pudessem ser despedidos sem autorização sindical e um procedimento específico. Esta lei era, portanto, uma verdadeira Carta dos Direitos dos Trabalhadores, porque garantia o lugar do trabalho e dos direitos sindicais na

Conferência de urgência – Turim – Fevereiro de 2016

fábrica. Um dos pontos da Carta adoptada em 1972 estatua que qualquer trabalhador, em qualquer posto de trabalho, tivesse o direito de constituir a sua própria secção sindical, e conferia aos trabalhadores o direito de se ausentarem do trabalho todos os meses para participarem em assembleias. Também garantia o direito dos trabalhadores de se ausentarem do trabalho na fábrica durante dois meses para se deslocarem à sede do sindicato e nele militar. Foi uma grande conquista da classe operária, pois esta lei garantia a constituição da classe como classe, permitindo-lhe organizar-se de forma independente.

Isto é que é a Carta dos Trabalhadores. Não conheço outra carta a não ser esta lei. O que significa hoje propor uma Carta dos Direitos dos Trabalhadores? Significa apenas uma coisa: queremos reconquistar a verdadeira carta dos trabalhadores, a de 1972. Porque actualmente, por causa do governo e dos dirigentes do movimento sindical, esta carta está posta em causa. Alguns dos seus pontos já não existem. Os pontos relativos aos despedimentos já não existem. E futuramente, o que é mais grave, poderá vir a interdição de reuniões sindicais na fábrica. É normal. É algo de novo.

Concordo, e achei muito interessante, com o que dizia o relator, citando Trotsky, da importância do centralismo democrático para garantir uma discussão entre camaradas que têm ideias diferentes na efervescência revolucionária. Gostaria de acrescentar uma outra coisa. Lenine dizia que a classe operária só podia ter uma consciência trade-unionista, o que significa que, autonomamente, a consciência da classe operária só pode chegar até certo ponto. Dizia ele que o partido é a expressão consciente do movimento inconsciente da classe. Que o partido é, pois, necessário, porque a classe, se se consegue organizar do ponto de vista sindical para lutar pelas suas reivindicações imediatas, já para acabar com esta sociedade, para garantir que a conquista do estatuto do trabalho de 1972 fique garantida também no futuro, é preciso um governo operário; e, para um governo operário, é preciso um partido. Eis o que dizia Lenine.

Esta é a razão por que o centralismo democrático é necessário, visto que ele significa que nos devemos defender das influências da ideologia da burguesia no movimento operário. É, também, uma forma de nos protegermos, pois garante estarmos aqui numa sala nossa, que pagámos, que este dinheiro é nosso e nos permitiu estar aqui. É isto, o centralismo democrático. Os trabalhadores, a classe operária, os militantes estão sempre sujeitos à pressão da ideologia a arrastá-los para o lado da burguesia, hoje para o lado da União Europeia e da sua política.

Vou concluir com uma nota histórica: estamos aqui em Turim, que, como disseram antes os camaradas, é uma cidade operária muito importante. É, também, a cidade onde viveu um grande dirigente do Partido Comunista Italiano, que se chamava Antonio Gramsci e que toda a gente conhece. Gramsci saiu de Turim em 1911 e tornou-se num dos principais dirigentes do Partido Comunista Italiano. Ele tinha organizado a cisão no Partido Socialista para constituir o Partido Comunista. Depois, organizou a cisão no Partido Comunista para se separar da ala “ultra-esquerdista” de Bordiga, que se opunha à política de frente única do 4º Congresso da Internacional Comunista.

Ele pôs em minoria esta ala ultra-esquerdista que era contra a frente única. Em 1927, a 15 de Outubro, escreveu uma carta aos dirigentes do Partido Comunista da URSS, em que dizia: atenção, camaradas, a discussão que se está desenrolando na base é muito perigosa, porque a maioria (quer dizer, Estaline) vai esmagar a minoria. Não estou de acordo com a minoria, mas não concordo que a esmaguem.

O testamento de Lenine foi publicado em 18 de Outubro de 1927, no *New York Times*, três dias mais tarde. Gramsci escreveu, assim, a sua carta três dias antes de conhecer a verdade. É algo que honra este homem político. Ele tomou a iniciativa de tomar uma posição política. Pergunto-me: essa posição política é a nossa? Era a de Trotsky? Não, não era a nossa e não é a de Trotsky, era uma posição política que não se resolvia e, mais do que isso, aderiu à posição da maioria. Simplesmente, dizia “*não esmaguem a minoria*”. Não sabemos mais nada do que ele fez a seguir, pois foi preso a 8 de Novembro de 1927, todos os documentos foram roubados, levados para Moscovo.

Temos testemunhos de que ele não estava de acordo com a orientação que Estaline adoptara na URSS, mas eram testemunhos orais, não existia nada escrito. Mas duas coisas sabemos: a primeira, que Togliatti (dirigente estalinista italiano, Ndr), o carrasco da Internacional Comunista, impediu que esta carta de Gramsci fosse conhecida publicamente. Em segundo lugar, Togliatti escreveu a toda a gente para que as posições de Gramsci fossem abafadas. Em terceiro lugar, os estalinistas tudo fizeram para evitar libertar Gramsci da prisão. Mussolini era favorável à sua libertação, queria trocar Gramsci por fascistas. A troca nunca aconteceu, e ele morreu.

Contei esta história, em primeiro lugar porque vocês estão aqui em Turim, mas também porque nos diz respeito a todos. Quantos militantes ou dirigentes estão do outro lado, de acordo com a maioria, mas com dúvidas e, pelas pressões a que estão sujeitos, seja por relações políticas e pessoais, seja por falta de informação, impossibilitados de formar uma opinião política precisa? E como podemos ajudá-los a formar essa opinião política precisa, quer dizer, ajudar os Gramsci de hoje a tomar uma posição, a compreender o que nesta situação está ocorrendo? Como poderemos fazê-lo se não constituirmos o núcleo, uma organização?

Quando *La Tribune des Travailleurs* saiu, eu pensei: “*É grave, fizeram um jornal*”. Mas alguns dias depois, li num documento da tendência uma frase que dizia: “*Não nos podemos calar. Temos de agir*”. Ser revolucionário é isso. É a luta de classes, intervir na luta de classes. Foi então que eu compreendi. Esta frase era clara para compreender tudo o que se tinha passado.

Mas como intervir se não constituirmos uma organização? Eu também fui recrutado para a IVª Internacional através da política da reconstrução. Estávamos em 1966, e havia a organização chamada CORQI. A primeira coisa em que na altura pensei foi: reconstruir porquê? E a primeira coisa que fiz foi estudar essa coisa que se queria reconstruir. Evidentemente, ela é de tal modo viva, tão importante, que é necessário compreendê-la. Portanto, hoje é difícil, pois, por um lado, afirmamos uma política muito precisa e, por outro,

Conferência de urgência – Turim – Fevereiro de 2016

temos de regressar a um passado que criamos ultrapassado. É muito difícil, mas penso que esta situação difícil também é interessante e, com a discussão, encontraremos a forma de responder a muitas questões. Mas concordo com a proposta: é preciso constituir uma organização e é necessário que esta organização ponha a questão da reconstituição, que seja bem delimitada, por um lado, mas bem aberta, por outro.

Um camarada da Coreia

Venho da Coreia. Hesitei em participar nesta conferência, não por causa das comemorações do Ano Novo que neste momento decorrem na China e na Coreia, mas pelas suas imensas implicações. É essencial que, na minha qualidade de membro eleito do Conselho Geral, me exprima sobre a cisão em curso na IV Internacional. Creio que, relativamente aos problemas colocados pela cisão, esta conferência é importante.

É aqui que nós, participantes nesta conferência, devemos mobilizar-nos para ripostar aos que lançaram estes ataques brutais. Os métodos utilizados contra os nossos camaradas correspondem a um comportamento de gangsters, com odor a estalinismo e aos métodos usados pelo regime da Coreia do Norte.

Comecei por pensar que o conflito na secção francesa se enquadrava simplesmente no que é habitual no movimento operário coreano. A luta pelo poder é habitual dentro das organizações. Comecei por pensar que aqueles que dirigem a secção francesa estavam tentando reforçar a sua posição interna, como é prática corrente no Partido Comunista. Tratava-se, para mim, de uma crise estritamente limitada à secção francesa, embora eu conhecesse os camaradas membros da direcção francesa aqui presentes há mais de quinze anos.

No entanto, quando, em finais do mês de Junho, soube das suspensões, seguidas da exclusão dos 24 dirigentes da tendência por terem constituído uma tendência, exclusões feitas de um dia para o outro e acompanhadas de mudanças de fechaduras das sedes do partido durante a noite, acabei por compreender que não se tratava de mera luta interna, mas de um ataque sem princípios contra os camaradas que procuravam o diálogo, a livre discussão, para encontrar uma solução para a crise. Eles fizeram o melhor que podiam. Descobri que a sua tentativa sincera estava votada ao fracasso. Por isso considero que este comportamento se enquadra na prática dos estalinistas e do regime da Coreia do Norte.

Tudo isso é profundamente injusto. Não são estes os métodos dos trotskistas. Reflecti no que poderia fazer para ajudar a encontrar uma solução. Considerei essencial participar nesta conferência. É hora de defender a IV Internacional! Vi aqui sinais positivos, que demonstram que os camaradas estão atentos àquilo que explica a existência da TCI. Estou convencido de que veremos novos passos em frente na construção do partido dos trabalhadores, travada pela crise.

Terminarei com esta mensagem de um camarada trotskista da Coreia, que quer dizer o seguinte aos camaradas franceses

da TCI: nestes momentos difíceis, precisamos de reencontrar o sentido crítico que permite analisar o que fizemos bem e menos bem, apoiando-nos na experiência do nosso trabalho prático e, com todos os camaradas, iremos em frente sob a bandeira da IV Internacional!

Um camarada da Índia

Os camaradas indianos apoiam o apelo a esta conferência de urgência em defesa e pela unidade da IV Internacional. Por esta razão estamos hoje aqui presentes. Não estamos satisfeitos com os últimos desenvolvimentos. Cremos que se devia ter envidado esforços para discutir e debater as questões levantadas pela minoria, para chegar às conclusões certas. Pensamos que não foi isso que aconteceu.

A única iniciativa certa a tomar teria sido facultar à minoria a possibilidade de se exprimir com toda a liberdade, a fim de chegar a uma solução equitativa. Apoiamos o relatório apresentado. Esperamos que se possa encontrar uma solução que preserve a unidade do movimento.

Aproveito esta oportunidade para informar que, em Novembro de 2016, se organizará em Mumbai uma Conferência Mundial contra a Guerra, a Exploração e o Trabalho Precário. Terão uma apresentação desta iniciativa no decurso desta conferência. Espero que todos participem na conferência de Mumbai.

Um camarada da Índia

Bom dia camaradas, vejo que esta conferência está a ser um sucesso, graças ao trabalho de camaradas que conhecemos há muito tempo e de todos os que participaram na sua preparação. As informações que nos foram transmitidas esclareceram-nos sobre o que se passava em Paris e sensibilizaram-nos. Vamos partir de novo, com novas bases, e para isso teremos ainda necessidade da mesma energia, da mesma clarividência para, em conjunto, podermos unir forças e ser plenamente solidários com as secções que se viram em minoria e ficaram gravemente afectadas.

Também quero aqui falar do que se passa na Índia. No início, no movimento trotskista da Índia, só tínhamos intelectuais de nível social elevado. Há alguns anos — eu participei nas duas últimas conferências — recrutámos novos aderentes que representam a classe operária e que são reconhecidos como dirigentes nas suas fábricas, nas suas empresas, nas suas cooperativas leiteiras, nas suas plantações de chá e nas suas multinacionais. Esta é a primeira vez que dispomos de tais laços directos a este nível e estamos plenamente ao corrente do que se passa.

Tínhamos começado um trabalho de informação recíproca e depois deu-se este revés, a crise que nos atingiu como um trovão. Foi negativo, mas conseguimos ultrapassar este golpe, conseguimos, apesar dos nossos meios limitados, fazer passar as informações que os camaradas continuaram a transmitir-nos. Agora espera-nos uma tarefa mais importante. O seu cumprimento prende-se com as outras lutas que se travam no movimento sindical da Índia.

Conferência de urgência – Turim – Fevereiro de 2016

Temos um impacto directo junto dos trabalhadores, nas organizações sindicais, nas suas instâncias, onde ocupamos postos de presidente, secretário ou tesoureiro. Os nossos camaradas exercem influência na orientação da política, combatem para defender os trabalhadores precários contra os despedimentos. Têm obtido alguns resultados em diversos sectores.

Hoje, na Índia, enfrentamos um governo de direita, e este governo de direita quer mudar muitas coisas. A privatização dos caminhos de ferro e de outras empresas públicas é uma das suas prioridades. Algumas centrais sindicais tomaram consciência das consequências deste plano diabólico, e 150 milhões de trabalhadores participaram numa greve em todo o país em Setembro de 2015. Isso produziu efeitos no governo.

Em nome das “reformas”, este governo tinha a intenção de modificar profundamente a lei agrária, permitindo que as grandes companhias se apoderassem da terra sem indemnizar os camponeses. Os sindicatos opuseram-se a isso, e nós estivemos na vanguarda deste combate, participando em diversas iniciativas. A greve paralisou a actividade das empresas, nomeadamente no sector hoteleiro e no da indústria leiteira. No que diz respeito à contra-reforma agrária, a greve fez recuar o governo central.

Outra reivindicação incidia na fixação de um salário mínimo nacional, idêntico em todo o país. O governo tem mantido a sua posição, e as negociações sobre esta matéria prosseguem. Nós reivindicávamos um salário mínimo nacional de 220 euros. No início das negociações, o governo propôs 100 euros. Não é insignificante, se tivermos em consideração que antes não existia qualquer salário mínimo nacional e que, em inúmeras empresas, não existia qualquer regra. Em muitos casos, como nas pequenas empresas, nada se encontra regulado. Vamos ter de trabalhar por uma regulamentação e, ao mesmo tempo, bater-nos em defesa dos trabalhadores precários e pela criação de empregos estáveis.

Outra reivindicação pertinente, do meu ponto de vista, é que os trabalhadores precários sejam pagos por cheque bancário em vez de em numerário, pois, quando se é pago por cheque, sabe-se se se está recebendo o salário mínimo ou não. No estado de Maharastra, de onde somos originários, conseguimos obter satisfação desta reivindicação. Queremos que aconteça o mesmo em toda a Índia. Deste modo, os assalariados podem ter absoluta certeza de receber o salário mínimo. Não têm de mostrar bilhete de identidade (para poder aceder às prestações sociais, NdR), uma vez que, com o sistema de pagamento por cheque, sabe-se para que empregador se trabalha, pois ele tem conta bancária, o que assegura a identificação.

Houve, por conseguinte, progressos, possíveis graças à unidade das organizações sindicais. Não estamos todos filiados nas mesmas federações, mas, desta vez, Modi (o primeiro-ministro, NdR), ao obstinar-se na sua intenção de “industrializar” a Índia contra os sindicatos, acabou por nos unir e, se conseguirmos conservar esta unidade, ganharemos em numerosos aspectos no futuro.

Queria acrescentar algo. O meu amigo e camarada acaba de vos falar desta conferência que vamos realizar na Índia, em Mumbai. O que eu vos quero dizer é que temos, todos, de fazer desta conferência um sucesso — haverá um debate sobre este ponto mais tarde — e, nesta perspectiva, todos vocês devem participar nela e mobilizar outros sindicalistas, para garantir o seu êxito, o que estimulará a actividade da IVª Internacional. Obrigado e espero rever-vos a todos em Mumbai.

Um camarada de França

Recordou-se, no relatório, que colocar a questão do partido equivale a colocar a questão do programa e que este combate se prende, por sua vez, com o objectivo de ajudar a classe operária a constituir os órgãos do seu poder. Nesse sentido, gostaria de recuar de novo ao que se evocou ontem, designadamente o golpe de força da CCI, que subentende a vontade de ter as mãos livres para ir até ao fim na liquidação do POI. Tudo se fez para impedir a construção do POI, e é por esta questão que eu gostaria de começar.

Disseram-nos: os comités do POI não podem intervir, porque, se intervierem, substituem-se às organizações sindicais. Darei apenas um exemplo: no âmbito do ensino, fomos confrontados com uma contra-reforma que põe em causa os próprios fundamentos da educação nacional: a reforma dos ritmos escolares. Era proibido dirigirmo-nos aos pais sobre esta questão, porque, dirigindo-nos aos pais, estaríamos alegadamente a ir contra os sindicatos, contra o movimento operário.

A seguir disseram-nos: está fora de questão apresentar candidatos às eleições, porque apresentar candidatos às eleições é ir contra a luta de classes. Ora, creio que existe uma relação directa entre o combate dos representantes eleitos, sejam ou não membros do POI, e a luta dos funcionários autárquicos, nomeadamente contra os orçamentos de austeridade que são hoje executados nas comunas e nos departamentos.

Depois disseram-nos: não se pode fazer um comício, não se pode fazer campanha eleitoral central do POI, porque estamos na véspera de um grande movimento de conjunto convocado pelas confederações sindicais e, se fizermos campanha ou um comício, estamos a ir contra este grande movimento de conjunto, a dispor-nos contra a luta de classes. Recordo-me muito bem de uma reunião da direcção nacional da CCI — creio que em Fevereiro de 2015 — na qual um dos dirigentes da CCI nos explicava que agora é que era, os dirigentes iam convocar uma jornada de greve interprofissional e, portanto, “*nada nos devia distrair*” do objectivo de preparar essa jornada, que veio a ser o 9 de Abril. Embora tenhamos, claro, combatido esta orientação na CCI, era uma orientação difícil de combater.

Era difícil resistir a uma orientação de liquidação, mesmo quando existiam verdadeiros comités do POI, com actividade real. Ora bem, houve dois congressos do POI em Novembro, um congresso que nada decidiu a não ser a eventual reali-

Conferência de urgência – Turim – Fevereiro de 2016

zação de uma conferência pela defesa das conquistas de 1936 e de 1945 em Junho; e outro congresso, que tomou uma série de decisões, nomeadamente a realização de uma campanha de massas em defesa do Código do Trabalho, que recolheu mais de 30.000 assinaturas, em cujo quadro se criaram comités unitários pela defesa do Código do Trabalho, com militantes de origens diversas. O nosso congresso também decidiu levar a cabo uma campanha pelo levantamento do estado de emergência.

Queria, no entanto, vincar uma das decisões do congresso, a de fazer de *La Tribune des Travailleurs* órgão do POID, bem como a concepção que discutimos para o jornal. Queria voltar aí, por um camarada ter dito: “Mas porque publicaram eles um jornal?” A discussão é perfeitamente legítima. “Porque não se contentaram com um boletim interno?”

Para mim, camaradas, só há um argumento: estaríamos politicamente mortos se não tivéssemos decidido publicar este jornal, se não tivéssemos decidido dirigir-nos à massa dos trabalhadores, desenvolver a nossa política e as nossas campanhas. Esta conferência, que hoje realizamos, não teria lugar se não tivéssemos decidido publicar *La Tribune des Travailleurs*.

Quando tomámos a decisão de publicar este jornal, não o fizemos de ânimo leve, reflectimos, sobretudo, no que não queríamos. Não queríamos um jornal para vendê-lo “fechadinho”, que já não conseguíssemos vender pelo que levasse lá dentro. Queríamos um jornal dirigido ao conjunto dos trabalhadores e que pudéssemos vender pelo que levava dentro.

Já não queríamos um jornal dirigido a uma só componente da classe operária, aos que designamos de quadros operários, sindicalistas, mas sim um jornal dirigido a todas as componentes da classe operária. Aos militantes sindicais, mas também aos jovens, aos desempregados, aos trabalhadores de base e também às “donas de casa com menos de 50 anos”.

Já não queríamos um jornal que debatesse por debater, que não abrisse nenhuma perspectiva política, mas sim um jornal que traduzisse a orientação do partido, que exprimisse as suas posições, relatasse as suas campanhas e falasse da “vida real”. O nosso objectivo era deixar entrar a vida real no jornal.

Já não queríamos um jornal para dar “conselhos”, ordens, consignas aos trabalhadores, mas sim um jornal que analisasse os diferentes projectos do governo para servir de apoio, de ajuda à resistência no terreno da luta de classes. Já não queríamos um jornal redigido por três responsáveis fechados num gabinete, queríamos elaborá-lo a partir do diálogo com os aderentes, com os comités locais e de departamento do POI, elaborá-lo, portanto, de forma verdadeiramente colectiva.

Mais, e acima de tudo, já não queríamos um jornal — queria vincá-lo bem, embora já se tenha dito — que confundisse a posição dos dirigentes sindicais com a das organizações, dos delegados, dos próprios trabalhadores. Ao dizer isto, não estou dizendo que não temos de defender incondicionalmente as organizações operárias. Bem pelo

contrário. Penso que há que defender incondicionalmente as organizações operárias. Porém, é justamente porque o fazemos que devemos pôr as questões que, hoje, se levantam no desenrolar da luta de classes. Nomeadamente, pôr a questão da política das direcções das organizações. Um jornal, portanto, que fale da luta de classes real e não daquela com que se sonha. Um jornal que faça reportagens das verdadeiras greves, como temos tentado fazer.

O relator citava um artigo de um dirigente da CCI, no *Informations ouvrières*, que escrevia a propósito da greve de 26 de Janeiro: “Os dirigentes tudo fazem para ultrapassar as reticências”. As reticências de quem? Da classe operária? Isto tem que ver com o que o camarada brasileiro ontem dizia sobre as declarações de um dirigente de O Trabalho: “Afim não vamos combater o PPE, pois os trabalhadores são a favor dele”.

Para concluir, queria vincar a concepção de jornal que temos a partir do número que sai na próxima terça-feira. Tenta-se — e, melhor ou pior, consegue-se — a partir da nossa campanha central em defesa do Código do Trabalho, da análise que fazemos da lei da Ministra do Trabalho, entrevistar uma série de militantes e responsáveis sindicais que dizem o que pensam, mas, friso, partindo da análise que nós fazemos, que permite encetar o diálogo com uma série de responsáveis.

Voltemos à situação dos militantes da Goodyear, nomeadamente a concentração que se fez no dia 4 de Fevereiro, onde veio ao de cima o choque entre a direcção da CGT, por um lado, e os delegados da Goodyear, que, pelo seu lado, se querem bater e interpelam a direcção da CGT.

Temos resultados encorajadores. De modo algum digo que está tudo arrumado, mas as assinaturas aumentam com cada número, as assinaturas aumentam semana a semana. Há diferenças de região para região e de departamento para departamento, mas creio que a discussão colectiva nos permitirá resolver esses problemas.

Vamos ampliar esta discussão no âmbito do debate sobre a eleição presidencial. Viram, com certeza, que se está uma situação de crise institucional, de crise dos partidos. Todos os partidos se agarram a esta questão das presidenciais. Todas as “escuderias” organizam primárias para designar o melhor candidato às eleições presidenciais.

Pela nossa parte, nós pomos claramente a questão da ruptura radical com as instituições da União Europeia, com as instituições da Vª República e, sejam quais forem os pontos de vista que possamos ter no POID sobre a possibilidade de apresentarmos candidatura nossa ou não, quanto aos fundamentos estamos de acordo.

Vamos ter um autêntico debate sobre a questão da saída política e, nesse sentido, penso que devemos ter uma reflexão sobre todas as secções e a expressão política, delas ou das formas de transição.

Creio que isto nos traz de volta à discussão desta tarde sobre a expressão a dar ao que constituamos no decurso desta conferência, assente, bem entendido, na expressão de cada secção.

Conferência de urgência – Turim – Fevereiro de 2016

Uma camarada do Paquistão

Bom dia camaradas, dou-vos a todos, camaradas italianos e meus camaradas franceses, os meus parabéns por esta importante reunião e pela organização desta conferência. Regozijo-me por aqui estar e participar nesta discussão. Quero vincar que os membros da minha secção, e eu própria, no Paquistão, nos opomos ao que andam a fazer os dirigentes franceses que, em França, se apoderaram da sede e pretendem que estão defendendo a IVª Internacional. Não querem saber das ideias de Lenine e de Trotsky. Comportam-se como predadores. Tenho orgulho de a secção paquistanesa estar funcionando, apesar de todos os problemas que há no Paquistão: dão-se todos os dias ataques terroristas contra estabelecimentos de ensino. Enquanto estava vindo para França para participar nesta reunião, todos os estabelecimentos de ensino e universidades receberam uma mensagem lacónica, dizendo que iriam ser alvo de ataques no Panjabe.

A secção paquistanesa está, assim, empenhada na campanha contra as privatizações, que continua. Os dirigentes do Paquistão fizeram um acordo com o FMI e o Banco Mundial e assinaram já um acordo que privatiza todas as empresas públicas, como a companhia de aviação Pakistan International Airlines, as agências de distribuição de água e de electricidade, a OGIC (petróleo e gás) e os bancos nacionais. Em consequência, os trabalhadores, assim como a nossa secção no Paquistão, estão evidentemente inteiramente mergulhados nesta campanha, pois é uma questão importante para o povo paquistanês, para as mulheres paquistanesas e para a classe operária paquistanesa, pois em parte nenhuma do país há paz. Agora, o governo está sob o controlo directo do exército, e a repressão militar vai de vento em popa em todo o país. Certamente ouviram falar da cidade industrial de Carachi, a que chamavam a “Manchester do Paquistão”. A situação, lá, ainda é pior do que antes, pois o exército, os serviços de segurança federais e os rangers andam por todo o lado e estão metidos em vários tipos de repressão, inclusivamente contra partidos políticos importantes.

Tenho muita estima pelos camaradas franceses que estão aqui. Pessoalmente, tal como os meus camaradas, estamos empenhados nas actividades do Acordo há mais de doze ou quinze anos. Eu sou membro do conselho geral, membro da IVª Internacional há anos. Vou agora falar das observações feitas no boletim nº 16 do chamado “comité de correspondência”. Quando assisti à reunião deles do SI, em Setembro passado, um deles veio ter comigo para me tentar convencer: *“Precisamos de ti e desejamos que faças parte deste grupo. Desejamos que nos apoies. Desejamos que os camaradas paquistaneses apoiem as nossas actividades. Portanto, se fazes favor, sê responsável que nós encarregamos de todas as tuas viagens.”*

Porém, eu vejo os meus camaradas que aqui estão e que sempre apoiaram os nossos combates no Paquistão, seja contra as privatizações, seja pela instauração da paz. Eles não ditam a nossa conduta. Nós fazemos política. Estamos em pleno processo de construção, em pleno processo de elaboração, estamos metidos em todas as actividades

políticas do Paquistão pela construção da paz, pela oposição às privatizações e, também, para combater as forças imperialistas que se preparam para liquidar o nosso país, que ameaçam já a soberania do Paquistão.

As nossas acções nunca foram “ditadas”. Esta alegação do chamado “comité de correspondência” sai de uma atitude pueril. Vi as caras deles na reunião do SI. As caras deles já mudaram. Notei as atitudes deles. Não é gente que esteja do lado dos trabalhadores. Expulsaram das suas fileiras camaradas, e foi muito antidemocrático. Concordo, pois, inteiramente em dizer que eles não são democratas, não acreditam na democracia, pois não estão dispostos ao diálogo. Há muitas opiniões diferentes, mas é preciso que seja a discussão a resolver.

A secção paquistanesa dá o seu pleno e integral apoio aos nossos camaradas que têm passado anos e anos a fazer avançar a IVª Internacional. Estou muito optimista sobre a maneira como estão organizando a nossa actividade e penso que, um dia, teremos mais resultados e mais participantes da secção francesa que virão com eles. Concordo inteiramente com o relatório apresentado pelo camarada. Sim, é importante constituir um comité que se dedique a reconstituir a IVª Internacional. Obrigado.

Um camarada de França

Camaradas, acho que não tenho muito a acrescentar ao que a camarada do Paquistão acaba de dizer quanto à caracterização dos que pretendem realizar, nos próximos dias, um “9º congresso mundial da IVª Internacional”. Como os camaradas que intervieram antes de mim, manifesto o meu acordo com o relatório.

Pessoalmente, acrescentaria que acho que o relatório devia ser publicado nos próximos dias, pois, para além do eixo político geral do relatório — concordo, nisto, com o que disse o camarada dos Estados Unidos, que é preciso pronunciarmo-nos sobre este eixo geral para dar um quadro comum para a actividade —, ele compreende uma série de elementos, factos e reflexões políticas que devem ser estudadas seriamente por todos os militantes da IVª Internacional. O que ontem disse o camarada da Alemanha parece-me muito importante: as discussões na IVª Internacional, os problemas que aí possam surgir, as crises não são uma espécie de “assunto privado” dos militantes da IVª Internacional que estes discutam fora, ou à parte, do que um camarada chamava “a vida real”, ou seja a luta de classes.

Os problemas da IVª Internacional são os problemas da luta de classes. Quando discutimos esta ou aquela formulação, tal ou qual aspecto, estamos discutindo questões que afectam o futuro da luta de milhões de trabalhadoras e trabalhadores.

Neste particular, o camarada dos Estados Unidos evocou, justamente, e com orgulho perfeitamente legítimo, o papel que os camaradas americanos desempenharam nesta crise específica. Recordou que, quando eclodira a crise com aquela corrente a que se veio a chamar “pablista” — do nome do seu principal animador, Pablo —, quando uma ala inteira da direcção da IVª Internacional, considerando que se tinha

Conferência de urgência – Turim – Fevereiro de 2016

falhado na construção de partidos revolucionários e de uma verdadeira internacional, delegava, por assim dizer, no estalinismo o cuidado de fazer a revolução mundial, a posição do SWP americano (que não dividia e nunca dividiu essa posição, até à sua degenerescência, em anos recentes) fora: “*É preciso que os camaradas franceses (fora, com efeito, de França que partira a oposição a esta orientação) aceitem a disciplina internacional.*” É verdade.

Acrescentarei, porque isto, para muitos camaradas, é, evidentemente, história — para mim também, em certo sentido, embora também sejam recordações pessoais —, que, dois anos mais tarde, o SWP rompia com estrondo com os pablistas. Fazia-o por duas razões indissociáveis. A primeira era precisamente o que se passava na luta de classes. Houvera em França, em Agosto de 1953, uma greve geral dos trabalhadores da função pública e das indústrias do Estado. A posição da organização trotskista em França, de que Pierre Lambert era um dos principais dirigentes, era que ela punha a questão de uma greve geral não só dos trabalhadores do Estado, mas de todos os trabalhadores, do sector público e do privado. Combatemos por isso. Os que estavam do outro lado juntaram-se aos estalinistas, dizendo que o que fazíamos era uma aventura.

Em Junho do mesmo ano, deu-se o início da materialização, na acção da classe operária, do prognóstico histórico de Trotsky; o início da revolução política na Alemanha de Leste, com a revolta de Berlim Este, condenada também por Pablo e os seus. Foi naturalmente este elemento que acarretou fundamentalmente a modificação da atitude do SWP.

Porém, outra houve, igualmente importante, que era a nossa existência. Noutros termos, o SWP pôde juntar-se a este combate, porque este combate era já travado, embora modestamente, por uma força organizada que se centralizava à escala internacional.

Em circunstâncias muito diferentes (não se pode, claro, abusar das comparações) e mais favoráveis, a responsabilidade desta conferência é esta: sejam quais forem os matizes, as inevitáveis, úteis, legítimas diferenças de interpretação, é para aí que as contribuições dadas nesta discussão se orientam. Dizia eu: circunstâncias diferentes e mais favoráveis. Porquê? Porque — estou mobilizando as minhas recordações — quando foi da cisão com Pablo, vimonos, durante um tempo, sós ante o que era toda a direcção histórica da IVª Internacional. Ante homens que, independentemente do que depois viriam a ser, tinham a seu favor — falo de Mandel como de Pablo — terem mantido a existência da IVª Internacional sob a ocupação nazi, contra a barbárie fascista e o estalinismo. Não era lá muito fácil. Sinceramente, não há comparação possível com a corte do 87 (rue du Faubourg-Saint-Denis, 87, em Paris, a sede do “comité de correspondência”, NdR). E esta conferência é desde já a indicação de onde está a IVª Internacional. É o essencial.

Acrescentarei que, sim, claro, há elementos comuns. Aludi à greve de 1953 e à greve geral. Pela primeira vez, ouvi este argumento dentro da IVª Internacional: “*Vocês estão a ultrapassar os direitos duma organização política. Compete às direcções das organizações sindicais decidir se há ou não greve geral.*” Nessa altura, eram Pablo e os outros que o

diziam. Por outras palavras, é o mesmo problema que hoje se põe. Para concluir: falou-se no que a gente chama ‘transição’. Não congelemos isto numa espécie de debate metafísico sobre o que é e não é a transição. A própria constituição da IVª Internacional punha a questão da transição, ou não fosse o problema lançar a ponte entre o que as circunstâncias objectivas exigiam e a situação que, no ponto de vista subjectivo do proletariado, existia.

Pensam que isso se consiga fazer simplesmente proclamando uma organização? Não. Passa por formas diversas. E passará por outras, que não podemos prever. Assim, se vincamos que reconstituímos um centro baseado no programa da IVª Internacional e nas posições afirmadas quando da sua reproclamação de 1993, não é só para nos distinguirmos de diferentes correntes que, neste ou naquele momento, se têm reclamado do trotskismo. É porque o que a reproclamação trouxe — que não foi um “achado”, uma “invenção” do camarada Lambert ou de outros — foi o regresso, nas condições do século XXI, ao que é constituinte da IVª Internacional, isto é, a sua capacidade de, a cada etapa, a cada momento, se ligar aos elementos vivos que surgem da luta de classes e que, seja qual tenha sido o seu percurso anterior, põem, na prática, a questão da construção do partido.

Un camarada do Benim

Venho do Benim. Devo começar por agradecer aos camaradas da secção francesa, que resistiram e que, no fim de contas, possibilitaram a realização da conferência iniciada ontem. Vim em nome do Comité de Ligação dos Trotskistas do Benim, que existe e trabalha, com toda a liberdade, sem nenhuma pressão.

Vinco isto, porque, desde que a crise começou, temos recebido toda a documentação da parte dos camaradas que estão na base desta cisão, mas com modificações. É que nos têm dito: os vossos correspondentes são estes, mandem para este endereço, não para os endereços electrónicos habituais.

Com a documentação enviada, fomos convocados para o “9º congresso da IVª Internacional” que está para começar amanhã. Recebida esta convocação e tendo recebido por duas vezes telefonemas de um camarada membro do “comité de correspondência”, que insistiu em que falássemos e passou por outro camarada do Togo para que falássemos, acabei por me decidir a mandar-lhe um correio electrónico. Nessa mensagem, dizia-lhe: “*Nós estivemos no 8º congresso mundial em Paris. Nesse congresso, elegemos um conselho geral. Não compreendo que o 9º congresso seja convocado por um “comité de correspondência” que não conheço. Para mim, é um problema. Se há mudança de situação, devia-se mesmo assim ter consideração por um grupo, por pequeno que seja. Não compreendi esta mudança, gostava que ma explicassem e, seja como for, não me posso associar à preparação e realização de um congresso de cisão da IVª Internacional.*”

No dia seguinte, recebi uma resposta muito decepcionante. Não uma resposta às perguntas que eu tinha feito, mas censuras. Nessa resposta, descobri, assim, que nós, no Benim, não teríamos participado em tal campanha internacional, que não teríamos respondido a esta ou àquela

Conferência de urgência – Turim – Fevereiro de 2016

correspondência que nos tenha sido enviada, concluindo o autor da resposta: “*Faz o que entenderes.*” De modo que fiquei sem resposta às perguntas que tinha feito. Mas qual é o sentido e o conteúdo deste “comité de correspondência”? Até hoje, não tenho resposta. Ora, respeitando as estruturas que criámos, não é possível organizar um 9º congresso por intermédio, não do conselho geral, mas de uma estrutura até então desconhecida. Tenho, pois, que felicitar os camaradas que souberam resistir, que disseram: “*Não se destrua a IVª Internacional, façamos tudo para preservá-la.*”

Farei um paralelo entre o comportamento daqueles camaradas e o que eu posso chamar a “Françafrique”, que considera as estruturas da África, governos, etc., como estruturas secundárias a quem se dão instruções sem qualquer explicação: “*Você têm de fazer isto ou aquilo.*” Não dá. Ouvir isto na IVª Internacional, para mim, é um problema.

Além disto, ir na direcção que os camaradas queriam era destruir secções ou grupos, jovens ou menos jovens, frágeis, mas que se constroem com muito trabalho. É agir como se deixasse de haver regras, princípios. Espezinhávamos os princípios, e os camaradas jovens que estão connosco iam começar a fazer perguntas.

Assim, decidimos livremente participar na presente conferência. Dizemos que a criação de um Comité de Organização pela Reconstituição da IVª Internacional é uma ideia muito boa. Agora, porém, começa o mais difícil. Por isso, cada um de nós deve poder assumir a sua parte da responsabilidade e prover a que nos possamos consolidar, para que a IVª Internacional seja um apoio para trabalharmos nos nossos respectivos países.

Um camarada do Burundi

Sou membro da secção do Burundi, que combate no quadro do Partido dos Trabalhadores e da democracia que temos construído no Burundi. Segui com atenção a exposição do camarada relator e queria-vos indicar que nós fizemos várias reuniões para seguir a discussão desde que esta crise começou na secção francesa. Como sabem, o Burundi está sujeito a uma crise sem precedentes. Esta crise faz com que seja muito difícil à secção burundesa organizar reuniões. Quando soubemos que havia problemas nas secção francesa, organizámos reuniões para poder adoptar uma posição.

Apesar da situação desfavorável, multiplicámos esforços, evidentemente com riscos para a nossa segurança, para fazer reuniões do nosso secretariado e mesmo assembleias gerais de militantes sobre o que está dividindo a secção francesa, visto que esta crise podia, naturalmente, gerar a mesma coisa na IVª Internacional e provocar, assim, a sua destruição.

Hoje, depois de escutar atentamente o relato do camarada relator, aproveitamos o ensejo para agradecer ao nosso camarada membro eleito do SI, apesar de ele já não exercer. Ele tem-nos comunicado tudo o que se tem passado na secção francesa, e foi assim que organizámos as nossas assembleias para adoptar a posição que passo a expor-vos.

Primeiro, enquanto trotskistas, temo-nos referido à carta que Trotsky escreveu a Hansen em 18 de Janeiro de 1940 a propósito da cisão de alguns dos dirigentes da oposição, que se criam minoria perseguida, recomendando Trotsky legalizar a discussão em vez de deixar chegar à cisão. É um exemplo a seguir.

Por esta razão a secção burundesa aplaude a organização desta conferência de urgência para restaurar a unidade da IVª Internacional baseada no seu programa de fundação e nos documentos de reproclamação de 1993. Somos partidários da livre discussão e da igualdade entre as secções da IVª Internacional.

A secção burundesa é também fiel à tradição do bolchevismo, porque não há Internacional sem livre discussão, entre, evidentemente, todas as suas componentes. A secção burundesa é a favor do direito de tendência e, a título de exemplo, na nossa secção organizámos duas reuniões, tendo na ordem de trabalhos de uma delas a posição a tomar acerca das forças estrangeiras que a União Africana e a ONU projectavam enviar para o Burundi para proteger as populações na crise que o país atravessa. Havia camaradas a favor e camaradas contra. À data de hoje, todos estes camaradas estão connosco, os que estavam a favor como os que estavam contra. Após duas reuniões de secretariado e duas assembleias gerais, adoptou-se uma resolução comum de recusa das forças de intervenção.

Os camaradas franceses que façam como nós! No mais, convidamo-vos a seguir-nos através do jornal mensal do nosso partido, que se chama *Tribune libre des travailleurs*. Pois a situação da segurança no Burundi é preocupante. Obrigado.

Um camarada de França

Queria entrar nesta discussão, porque discussão há nesta conferência, o que é natural e são, é a expressão viva do que somos. Não há verdade feita nem revelada, mas discussão livre e elaboração comum para chegar a posições comuns. Como dizia o camarada do Burundi logo antes de mim, só pela discussão se podem superar os problemas.

Primeiro: somos chegados ao final do processo de dissolução e decomposição em que se lançou o grupo revisionista liquidacionista que tomou o poder na secção francesa? A resposta, como disse o relatório é: não. Não é uma questão abstracta, e vai condicionar largamente o nosso dispositivo no período que se abre. Fundamentalmente, o processo perfar-se-á através das posições que uns e outros tomarem nos grandes acontecimentos que se preparam.

A questão é muito concreta. Vou pegar no exemplo do Brasil, onde os camaradas têm razão em dizer que rejeitam a expulsão, de resto não pronunciada e a que, no mais, se substituíram medidas administrativas extra-estatutárias, extra-legais. Têm razão em dizer que a questão continua em aberto e que eles são militantes de pleno direito, legítimos, da organização trotskista do Brasil.

Conferência de urgência – Turim – Fevereiro de 2016

Combater nessa linha é combater a operação hoje levada a cabo, que tem em mira o seu desaparecimento. Segunda questão, a da caracterização da operação de destruição da IVª Internacional em curso. Queria dizer o que, a meu ver, há de comum com a crise de 1953 e o que há de singular. Fundamentalmente, o que há de comum é a desistência de construir o partido.

O programa da IVª Internacional começa por uma afirmação: “A crise da humanidade é a crise da direcção revolucionária do proletariado.” É diferente do que diz, por exemplo, o Manifesto Comunista, que começa por uma caracterização objectiva da situação, para, a partir daí, definir o papel, o lugar do proletariado, da sua organização, da sua independência relativamente às organizações burguesas, etc. Esta diferença deve-se à característica de todo o período histórico que atravessamos. A tarefa central dos trotskistas, de todo o militante operário que quer intervir em nome da sua classe, é a construção de um partido.

Desistir disso leva invariavelmente à decomposição. Desistir, em 1953, era afirmar que a realidade objectiva consistia em, por um lado, o sistema capitalista e, por outro, o pretenso “campo socialista”, daí tirando a conclusão de que era preciso dissolver as organizações trotskistas nos partidos estalinistas. O mesmo processo, a mesma decisão parte hoje de outra premissa, mas acaba no mesmo resultado: considerando a desconfiança das massas para com os partidos, deixa de se pôr a questão de construir um partido e, sim, a da influência nas cúpulas sindicais, que estes camaradas pretendem poder exercer. Terceiro ponto: o que é singular é a obstinada recusa de discutir estas questões, de publicar sequer os textos. Historicamente, é a primeira vez que uma cisão ocorre sem que os camaradas, no seu todo, da Internacional no seu todo disponham dos textos.

A propósito de 1950-53, camaradas, reli um documento de 1952 da secção francesa, publicado pelos Cadernos do CERMTRI. Lá se encontram as actas, os textos, as cartas, as correspondências. Até Pablo, até Mandel publicaram na íntegra as posições de cada um e da secção francesa que combatiam. Isso não lhes dá mais valor, pois a orientação deles levava à decomposição. Porém, fizeram-no com as cartas na mesa. Hoje, o grupo que pretende tomar o controlo da IVª Internacional recusou-se a publicar qualquer texto, em qualquer secção. Seis a oito meses durante os quais não foram capazes de alinhar uma frase para explicar a posição deles. É singular.

Uma última achega a respeito da violência com que eles substituem a discussão pela injúria e pelo ukaze, essa violência de que vários camaradas aqui deram conta. O camarada do Burundi tem perfeita razão em fazer a comparação que fez, entre a atitude da “Françafrique” e a atitude dos nossos pretensos moralizadores da IVª Internacional. A explosão de violência, a maneira de levar a cabo esta operação destrutiva não é um sinal de força. É um sinal de grande fraqueza, do desvario em que estão. A nossa disposição, a realização desta conferência, a decisão que vamos discutir de constituir um centro que possibilite a actividade conjunta de todas as secções, de todos os grupos e de todos os militantes que se reclamam da IVª Internacional, eis o que causa este susto, este desatino, os despropósitos deste grupo.

Parece-me, por isso, que a decisão que vamos tomar de constituir este centro a ligar todos os camaradas é também a decisão de nos voltarmos para o exterior, para a classe e “deixar os mortos enterrarem os mortos”.

Um camarada de França

Bom dia, camaradas, faz cinco anos que uma revolução rompeu na Tunísia. Em Janeiro de 2011, os trabalhadores, os jovens e os menos jovens, os desempregados ergueram-se contra o aparelho policial e demonstraram ao mundo inteiro que a revolução ainda era possível. Contrariamente aos que procuravam arranjar-se com o governo ou com os aparelhos, procuravam rever os seus fundamentos teóricos, as massas provaram que a revolução ainda era possível e, para os trabalhadores, estava na ordem do dia.

Evidentemente que a revolução foi enquadrada, primeiro pela UGTT, central sindical que contava à época cerca de 500.000 filiados de uma massa de 4 milhões de trabalhadores. Evidentemente que esse número, entretanto, aumentou. Hoje chegou perto de um milhão, ou seja cerca de 25% dos trabalhadores tunisinos. A posição da UGTT neste processo pode ser vista de dois ângulos. A direcção da central sindical começou por querer esquivar-se às massas, não respondendo às concentrações regularmente organizadas pelos trabalhadores à frente das suas sedes.

Porém, uma vez que a multidão explodiu contra o governo de Ben Ali, a direcção sindical deixou de ter escolha, teve de se juntar ao movimento e dar o golpe de misericórdia a Ben Ali, no dia 14 de Janeiro. Nem foi precisa uma greve geral nacional para Ben Ali sair. Houve um conjunto de greves regionais, que o fizeram sair porque toda a classe operária tunisina se levantou contra ele.

Todos vocês sabem que este processo revolucionário na Tunísia conheceu uma viragem maior quando o transformaram em “primavera árabe” no quadro de uma série de “primaveras árabes”, não apenas na Tunísia, mas também no Egipto, na Síria, na Líbia. Vêem-se hoje as consequências dessa “primavera árabe” na Líbia, no Egipto, na Tunísia. As consequências são certamente menos graves na Tunísia, já que toda a gente diz que é o país que melhor se tem saído relativamente aos seus vizinhos e aos outros países árabes.

Esta viragem foi tornada possível logo que se quis mudar as palavras de ordem básicas da revolução tunisina. Deixavam de ser palavras de ordem como “Água, pão, Ben Ali não”, “Trabalho, liberdade, dignidade”, substituídas por palavras de ordem como “O Islão está em perigo” ou “O povo é muçulmano e não renunciará”. Desapareceram as palavras de ordem que estiveram na origem da revolução tunisina, trocadas por palavras de ordem que nada têm que ver com as reivindicações das massas. Foi por isso que a Assembleia Constituinte de 2011 não foi representativa do povo, tanto mais que a central sindical decidira não se apresentar às eleições.

Houve uma espécie de captura da revolução tunisina e dos seus processos, visando esvaziá-la de todo o seu sentido

Conferência de urgência – Turim – Fevereiro de 2016

revolucionário, para lhe conferir um carácter religioso ou “laico” em vez do seu carácter inicial, baseado na luta de classes. Cinco anos mais tarde, em Janeiro de 2016, estávamos de volta ao ponto de partida. Reproduzimos o que se passara em 2011. As massas que estiveram na rua em Janeiro de 2011 para reclamar trabalho, dignidade, liberdade, contra a corrupção, por mais justiça social, voltaram para a rua.

O desvio do processo da revolução tunisina falhou. Falharam todas as tentativas para que a revolução se adequasse à descrição que dela deu Obama alguns dias depois do 14 de Janeiro, “*transição democrática*”. As massas estavam de novo na rua e procuravam obter o apoio da UGTT, que não chegava. Ao contrário de Janeiro de 2011, em Janeiro de 2016 as massas foram abandonadas pela direcção da UGTT, que não considerou necessário enquadrar o movimento, que não abriu as sedes para apoiar este novo levantamento.

É evidente que havia militantes sindicalistas, independentemente da sua direcção sindical, que lá estavam a apoiar o movimento e a tentar enquadrá-lo, mas a coisa acabou por acalmar sem estragos para o governo. O que permitiu a captura do processo revolucionário e o seu recuo foi principalmente a posição em que a UGTT se colocou. Apoiou o movimento praticamente até 6 de Fevereiro de 2013. Nessa data, há três anos, foi assassinado um dirigente sindical e político, o advogado Chokri Belaid. A direcção da UGTT apelou à greve geral. Era a primeira greve geral desde a independência (tinha havido uma tentativa de greve geral em 26 de Janeiro de 1978, esmagada em sangue por Bourguiba, com 500 mortos na Quinta-Feira Negra).

Porém, a UGTT não pode desempenhar o papel de partido político. O seu papel é sindical. E, na ausência de um partido revolucionário, cuja tarefa é organizar a classe operária, o processo revolucionário na Tunísia irá continuar a reproduzir os seus erros. Na Tunísia, houve desencontros com a história em Janeiro de 2011 e em Janeiro de 2016. Houve muita vontade de construir alguma coisa, mas esta vontade deparou-se com a crise da IVª Internacional, com certos camaradas que queriam tudo menos que uma estrutura ou núcleo trotskista pudesse aparecer na Tunísia.

Pois também na Tunísia tudo se fez para destruir em vez de construir. Tudo se fez, igualmente, como compreendi a partir do relatório e das intervenções de vários camaradas, para substituir por relações “diplomáticas” com os dirigentes da central sindical a construção do “nosso próprio tecto”, da nossa própria organização para defender os trabalhadores.

Os partidos políticos que existiam ou apareceram na Tunísia são hoje quase 200, mais 5.000 associações da “sociedade civil”, e duas novas centrais sindicais (além da UGTT). Porém, em Janeiro de 2016, as massas viram-se sós, os desempregados e estudantes viram-se sós.

É necessário ter um quadro, um partido político, um núcleo capaz de representar as massas, de ser o instrumento das massas na sua luta. A vontade existia, mas, como em França, essa vontade deparou-se com uma vontade contrária de não construir, de nada fazer, de se limitar a relações com a direcção da UGTT.

Agora, é evidente que estamos num caso diferente. A situação de bloqueio, que nos fez desencontrar com a história por várias vezes, na Tunísia e não só, passou. Talvez seja pena uma cisão tão significativa na IVª Internacional, mas talvez seja o preço a pagar para que esta IVª Internacional possa avançar. Quanto à ordem de trabalhos, queria vincar que, pessoalmente, estou 100% de acordo com o que foi apresentado no relatório do camarada, por um comité de organização provisório que não seja, na prática, uma adição de secções da IVª Internacional, mas um quadro para construir a IVª Internacional, não só nos países europeus ou de antiga tradição militante, mas também noutros que não têm essas tradições.

O camarada do Togo, ontem, fez-me pensar numa situação similar, ao falar da reacção dos seus camaradas localmente. Em muitas secções e grupos, a única coisa que se disse aos militantes foi que havia um “pequeno problema” em França; que um grupo de indivíduos se tinha demitido, tinha sido afastado. Mais nada. O problema suscitado desde Janeiro de 2015, para os camaradas de lá, nunca foi posto, exposto, discutido.

Os únicos camaradas que estavam ao corrente do que se passava desde o mês de Junho até hoje tinham essa informação de ler páginas internet. Porque sabem que certos meios de comunicação trataram a questão, ou estão condicionados para engolir o que *Informations ouvrières* reproduz sem fazer perguntas. Isto é um problema sério.

Um camarada do Portugal

Gostaria de fazer algumas observações acerca de relação entre classe, aparelhos e partido, relação que está, com toda a evidência, no cerne dos debates que estamos a ter. Espero que elas sejam alimentadas pela experiência que, como outros camaradas, eu tive há pouco mais de quarenta anos durante a revolução portuguesa.

O camarada italiano comentou que a classe operária não é permanentemente revolucionária, espontaneamente revolucionária, o que é, aliás, uma das razões por que é necessário um partido de vanguarda. Dito isto, quando a revolução eclode, a classe torna-se revolucionária. E não só se torna revolucionária, torna-se muito mais revolucionária não só do que os aparelhos e os partidos tradicionais, mas até do que o partido revolucionário, do que a vanguarda mais revolucionária. Foi o que aconteceu na revolução russa, foi o que se passou em Portugal... é clássico.

No entanto, a classe não varre os aparelhos à sua frente no curso do seu surto revolucionário. Há uma excelente razão para isso: é que os aparelhos não vão à frente dela; correm ofegantes atrás dela. Frequentemente, o partido revolucionário vai também a correr atrás, porque o movimento revolucionário das massas vai bem mais depressa e bem mais à frente.

No entanto, há uma diferença enorme, uma diferença qualitativa entre, digamos, esta consciência sindicalista da classe operária, reformista, se quiserem, e o reformismo dos aparelhos permanentes que a representam. E destaco

Conferência de urgência – Turim – Fevereiro de 2016

permanentes, porque, no decurso dos surtos revolucionários, a classe operária se dota evidentemente de outros meios de luta. O reformismo dos aparelhos torna-se na “profissão” deles. A classe, quando posta diante dos obstáculos à conquista das reivindicações que persegue, tende a tornar-se revolucionária, tende a seguir o percurso que está, de resto, codificado no *Programa de Transição*. Por outras palavras, confrontada com os obstáculos que se erguem entre ela e as conquistas elementares, ela tenta superá-los, pondo, por conseguinte, o problema do poder. Os aparelhos que controlam as organizações operárias e gerem as reformas dependem do lugar que ocupam na sociedade burguesa no quadro de uma pretensa “coexistência pacífica” com a burguesia e o seu Estado.

Ora, justamente, na época imperialista, como sabemos, a margem para concessões, para que negociações acerca de reformas dêem progressos para a classe operária, desaparece. O imperialismo tira o tapete debaixo dos pés dos aparelhos permanentes. Ou seja, o papel destes, a sua profissão fica ameaçada. Providencialmente, o imperialismo propõe-lhes outra profissão — que implica vassalagem — a de representantes do statu quo, ou seja, do imperialismo, dentro da classe operária.

Esta modificação é a chave para compreender a situação e a necessidade da construção do partido revolucionário. Com efeito, em particular em situações não revolucionárias, os próprios revolucionários terão mais contacto com os membros destes aparelhos permanentes da classe operária do que com a própria classe, que não está necessariamente permanentemente mobilizada. Assim, o problema que se põe, já que mesmo o aparelho do partido revolucionário é um aparelho permanente da classe operária, é que as forças que exercem as suas pressões sobre os aparelhos também as exercem sobre o partido revolucionário.

Na época imperialista, ao passo que o reformismo das massas tende a transformar-se em movimento revolucionário, inversamente o imperialismo exige aos aparelhos que adoptem directamente os seus planos.

Sabe-se muito bem que os métodos que os aparelhos em geral propõem vão em sentido exactamente oposto à vontade da classe operária de fazer avançar a luta do nível da fábrica para o nível de ramo e para o nível nacional se necessário, vão precisamente no sentido contrário. Propõem “jornadas de luta” específicas, fábrica a fábrica, ou ramo a ramo, limitadas. Ora, não é o caso que estas sejam “medidas insuficientes”, “táticas insuficientes” de luta. São táticas que se opõem à luta, cujo objectivo é precisamente impedir a classe operária de dar o passo seguinte e percorrer aquilo que é o método do *Programa de Transição*, ou seja, passar destas reivindicações à luta pelo poder.

Temos neste momento uma ilustração precisa disso em Portugal, onde o novo governo do PS tem o apoio do PCP, do PS e do Bloco de Esquerda e, evidentemente, embora tente anular certas medidas tomadas pela troika e pelos governos da troika nos anos anteriores, acaba por colidir rapidamente com o facto de que o orçamento do Estado não pode ser ultrapassado. O que os aparelhos fazem é, portanto, tentar convencer a classe de que, havendo este quadro que não se pode superar, que não é razoável superar, é preciso aceitar,

por exemplo, que o aumento do salário mínimo de 530 para 600 euros se faça em três anos, que a reposição dos salários da função pública em Portugal ao nível de 2009 seja adiada por mais seis meses.

Evidentemente, o movimento da classe entra em contradição com o respeito do critério europeu dos 3% de défice orçamental. E os que tentam conciliar as reivindicações da classe com as exigências europeias acabam por se juntar às fileiras e à política dos aparelhos contra-revolucionários.

Um camarada de Itália

Sou delegado CGIL no grupo FIAT. Nestes últimos meses, o presidente do Conselho (primeiro-ministro, Ndr) Renzi, um pouco por propaganda, um pouco para evitar uma explosão social, tem procurado dar a imagem de alguém que se opõe às políticas da União Europeia, rapando um euro aqui, outro acolá para embalar os cidadãos.

Na realidade, o governo actua como uma máquina de guerra para destruir todas as conquistas e direitos que a classe operária conquistou em dezenas e dezenas de anos de luta. Tudo isto se explica não pela falta de resistência da parte dos trabalhadores, mas porque os dirigentes dos sindicatos não têm vontade de se oporem a todas as políticas de destruição. Isso foi especialmente evidente no ano passado, com a luta contra o Jobs Act e a contra-reforma do ensino, com milhões de trabalhadores a entrarem em greve para exigir aos dirigentes sindicais que se batessem até ao fim, o que não obistou a que estes dirigentes renunciassem a lutar e deixassem passar estas leis assustadoras.

Hoje mais do que nunca, é necessário que o movimento operário seja completamente independente dos governos, da UE e da troika. O que nos traz à discussão de hoje, pois a linha afirmada pela maioria da CCI, que ela quer impor a todos, ou seja, renunciar não só à palavra de ordem de ruptura com a UE, mas também a qualquer forma de expressão verdadeiramente independente, põe problemas no plano político, não apenas no plano da intervenção sindical.

Os princípios que há trinta anos nos animam já não valem nada? A linha que temos afirmado perdeu a validade? Não cremos, diz a Tendência, e, com ela, a secção italiana. Pedimos o direito de discutir até ao fim, depois se verá que linha prevalece. Este é um princípio que vem de longe, da crise de 1950-53. O princípio de prosseguir a discussão, mesmo em minoria, e confrontá-la com os acontecimentos.

É necessário, nesta conferência, compreender que repercussões a crise da IVª Internacional terá nas secções dos vários países, a começar pela secção italiana, e saber como organizar-nos em função disso para continuarmos a nossa intervenção na luta de classe e servirmos de apoio aos trabalhadores. A nossa conferência deve, pois, concentrar-se em questões importantes, por exemplo: o que é a política de frente única? O que é, em contrapartida, a política de renúncia e de adaptação aos aparelhos (e, portanto, ao capital)? O que quer dizer construir na linha da transição e o que significa, inversamente, renunciar à construção política independente, ou então pensar que a construção passa directamente pelo terreno da IVª Internacional?

Conferência de urgência – Turim – Fevereiro de 2016

Um camarada de Itália

Caros camaradas, desde que a direcção da CCI provocou esta crise, um dos aspectos que tem suscitado a maior preocupação da secção italiana, para além do método, tem sido a renúncia da parte da direcção da secção francesa à construção no plano político e as inevitáveis repercussões que tal linha teria em todos os outros países.

Sem um quadro político de referência independente, o investimento sindical corre o risco de se dispersar. Concordo com o que anteriormente disseram vários camaradas: as organizações sindicais devem ser defendidas e preservadas, ninguém o põe em causa. Mas isso não significa que seja preciso adaptarmo-nos às orientações impostas pelas direcções sindicais, que constituem os maiores obstáculos à luta dos trabalhadores. Parece-me que isso é claramente ilustrado pelo que actualmente sucede em Itália. Durante o ano passado, o governo Renzi montou uma série de reformas destinadas a varrer os direitos e liberdades dos trabalhadores. Tudo isso foi possível graças à fraca e ineficaz resposta levantada pelos dirigentes das centrais sindicais CGIL-CISL e UIL. Eu exerço responsabilidades regionais e departamentais no sindicato e ouço os membros da direcção dizerem amiúde que a greve é um instrumento ultrapassado. Procura-se, assim, fazer crer que a responsabilidade pelas derrotas recai nos trabalhadores, que mostram pouca vontade de se mobilizarem. Mentira!

Em 12 de Dezembro de 2014, havia milhões de pessoas nas ruas contra a reforma laboral. Nessa ocasião, o secretário nacional da CGIL anunciara que a mobilização continuaria, mas nada se fez. Em 5 de Maio de 2015, o pessoal das escolas rejeitou em bloco o projecto de lei com uma greve histórica. Os professores que entraram em greve reclamavam a retirada do texto, mas, poucos dias depois, o secretário nacional da CGIL declarava: *“Temos numerosas propostas a fazer para melhorar o projecto de lei sobre o ensino”*, assim enviando ao governo uma mensagem claríssima. Adoptou-se, também, uma assustadora lei de estabilidade, que prevê cortes pesados na função pública e um prémio miserável e escandaloso de 6 a 7 euros para as renovações de contrato. Uma vez mais, as direcções nada fizeram para combatê-la.

Neste contexto, enquanto os trabalhadores se vêem isolados, a CGIL propõe uma *“iniciativa popular para um novo estatuto dos trabalhadores”* graças à qual se poderia, segundo ela, alargar estes direitos aos trabalhadores que ficaram até agora à margem destas protecções. A direcção afirmou que tal iniciativa devia ser apoiada por referendo, não por greves. Quem acredita numa coisa dessas? Em trinta anos, apresentaram-se centenas de propostas de iniciativas populares, e só três foram discutidas! Como se há-de pensar em alargar o leque de direitos por “referendo”, quando nem se consegue defender os direitos que existem? Como se há-de pensar num novo estatuto dos trabalhadores, se se permite a Renzi destruir o ensino e anular o artigo 18º, abrindo caminho aos despedimentos em massa?

Porquê falar de referendo e de iniciativa popular em vez de organizar a mobilização à escala nacional para exigir a revogação do Jobs Act e da reforma do ensino?

Um camarada de França

A política da direcção da CCI e do “comité de correspondência” na questão da Europa é uma advertência a cada um de nós. A proposta de constituir um comité de organização para manter a continuidade do combate da IVª Internacional é uma questão de sobrevivência, sem a qual tudo fica ameaçado de desaparecimento no mais breve prazo.

Há dez anos, preparávamos nós o 6º congresso mundial da IVª Internacional, o camarada Lambert, em contribuição escrita em Novembro de 2006, explicava: *“As nossas secções na Europa focam insuficientemente o combate pela ruptura com a União Europeia.”* Evidentemente, dizia Lambert, quando os militantes trotskistas intervêm na luta de classe, ajudando os trabalhadores a mobilizarem-se contra os despedimentos, contra as privatizações, não fazem da ruptura com a União Europeia condição — embora saibam, pela parte deles, que as privatizações e despedimentos organizados pelos governos são uma das consequências da submissão à União Europeia. No entanto, Lambert acrescentava, em substância: renunciar a combater pela ruptura com a União Europeia, é renunciar a combater o obstáculo político dos aparelhos que dirigem o movimento operário e fazem barreira à luta de classe...

É profundamente certo. Queria dizer, particularmente aos nossos camaradas da Ásia, de África e da América, que há, em todos os países da Europa, uma particularidade: nas cúpulas do movimento operário, vê-se gente que se diz “contra a austeridade”, “contra as políticas neo-liberais”, que se diz “anticapitalista” ou faz discursos “pela greve geral”... Porém, assim que aceitam o quadro das instituições europeias, todas estas fracções das cúpulas do movimento operário são levadas a tomarem a seu cargo uma política contra a classe operária.

Foi o que sucedeu na Grécia há um ano, com Tsipras. É o que sucede em França, com Hollande. É o que sucede em Portugal, com o governo PS apoiado pelo Partido Comunista. Há uma razão para isto. É que, na Europa, a forma que a submissão de todos os aparelhos ao regime capitalista em decomposição reveste é a da aceitação do quadro das instituições europeias.

Em 2006, quando Lambert escreveu isto, nenhum de nós podia imaginar que, mal três anos passados, na Grécia, o governo PASOK de Papandreou, apoiado por grande parte das direcções sindicais, iria aplicar o primeiro memorando ditado pela troika, nisso apoiado pela política de divisão do Partido Comunista da Grécia (KKE). Política hoje prosseguida pelo Syriza e por Tsipras.

Porém, em 2006, fizesse-se uma votação na direcção da CCI sobre este texto de Lambert que eu citava, e esta posição teria sido adoptada por unanimidade. A mesma coisa em 2007, 2008, 2009... E depois, pouco a pouco, assistiu-se a uma deriva. O camarada grego perguntou que balanço se fez da conferência de Tarragona nas instâncias da Internacional. Olha, batemo-nos durante anos por que se fizesse discussão. Foi-nos recusada. E depois, em Junho-Julho de 2015, quando

Conferência de urgência – Turim – Fevereiro de 2016

fomos expulsos da CCI, eu diria que a língua se soltou. Foi o que o camarada do Burundi indicou, ao assinalar que um membro do “comité de correspondência” lhe dissera, há seis meses: “A ruptura com a União Europeia é uma falsa palavra de ordem.”

O menos que se pode dizer é que estamos muito longe do que Lambert dizia em 2006... No boletim nº 18 do comité de correspondência, há uma contribuição sobre a Europa. Como é sempre preciso encontrar justificações políticas para golpes de Estado ou para mudanças de orientação de 180º, neste caso inventou-se uma “engenhoca” para justificar renunciar definitivamente ao combate pela ruptura com a União Europeia: a União Europeia, lê-se, estaria, cito, “para rebentar”, “em desarticulação”, a Comissão Europeia “está suspensa no ar”, em suma, a UE está-se a desmoronar sozinha, não se sabe por que milagre.

No mesmo momento, na Grécia, pela quadragésima terceira vez desde 2010, vêem-se as massas, apesar de todos os obstáculos, a procurarem levantar-se contra o memorando de destruição imposto pelas instituições europeias.

O boletim nº 18 escreve: “A concorrência livre e não falseada, a livre circulação já não existem.” Camaradas, em França, país de 65 milhões de habitantes, há, segundo os sindicatos, meio milhão de “trabalhadores destacados”, ou seja, operários polacos, húngaros, búlgaros, romenos que deixam os seus países, onde a UE privatizou tudo, e vêm trabalhar em França porque os patrões franceses, graças à União Europeia, não pagam segurança social. Dormem em celeiros, vivem em condições precárias. E o que é que nos vêm dizer? Que a União Europeia desapareceu.

Não foi a União Europeia que desapareceu. O que desapareceu do “software” da CCI foi o combate contra a política dos aparelhos. Daí a renúncia a qualquer iniciativa comum das secções da IVª Internacional na Europa e a recolha a casa. Camaradas, renunciar a combater a política dos aparelhos e reduzir a nossa actividade a uma adição de intervenções nacionais equivale a renunciar não só à IVª Internacional, mas ao internacionalismo proletário em geral.

Para concluir, esta política tem consequências desastrosas. O alinhamento com a frente popular em Portugal, mas também a vergonhosa condenação, no último número de *Informations ouvrières*, dos sindicalistas britânicos que fazem campanha por sair da União Europeia no referendo, acusando-os de serem aliados objectivos da extrema-direita britânica. Esta orientação ameaça destruir tudo.

Vai, bem entendido, ser preciso reflectir na prossecução da actividade comum dos militantes trotskistas na Europa na linha de ruptura com a União Europeia, apoiando-se nas primeiras, modestas iniciativas que vão nessa direcção: o comício internacionalista de Paris de 26 de Setembro, a delegação operária internacional à Grécia do mês de Novembro. Condição para que haja esta elaboração é agrupar as forças que recusam abandonar o que Lambert dizia em 2006 e condensava a independência política da IVª Internacional e, logo, constituir em centro internacional que possa travar este combate organizadamente.

Um camarada da Turquia

A nossa secção turca da IVª Internacional seguiu todos os acontecimentos da ruptura que se produziu na secção francesa. Notámos desde o início que a posição da maioria da CCI era uma posição de “centralismo burocrático”. Temos lutado, pois, desde o início ao lado da TCI de França.

Uma pequena objecção ao que disse o camarada relator: “Somos uma componente da IVª Internacional, não somos a IVª Internacional.” Acho que é preciso dizer, do mesmo passo: “Somos a única componente histórica da IVª Internacional”, dada a autoliquidação da corrente da CCI. Deixou de haver outra corrente que se possa reclamar da linha histórica da IVª Internacional. É de acrescentar.

A nossa secção é uma “secção pequena”, mas estamos 100% ao lado desta conferência de urgência, em que participo para apresentar as posições da nossa secção.

Camaradas, o caos armado é pior do que a guerra civil. Vemolo na Síria. Na guerra civil, sempre há dois campos que se enfrentam, um ou o outro hão-de ganhar. No caos, só ganha o imperialismo. É isto, a situação na Síria. Esta situação chega a muitas cidades da Turquia, ao Curdistão, onde o exército turco, a polícia turca, com a ajuda — convém vincá-lo — de elementos infiltrados do Daech, estão lutando contra cidades e aldeias curdas. A defesa do povo curdo contra estes ataques do exército, da polícia, do Daech, etc., transbordou do PKK, encarregando-se dela milícias populares, cujos membros, na maior parte, são, naturalmente, jovens curdos.

O governo e o partido de Erdoğan estão-se tornando cada vez mais reaccionários. Começaram agora a criar o que eles chamam “focos otomanos”, isto é, grupos paramilitares para atacar os alevis (minoría religiosa existente na Turquia, NdR), os curdos, os operários, os intelectuais, todo o tipo de gente de tendência democrática. É uma novidade, começaram a lançar ataques em bairros de Ankara, de Istambul, das grandes cidades turcas de maioria turca.

Para muitos grupos, que vão do Partido Curdo ao Partido Republicano do Povo da Turquia (CHP, partido laico que se reclama da tradição de Mustafa Kemal “Atatürk”, o fundador da República, NdR), até organizações sindicais, sociais, etc., põe-se, pois, hoje o problema da autodefesa em todos os bairros operários, populares de Istambul, de Ankara e de outras cidades da Turquia fora do Curdistão, onde há já uma resistência popular. Como partido, começámos a pôr o problema da constituição de comités de autodefesa de bairros populares.

Mais uma coisa sobre a situação em França. Em 2011, houve uma intervenção militar imperialista na Líbia, com a participação do governo francês. Nós tínhamos organizado uma manifestação de uma centena de pessoas em Istambul, diante do consulado geral da França, perto da praça Taksim, onde se desenrolara a insurreição de 2013, na avenida Istiqlal (da independência), avenida muito frequentada e cosmopolita de Istambul.

Conferência de urgência – Turim – Fevereiro de 2016

Lemos a declaração do POI contra a intervenção. Foi porventura a única manifestação de uma organização de esquerda na Turquia nesta ocasião. Foi três meses antes da intervenção militar, com bandeirolas “Partido da Fraternidade Operária-POI, contra a intervenção francesa na Líbia”.

Recebi nessa altura um correio electrónico do membro do SI que discutia connosco, dizendo: “*Mas o que andam vocês a fazer? Porque citam o POI? Protestem contra o vosso próprio governo!*” Eu respondi-lhe: “*Mas o nosso governo não é um governo imperialista, embora seja cúmplice. É o imperialismo francês que se prepara para atacar.*” Hoje, vendo esta conferência de urgência, digo claramente: a IVª Internacional vencerá!

Um camarada da Bélgica

Venho da Bélgica. Queria apresentar as coisas um pouco sob outro ângulo. É que temos feito várias vezes referência à crise pablista de 1950-1953 como termo de comparação para a crise actual. E temos dito muitas vezes, ao analisar a emergência do pablismo, que ele é o “coice” de uma má orientação à saída da Segunda Guerra Mundial, quando os trotskistas diziam: “*Brandimos a bandeira, e as massas aderirão maciçamente à IVª Internacional.*” Não foi o que sucedeu, daí o pablismo, que tentou aproveitar-se do recuo.

Assim, ponho-me a pensar que, nas traições ao programa da IVª Internacional, há o aspecto de renunciar às responsabilidades da tomada do poder. Um camarada que falou antes de mim dizia: deixemos os mortos enterrar os mortos, mas que, mesmo assim, o processo ainda estava por chegar ao seu termo. Ora, se o processo ainda está por chegar ao seu termo, não devemos dizer que somos a única IVª Internacional.

Direi, por conseguinte, que devemos evitar tomar disposições que considerem que “o assunto está encerrado”, que as secções que não estão aqui, ou a maioria das secções que não estão aqui, estão mortas para a IVª Internacional. Direi que, se chamarmos ao nosso agrupamento CORQI, é um pouco fazer o paralelo com o pablismo, como se estivéssemos quarenta anos atrás. Eu proporei dizer que nos podíamos antes chamar: “*Comité Internacional de Defesa da IVª Internacional*”, o que deixaria a porta aberta.

Quanto à Bélgica, somos o mesmo número que antes da crise. Apoiámos o apelo a esta conferência de urgência. Para já, a CCI não consegue constituir uma “secção oficial” da IVª Internacional, mas, no fim do ano, constituíram uma associação dos “Amigos de *La Vérité*”, com um texto que rezava assim: “*É em La Vérité que os trotskistas se exprimem, em mais parte nenhuma.*”

Não sei se esta associação tem muitos membros, em todo o caso é o eixo deles. E, no ponto de vista prático, utilizam a campanha de defesa dos 300 sindicalistas espanhóis perseguidos. Ora, como esta campanha foi, até certo ponto, validada pelo último congresso da Confederação Europeia dos Sindicatos (CES), a FGTB acaba de tomar posição, tirando

os “Amigos de *La Vérité*” a conclusão de que “*Graças ao nosso trabalho, estamos fazendo com que as coisas, no aparelho, mexam.*” Na nossa época, quando fazíamos campanhas, o objectivo não era que o aparelho dirigente andasse connosco, era conseguir os objectivos da campanha em questão.

Portanto, para concluir, parece-me que é de parar com lamentações, parar de nos considerarmos “minoritários”, de nos queixarmos. Há que avançar, ter uma orientação.

Resposta

Parece possível e necessário modificar ligeiramente a ordem de trabalhos inicialmente prevista. Proponho-me dizer umas palavras, mas depois proponho que abramos uma segunda volta de discussão. Esta primeira volta de discussão verificou entre nós um acordo geral sobre o quadro, com umas tantas questões políticas em relação às quais pode haver divergências ou matizes. No entanto, agora, a partir deste quadro, há que tentar ir mais longe no definir exactamente aquilo que queremos fazer, tanto no plano internacional como no plano nacional. (A proposta de reestruturação da ordem do dia é aprovada pelos delegados). Começemos por uma avaliação da situação da Internacional. Vários camaradas destacaram que há uma diferença entre a crise de 1950-53 e a situação actual. É importante rever esta discussão. O que há de comum e o que há de diferente?

Há em comum uma coisa que em nós, militantes da secção francesa, causou um certo impacto. Para quem ouviu a laboriosa elaboração da resolução do secretariado internacional de 13 ou 14 de Janeiro de 2015, a que dizia, em substância: “*Os atentados de Paris de 7 de Janeiro transformam a situação mundial... Vamo-nos encontrar na extrema defensiva. Só restam, como organização da classe operária, os sindicatos, pelo que devemos imergir-nos em profundidade nas organizações da classe para reorientar todo o nosso trabalho, reapreciar tudo o que temos feito, quebrar a rotina*”... Para quem assistiu a esta elaboração, para quem seguidamente viu como, quatro dias mais tarde, na direcção nacional da secção francesa, isso se traduzia numa tentativa de golpe de Estado: estávamos a 18 de Janeiro, e o relator propunha, sem nós, membros do burô político, o sabermos, que, no prazo de cinco semanas (três das quais de férias escolares), se amanhasse a preparação e realização de um congresso extraordinário da secção francesa encarregado de rever totalmente toda a orientação seguida há anos.

Para quem assistiu a isto, duas coisas passaram imediatamente pela cabeça: a primeira é que era uma coisa que não se improvisava (os atentados de 7 de Janeiro davam o pretexto para qualquer coisa que já estava amadurecida há muito tempo).

Mas a outra coisa que imediatamente passava pela cabeça ao ouvir o relator dizer isto era “a guerra que aí vem” de Pablo, ou seja, que a guerra que estava iminente no início dos anos cinquenta, que obrigava, segundo Pablo, a imergirmo-nos em profundidade não nas organizações da classe em geral, mas

Conferência de urgência – Turim – Fevereiro de 2016

nos partidos estalinistas, bem lá no fundo dos quais era urgente esconder-nos, pondo em causa toda a orientação até então seguida; depois se veria. Neste sentido, há um profundo paralelo, evidente, entre 1950-1953 e hoje.

A diferença é que, em 1950-1953, a hipótese de uma terceira guerra mundial era uma possibilidade real. Em contrapartida, os atentados em França, por muito importantes que tenham sido (e a menos que se considere que a França é o centro do mundo, o que é bem possível no que diz respeito a certos sectores da pequena-burguesia que têm colonizado a direcção da secção francesa de há algum tempo a esta parte), e foram atrocidades, não há nenhuma dúvida a esse respeito, porém, em intensidade estão aquém da barbárie desatada na Síria, no Iraque, no Afeganistão, em numerosos países do mundo.

A segunda grande diferença entre 1950-1953 e o que hoje sucede, já se disse, é que na época era, homoganeamente, o alinhamento com o aparelho estalinista, centralizado em Moscovo. Já não há aparelho internacional do estalinismo. Já só há agências nacionais, por vezes mesmo locais ou regionais do imperialismo e, por conseguinte, “a imersão profunda” nas organizações da classe assume obrigatoriamente formas dispersas, diferentes consoante o país e as situações nacionais.

Mas a principal diferença, e neste ponto junto-me ao camarada dos Estados Unidos, é que, em 1950-1953, a secção francesa deu por si sozinha. Foram precisos dois anos para que o SWP dos Estados Unidos se mexesse. Inversamente, hoje, por muitíssimas razões, a secção francesa encontra-se numa situação mais favorável, em que, seis ou sete meses depois de rebentar, está em condições de participar nesta conferência com camaradas de 16 outros países.

Na época da crise pablista, a maioria da secção francesa já teria ficado contente por reunir camaradas de metade ou menos dos países, seis meses após a crise. À época, durante todo um período, a direcção pablista conseguiu acreditar a ideia de que havia um “problema francês”, mas não havia crise na Internacional. A coisa mudou com a ruptura do SWP com Pablo. Hoje, ninguém pode negar que é uma crise da IVª Internacional e que, por conseguinte, os problemas não podem ser reduzidos à forma táctica particular francesa que revestiram, tratando-se antes de questões fundamentais, das fundações teóricas, políticas, programáticas da IVª Internacional.

Acrescente-se neste ponto um esclarecimento: as razões por que o SWP modificou a sua posição, em 1953, prenderam-se sem dúvida com a posição tomada pela minoria pablista na luta de classes, com a greve de 1953; prenderam-se também com a capitulação rasteira do pablismo diante do estalinismo quando os operários de Berlim-Leste se sublevaram em Junho de 1953. Mas prenderam-se igualmente com uma terceira razão: o SWP foi atacado do interior pelos partidários de Pablo... Enquanto o pablismo atacasse a secção francesa ou outras secções, os dirigentes do SWP lavavam as mãos. Mas quando o equivalente americano de Pablo, no caso concreto Cochran, atacou a secção americana do interior, nessa altura os dirigentes do SWP acharam intolerável e deram luta. Isto não é negativo, mas põe em evidência uma limitação. Esta limitação tem um nome: o

“nacional-trotskismo”. O “nacional-trotskismo” também existe na crise actual. Não de maneira dominante, e a prova é que estamos todos aqui. Mas existe para alguns camaradas.

Assim, em certas secções, ouviram-se camaradas que por vezes dividem o nosso ponto de vista — ou, pelo menos, uma parte da nossa análise e não aceitam as calúnias contra nós — explicar, do mesmo passo, que, em nome da preservação (hipotética) da secção nacional “deles”, se podia esquivar os problemas com que hoje nos confrontamos na Internacional.

Nas numerosas discussões que temos tido com esses camaradas, temos feito uma única pergunta: vocês pensam seriamente que se possa preservar a unidade da vossa secção em bases que não sejam bases de princípio contraditórias com políticas de alinhamento com os aparelhos, contraditórias com a ofensiva de liquidação da própria IVª Internacional? É por isso que, para além de concordar com o que disse o camarada dos Estados Unidos, todos podemos sentir-nos orgulhosos da posição firme da secção americana, não simplesmente na crise actual da IVª Internacional, mas também na luta contra o seu próprio imperialismo, sendo uma infâmia dizer que estes camaradas são agentes do imperialismo.

O que acabo de evocar quanto às discussões com camaradas permite-me responder à pergunta matemática que o camarada da Grécia maliciosamente fez. Se 40% foram ejetados do conselho geral por aquilo que nós caracterizámos como uma corrente liquidacionista, porquê então dirigir-nos aos 60% que ficaram? É mais complicado, camarada. A situação da Internacional é mais complicada. Há uma série de indivíduos em relação a quem não há qualquer dúvida: meteram-se conscientemente, deliberadamente por uma política de destruição da IVª Internacional. Mas há outros em relação aos quais as coisas são menos claras.

Isto é verdade das direcções e, por maioria de razão, das organizações. Primeiro, como o disseram outros camaradas, muitos militantes de secções não sabem de nada. Isto, mesmo em secções em que circularam informações. Peguem no exemplo da França, onde, por definição, as informações circularam; continuamos a encontrar, todas as semanas, militantes que estão na CCI e que, em substância, nos dizem: “*Eu não tinha todos os elementos. Ao princípio, tendi a acreditar que vocês se tinham comportado de maneira intolerável. O que se passou depois fez-me reflectir, a leitura comparada de La Tribune des Travailleurs e de IO, o que está a acontecer nos sindicatos...*” Não é exagero: todas as semanas, há pelo menos um militante da CCI que se movimentava em direcção à TCI, por vezes mais.

Portanto, pode-se imaginar que, em países em que as informações foram bloqueadas, no Brasil, no México e noutros sítios, haja camaradas que dividem os nossos pontos de vista. Em países em que, nesta fase, há tão pouca informação que, oficialmente, nenhum camarada divide a nossa posição, pode-se imaginar que a discussão está à nossa frente, e não temos o direito de fazer uma cruz sobre estes camaradas. Não temos o direito de considerar que as coisas estão acabadas. Mesmo na direcção.

Entre os delegados escolhidos a dedo para o pretenso 9º congresso mundial, há outro camarada, de outra secção, que

Conferência de urgência – Turim – Fevereiro de 2016

não nomearei, que acaba de difundir muito amplamente o apelo do camarada Vasudevan à conferência mundial de Mumbai. E outro camarada, que não vou nomear, mas que conheço bem há muitíssimo tempo, a quem há uma semana eu tinha enviado uma palavrinha. Fiz-lhe a pergunta: achas mesmo que nós somos “*agentes do imperialismo*”, como escreve a direcção da CCI?

Ele respondeu-me: de maneira nenhuma... Ora, mesmo assim, eles vão-lhe pedir para votar que nós somos todos agentes do imperialismo... É complicado. Um camarada de outra secção, outra vez um delegado ao mesmo pretense congresso mundial, a quem um camarada tinha enviado uma mensagem do mesmo género, respondeu-lhe: “*Não, não concordo nada com este grassar de horrores contra vocês.*” É mais complicado...

Por isso, acho que temos de dizer com exactidão que nos estamos a haver com um processo de cristalização que é complexo, mas que continua por acabar. Lambert dizia muitas vezes: “*Não ponho nomes às caras nem caras aos nomes.*” Esta lição está, pois, a começar. E nós, por estas razões, devemos especificar bem o que somos. Somos a continuidade política, indiscutível, da IVª Internacional. E, deste ponto de vista, somos o único segmento organizado desta continuidade. Somos a continuidade da IVª Internacional tal como foi fundada por Leão Trotsky em 1938, tal como foi preservada da destruição pela comissão operária da maioria da secção francesa em 1950-1953, tal como travou o combate pela reconstrução e tal como foi dar à reproclamação de 1993.

Somos a continuidade da IVª Internacional que fez o seu 3º congresso mundial em 1951 e o seu 4º congresso mundial somente em 1999, que teve os 5º, 6º e 7º congressos mundiais e um 8º congresso, um tanto atrofiado dadas as circunstâncias a que aludimos antes... Somos esta continuidade e, ao mesmo tempo, não temos a pretensão, no plano da organização, de ter criado condições para restabelecer a IVª Internacional centralizada. Por isso, nesta fase, os camaradas que propõem que passemos a ser outra coisa que não um Comité de Organização pela Reconstituição da IVª Internacional não me convenceram.

Ouç o argumento: esse nome, não nos voltará ele demasiado para dentro, para uma briga interna? Acho que não. A nossa capacidade de nos dirigirmos às massas não depende principalmente do nosso nome, mas da nossa política, do tipo de jornal que publicarmos, do tipo de campanhas que fizermos, das palavras de ordem que avançarmos. No mais, não podemos esconder o que somos. Não somos a IVª Internacional, aspiramos a reconstituí-la. E, neste ponto de vista, vamos ter de nos habituar, camaradas, a expor aos trabalhadores, aos militantes e os jovens a realidade da situação.

Fizemos a experiência em França, e fez-se depressa. No dia 26 de Junho, os camaradas da secção francesa ainda estavam a vender *Informations ouvrières*, explicando que era preciso aderir ao POI e à sua corrente trotskista, a CCI. Três semanas mais tarde, vendíamos *La Tribune des travailleurs* e propúnhamos reforçar uma tendência que ainda não tinha nome, uma tendência interna da CCI e expulsiva. Nem sempre

foi fácil... Bastou explicarmo-nos aos trabalhadores, jovens e militantes que não estavam nem no POI, nem na CCI: ora bem, vamo-vos explicar a crise que lavra dentro da CCI, do POI, e o porquê dela... Não conhecemos casos de trabalhadores que não tenham compreendido. Como explicámos? “*Queremos construir um partido, mas há quem diga que já não vale a pena. Queremo-nos dirigir a todas as camadas da classe operária, há quem nos diga: só nos devemos dirigir aos dirigentes sindicais. Somos pela ruptura com a União Europeia, há quem diga que esta questão já não está na ordem do dia...*”

Qualquer trabalhador ou jovem normalmente constituído compreende estas questões. Não tenhamos, portanto, medo da nossa capacidade de explicá-las.

Na TCI, tivemos uma discussão: batemo-nos por vender *La Tribune des travailleurs*, e o jornal vende-se bem. Estamos numa média de 4 jornais vendidos por trotskista. Fixámo-nos chegar a 5. Acho que vamos lá chegar dentro de pouco. Em contrapartida, publicámos uma brochura com as resoluções da conferência nacional da TCI. É leitura mais árida. Foi então que percebemos que, nas células da TCI, havia uma tendência para considerar que ela era um boletim interno, que só interessava os trotskistas. Batemo-nos, houve uma discussão. Em bastantes casos, os camaradas conseguiram vender um número igual aos efectivos da TCI. Dissemos para nós: não chega, os nossos problemas enquanto trotskistas interessam uma ampla camada de trabalhadores à nossa volta. Fizemos esta briga.

Creio que o CORQI, amanhã, será perfeitamente capaz de explicar a milhares de trabalhadores e militantes no mundo inteiro de onde vem a crise da IVª Internacional, qual é a nossa política — na condição de lhe darmos uma expressão que não seja só interna. É por isso que daqui a pouco faremos a proposta de esta conferência elaborar e adoptar um Manifesto em que nos exprimamos em nome da IVª Internacional em direcção aos trabalhadores, militantes e jovens à nossa volta.

Devemos discutir isto. A quem nos havemos de dirigir? Claro que é preciso dar um passo específico para com os que são membros do pretense congresso mundial, mas esse é só um dos aspectos do problema.

Durante muito tempo circulou por aí, entre os militantes que foram expulsos da CCI, a piada da “*dona de casa com menos de cinquenta anos*”. Calculem que uma vez, no burô político da CCI, rebentou um “escândalo” quando um eminente membro do burô político se indignou porque um camarada tinha escrito numa nota que era preciso que *Informations ouvrières* pudesse ser lido pela “*dona de casa com menos de cinquenta anos que vê a TF1*”. Ou seja, que fosse um jornal que se pudesse vender e ser entendido, nomeadamente, por uma dona de casa de menos de 50 anos, ou seja, uma mãe de família que talvez não trabalhasse, que com certeza não fosse responsável sindical e que, além disse, visse a TF1, que é a televisão de mais baixo nível de França...

Honoráveis membros do burô político brandiam isto como o supra-sumo da abominação. Como é que se podia resolver fazer um jornal que se dirigisse a esse tipo de público? Devia-

Conferência de urgência – Turim – Fevereiro de 2016

se fazer um jornal exclusivamente para os “quadros operários”, o que, na realidade, queria dizer os chefes sindicais, de preferência de alta patente. E todos voltavam à carga: “Aqui d’el rei com a dona de casa de menos de 50 anos”! Até que decidimos nós agarrar nisto, do avesso. Sim, queremos fazer um jornal e uma política que se dirijam a todas as camadas da classe operária, incluindo a “dona de casa de menos de 50 anos”!

Houve um camarada que contou isto no secretariado internacional, desvendando diante dos camaradas da Internacional o carácter de aristocracia operária que a história reflectia. Portanto, temos de saber a quem nos dirigimos. Qualquer que seja o tamanho da secção da IVª Internacional, mesmo um grupo de cinco camaradas, um camarada sozinho ou um grupo mais numeroso: a quem nos dirigimos?

Na discussão que se evocou no relatório acerca dos artigos de *La Vérité*, toda uma faceta da discussão era com isto que tinha que ver. Temos de nos dirigir à vanguarda, dizia o autor do artigo, polemizando contra o artigo sobre Pierre Lambert. “A vanguarda”... reduzia-a ele na realidade aos militantes sindicalistas. E nós, voltando ao método do bolchevismo, dizíamos: para ganhar a vanguarda, temos de ter uma linguagem que se dirige às massas. É a questão a que devemos aqui responder. Deve o CORQI adoptar uma linguagem que dê resposta à situação das massas? Devem os camaradas, em cada um dos seus países, ser capazes de se dirigir às massas?

É daqui que é preciso atacar os problemas. Ainda não chegámos ao ponto em que possamos escrever a história de como chegámos à crise actual. Será preciso fazê-lo, mas ainda é cedo. Há camaradas que dizem: “Desistiu a direcção da CCI, há já anos, de construir na juventude?” Desistiu, certamente. É essa a causa dos problemas? Não me parece.

Os camaradas hão-de ter em consideração que, desde que foi reproclamada, a IVª Internacional se veio confrontando com uma tentativa de sabotagem interna que tem que ver com uma questão essencial: é ou não preciso um centro da IVª Internacional? Isto deu-se de maneira insidiosa, imperceptível. Lambert lutava por que houvesse um centro da IVª Internacional, por que houvesse centralização política, por que se organizasse a discussão, por que as campanhas fossem seguidas, e há anos e anos que alguns responsáveis (que hoje animam o pretensu comité de correspondência) respondiam: não podemos fazê-lo, não se pode fazer assim... e todas as decisões escorriam para a areia. No papel, escrevia-se “IVª Internacional”, mas na realidade havia uma espécie de gestão dia-a-dia da coordenação entre uma série de secções. O que, de facto, havia era um desacordo quanto à reproclamação, e esse desacordo era, na realidade, a desistência de construir um partido à escala internacional e, logo, em cada país. E esta desistência estava concentrada na direcção francesa. Não foi por acaso que a crise começou por rebentar em França.

Portanto, camaradas, é preciso tomar isto em consideração e inscrever todos os problemas que se podem vislumbrar, a questão da juventude e outras questões, no quadro desta apreciação. Por isso se proporá nesta conferência, convocada em condições de urgência, adoptar um Manifesto, porque a

nossa responsabilidade ao saírmos desta conferência é, antes e primeiro que tudo, definir vias e meios para a construção de organizações revolucionárias, vias e meios de combate pelo partido operário independente, pela expressão política independente da luta de classe.

Sejamos exactos: não somos a IVª Internacional, mas recrutamos em nome da IVª Internacional. Não somos a IVª Internacional e, não obstante, somos portadores do programa da IVª Internacional. E parece-me que é importante levar em conta o que relembrou a camarada brasileiro ao referir-se ao que se passou depois do 2º congresso mundial da IVª Internacional (1948) na secção francesa, quando os direitistas abandonaram a organização, privando-a de metade dos seus militantes. Pierre Frank pôs-se em cima da mesa e disse: “Para o caixote de lixo da história!” Lambert contou-nos este episódio centenas de vezes, e acrescentava: “Claro que, no ponto a que se tinha chegado, era impossível impedir a cisão, mas o caso não era para deitar foguetes”.

Isto para explicar como é que se deve pegar no problema da intervenção. Ao escolher, devemos partir de um critério essencial. Tal como, em relação a todas as forças produtivas, tudo se resume na principal força produtiva, a força de trabalho do proletário, também, em relação a todos os elementos da construção do partido, tudo se resume num elemento essencial: o capital militante constitutivo de uma vanguarda consciente e organizada.

É daí que se há-de definir a tática. Volto ao que se disse sobre o jornal. É certo que, quando fomos todos suspensos, podíamos ter dito: vamos fazer um boletim de tendência. Porém, aos 700 camaradas que tinham aderido à tendência, o que é que lhes íamos dizer? Podíamos-lhes dizer: “Continuem a aplicar uma política que desaprovam, a vender um jornal com o qual estão em desacordo, sem perspectiva de congresso, sem poder pesar, continuem, na luta de classes, a levar à prática uma política disciplinada pelos aparelhos”? Podíamos ter dito isto, mas dois terços dos camaradas tinham-se ido embora desmoralizados e paravam com tudo...

O que nós dissemos foi: o capital mais precioso para nós, são estes 700 camaradas da tendência, são militantes, combatentes na luta de classe. Se é um partido que queremos construir, é preciso impedir que o adiamento do congresso e a “suspensão” burocrática pela direcção da CCI redunde na destruição deles. Se queremos impedir a destruição, só há um meio: uma política independente e, portanto, um jornal. Fizemo-lo por esta única razão.

É este, portanto, o ponto de partida para discutir tática. Por exemplo, o que vão os camaradas fazer nos vários países? Porque, paradoxalmente, se esta é a crise mais grave que a IVª Internacional já conheceu, há hoje, não obstante, uma extrema facilidade em recrutar para a IVª Internacional. Há, de resto, uma relação entre as duas coisas.

É o que estamos a ver em França. A abertura de GERs à volta da TCI é hoje infinitamente mais fácil do que há dois ou três anos. Primeiro, porque, naquela altura, estávamos na CCI e não havia política de recrutamento, mas, para além disso, também porque toda a situação põe a questão da revolução.

Conferência de urgência – Turim – Fevereiro de 2016

Devemos, portanto, discutir estas questões em pormenor. Há uma coisa que é preciso compreender, camaradas. Não nos havemos com gente que procura, à nossa, contrapor outra política de construção, certa ou errada. Havemo-nos com gente que só tem duas preocupações: dar cobertura à política dos aparelhos e tentar contrariar a nossa política. Ponto final.

Podia-se dar muitos exemplos. Recentemente, um militante sindical americano, que está comprometido com a batalha para instaurar nos Estados Unidos um sistema de segurança social assente na solidariedade operária, recebeu uma carta de uma representante da direcção da CCI que ele tinha conhecido numa conferência alguns anos atrás. A representante da direcção da CCI disse-lhe: “*Caro amigo, podes-nos enviar uma correspondência sobre o teu combate nos Estados Unidos? Publicamo-la em Informations ouvrières.*”

Acontece que este camarada, que, não sendo trotskista, está em contacto com os camaradas de *Socialist Organizer* nos combates que travam conjuntamente na luta de classe, estava informado da crise que atravessa as nossas fileiras. Ele fez, então, uma coisa inteligente: enviou uma carta conjuntamente à representante da direcção da CCI e a nós, dizendo: “*Soube que há dois jornais. Escrevi um artigo sobre o combate pela Segurança Social nos Estados Unidos e envio-vos a ambos para publicação.*”

Recebemo-lo e publicámo-lo em *La Tribune des travailleurs*. Mas *Informations ouvrières* nunca o publicou... porque o artigo só lhes interessava se lhes permitisse “marcar pontos” contra nós. Não o permitindo, o problema da Segurança Social nos Estados Unidos era tão pouco interessante que não publicaram o artigo.

Outro exemplo: há uma campanha em defesa dos 300 sindicalistas condenados em Espanha. Na Bélgica, os camaradas disseram-nos que tinham obtido uma posição da FGTB. Só que há um pequeno problema. Se nós fôssemos o “comité de correspondência” e quiséssemos fazer campanha em defesa dos sindicalistas condenados em Espanha, onde é que seria prioritário fazê-la? Em França, evidentemente, pois é, afinal de contas, onde temos posições sindicais mais significativas. Ora, não há campanha alguma em França contra a condenação dos 300 sindicalistas espanhóis. Nada.

Há aqui camaradas franceses que participam em congressos sindicais. Vocês viram moções a exigir que os espanhóis não sejam condenados? Em lado nenhum. Isto dá-nos ensejo a algumas outras reflexões.

Houve aqui uma discussão sobre a questão da frente única. Há que prosseguir-la. No entanto, tenhamos cuidado: há camaradas que têm tendência — outra coisa não seria de esperar, já que nós combatemos os que amalgamam organizações e aparelhos — a opor mecanicamente a defesa das organizações aos aparelhos. Mas as coisas são mais complicadas. Claro que nós qualificamos a cúpula dos aparelhos de “*lugares-tenentes operários da burguesia*” (Lenine). Nós baseamo-nos, no entanto, num programa que diz: “*Postos em determinadas circunstâncias excepcionais, os aparelhos podem ir mais longe do que desejam na via da ruptura...*” Não se pode, pois, excluir esta hipótese. Ela é,

mesmo, a hipótese mais favorável no ponto de vista da classe operária. Não é nisso que há desacordo com o “comité de correspondência”. O desacordo versa sobre saber se uma política de frente única passa pela desistência de uma política independente da vanguarda. É aí que está o problema. Pode haver circunstâncias em que, por uma ou outra razão, o aparelho, ou os aparelhos, dêem um passo na via da ruptura. Apoiaremos tais passos. Temo-los apoiado, apoiá-los-emos.

Para pegar num exemplo que marcou muito os camaradas que, com razão, combatiam, nos anos sessenta, as posições do secretariado unificado pablista sobre a revolução cubana: o desacordo não era por saber se havia uma revolução cubana; havia. O desacordo não era saber se, posto em circunstâncias excepcionais, Castro tinha sido obrigado a ir mais longe do que desejava na via da ruptura: é um facto, ele expropriara efectivamente o capital, ainda que por meios burocráticos. O desacordo não era sobre a defesa de Cuba; era preciso defender Cuba contra a ameaça imperialista. Não, o desacordo com os pablistas incidia em saber se, levados nós a defender a revolução cubana contra o imperialismo, tínhamos que defender os castristas. Se se tinha, portanto, que renunciar a uma política independente. Por exemplo: era preciso construir uma secção da IVª Internacional em Cuba? Ou tínhamos que alinhar atrás da direcção esclarecida de Fidel Castro?

O debate não é novo, mas não se excluía que Castro pudesse ter dado um passo na via da ruptura. Consequentemente, não excluimos que, por exemplo, hoje, na Itália, os dirigentes da CGIL possam, em dado momento, nesta ou naquela questão, formular uma posição que sirva de ponto de apoio. É possível. Tal como pode ocorrer em França ou noutros países. Porém, pode a nossa política reduzir-se a fazer pressão sobre os aparelhos, esperando que eles adoptem uma posição correcta? Não.

A nossa política, sejam quais forem as circunstâncias, é uma política independente, e esse é o problema que os camaradas alemães colocam a propósito do sindicato Ver.di. Têm mil vezes razão. O problema não é saber se era ou não preciso assinar a petição do Ver.di. Porém, quando os dirigentes do 87 da rua do Faubourg St. Denis dizem que, na Alemanha, a única coisa a fazer é assinar a petição de Ver.di, mais nada, isso é outra coisa.

Tal como quando, em França, nos disseram que a única coisa a fazer na luta de classe era preparar a greve de 9 de Abril de 2015. Alguns de nós fomos acusados de traidores à classe operária, porque, numa certa reunião em que alguns de nós participávamos, uma trabalhadora se atreveu a perguntar: “*Está bem, fazemos greve no dia 9 de Abril, mas o que fazemos no dia seguinte?*” O simples facto de ter deixado fazer esta pergunta era, da nossa parte, segundo a maioria da direcção da CCI, uma punhalada nas costas da greve de 9 de Abril, pois, diziam eles, essa greve era, para a classe operária, uma formidável resposta! Quanto aos dois camaradas trotskistas (ambos dirigentes sindicais) que, na região em que esta reunião se tinha realizado, tinham tido a ousadia de deixar fazer esta pergunta, foram denunciados por “fura-greves”, em conferência nacional, pelo responsável nacional da CCI, diante de 200 quadros trotskistas embasbacados!

Conferência de urgência – Turim – Fevereiro de 2016

Camaradas que, um como o outro, passam o tempo a fazer greves... Tinham apenas participado numa reunião em que trabalhadores disseram que talvez o 9 de Abril não fosse solução para todos os problemas.

É aqui que a discussão entre nós se situa. Ora bem, sim, era relativamente positivo as centrais sindicais apelarem a uma jornada de greve contra a política do governo. No entanto, dizer que não se podia fazer um milímetro de crítica, que não se podia fazer uma única pergunta sobre o que viria a seguir, isso é subordinar-se aos aparelhos. Pela nossa parte, não há oposição entre frente única na base e frente única na cúpula.

Ouvimos o que o camarada explicou sobre a Tunísia. Ele disse uma série de coisas perfeitamente justas. Em particular, sobre a maneira como a UGTT se dispôs na altura do referendo. Os camaradas talvez não saibam, mas, nessa altura, houve no secretariado internacional uma discussão e, mesmo, um confronto bastante sério, por a política praticada, com o apoio da maioria do SI, ser: tudo passa pela direcção da UGTT. Numa reunião da direcção nacional da secção francesa, o relator e secretário da CCI concluíra o seu relatório com esta expressão de desviado objectivismo: *“Os tunisinos passaram, nós passaremos!”*

Absolutamente, foi uma revolução que correu com Ben Ali em Janeiro de 2011. Porém, mal este foi corrido, ficaram postos todos os problemas da revolução. Qualquer militante que tenha feito duas sessões de GER o compreende. Contudo, à força de se querer desembaraçar das suas responsabilidades, à força de querer justificar a renúncia a construir um partido, a maioria da direcção da CCI soçobrava no objectivismo mais total... *“os tunisinos passaram, nós passaremos”*. Acrescentando o responsável pela intervenção na Tunísia, mais coisa menos coisa: *“E passaremos tanto mais, quanto a direcção da UGTT é quase uma direcção revolucionária.”*

Quando houve as eleições para a Assembleia Constituinte de que o camarada falava, pôs-se esta questão ao secretariado internacional: não teria sido desejável, no ponto de vista da classe operária tunisina e da nação tunisina, que a UGTT apresentasse os seus próprios candidatos, por uma Constituinte soberana? Ela não o fez. Não era caso de denunciá-la, mas era caso de pôr o problema. E, nesse momento, nós tínhamos posto a questão de haver uma declaração dos camaradas tunisinos e de, nessa declaração, se pôr essa questão.

Alguns, no SI, justificaram que não se devesse fazê-lo por nada se dever fazer que pudesse beliscar a direcção da UGTT. Ora, camaradas, do ponto de vista de uma vanguarda, o nosso dever é expor à classe operária a natureza dos obstáculos com que ela se defronta.

A política da direcção da UGTT, que tinha a confiança das massas, que era a única representação das massas, punha obrigatoriamente a questão de saber que responsabilidade ela assumia por que houvesse uma verdadeira Constituinte soberana. Ninguém propunha entrar em polémica com ela. Nós propúnhamos unicamente que esta questão fosse articulada. Impossível, responderam-nos. Está nisto todo o problema de uma verdadeira política independente, na Tunísia... e fora dela.

Hoje, quando as massas procuram de novo a via do combate, é preciso prosseguir a discussão. Disse o camarada: as coisas estão recomeçando. Estão, mas não ao mesmo nível. 2016 não é 2011. Estão recomeçando no ponto de vista do surto das massas, mas o ambiente é de ofensiva de decomposição geral, o que complica a situação, nomeadamente com a ameaça de nova intervenção imperialista na Líbia e a ameaça contra a Argélia.

Temos, também, que prosseguir noutro aspecto que o camarada indicou: *“A UGTT é um sindicato. Não pode assumir a questão do poder.”*

É mais complicado, mereceria uma discussão que pudesse continuar. Pode haver circunstâncias em que, sendo a central sindical a única representação da classe operária, as circunstâncias impliquem que a questão do poder se ponha para a classe operária sob a forma de *“governo da central”*. É uma lição da revolução boliviana, quando, em 1953, passou à ordem do dia a palavra de ordem *“governo da COB”*, a Central Operária Boliviana. De forma diferente, em 1945, o PCI, secção francesa da IVª Internacional, teve a palavra de ordem de governo PS-PCF-CGT. O camarada Pierre Lambert foi, até, candidato às eleições legislativas com base num manifesto que reivindicava o governo PS-PCF-CGT. Portanto, não se pode excluir, depende das circunstâncias. A direcção da UGTT não se candidatará sem dúvida ao poder pelo seu próprio movimento. A vanguarda trotskista que combate por um partido revolucionário pode articular esta perspectiva, as massas podem, num momento dado, apoderar-se dela. O problema que se põe é sempre o da independência da nossa política. Não nos fechemos num juízo categórico de que a questão não se põe. Pode vir a pôr-se.

Ninguém discorda de se ter promovido o lugar da UGTT no momento da revolução tunisina. Foi o que se fez. Foi correcto ter entrevistado os dirigentes da UGTT para *Informations ouvrières* e ter procurado fazer com eles acordos de todo o género. O problema é desistir de construir uma força política independente, que se manifeste sobre estas questões e se manifeste publicamente. A consequência é que, quando a direcção da UGTT, depois de ter sido empurrada *“para a esquerda”* pelas massas, acabou por recuar, com que ficámos entre mãos? Nada. É uma discussão que temos de travar entre nós, com tranquilidade. Não só sobre a Tunísia. Tem um alcance muito mais geral; é a relação entre uma política de frente única e a construção de uma vanguarda.

Alguns elementos para concluir. Somos pela defesa incondicional das organizações da classe. Mas os camaradas devem saber que os trotskistas franceses se vêm confrontados, pela primeira vez desde há cinquenta anos, com uma ofensiva que visa eliminá-los de todas as suas responsabilidades sindicais, e que esta ofensiva é levada a cabo pelos dirigentes da CCI.

No número desta semana de *La Tribune des travailleurs*, lerão uma carta de um camarada e um excerto de um texto de Lambert contra a caudilhização dos sindicatos pelos aparelhos políticos. Faz concretamente referência à política dos estalinistas a seguir à Segunda Guerra Mundial. No entanto, também faz referência ao que hoje se passa nos sindicatos. Somos e mantemo-nos partidários do Programa de Transição, que tanto diz que defendemos os sindicatos

Conferência de urgência – Turim – Fevereiro de 2016

como que nos opomos à fetichização da organização sindical. Somos partidários dos comitês de greve, dos conselhos operários. Esse é, aliás, o único terreno em que se pode defender a independência das organizações.

Sobre a questão da transição na construção do partido, muitas questões se ventilaram. Foquem-se dois aspectos. O primeiro é que, sejam quais forem as circunstâncias, devemos articular uma política independente. Isto não quer dizer que a forma principal de expressão desta política independente seja um jornal trotskista. Pode parecer contraditório. Para mim, não é. Na brochura da TCI, reproduzimos um texto de Lambert de 1965 sobre *Informations ouvrières*, em que ele explica porquê, como e em que circunstâncias a expressão dos trotskistas tem lugar num boletim, *Informations ouvrières*, que é uma tribuna livre da luta de classes. Parece-me correcto.

Que um jornal se chame jornal da secção da IVª Internacional, em si, não garante nada. Por exemplo, *La Tribune des travailleurs* não é um órgão trotskista, mas cuida que exprima muito amplamente (a 90%) o que representa a orientação dos trotskistas na situação em França. Os 5 ou 10% em falta deverão exprimir-se numa folha semanal ou quinzenal da TCI, que vai ser preciso editar.

Inversamente, não basta um órgão de imprensa sub-titular-se “*órgão da secção da IVª Internacional*” para que a orientação por ele veiculada tenha uma linha claramente independente. Logo, parece-me que é preciso, sobretudo, trabalharmos em ver qual há-de ser o nosso veículo de expressão regular e como há-de ele integrar seja a expressão da IVª Internacional, seja a transição.

O segundo aspecto diz respeito ao Acordo Internacional dos Trabalhadores e dos Povos. Há uma coisa que é necessário compreender bem. Ouvi um camarada americano dizer: “*Por um instante, acreditei que aquela história de ‘romper com a rotina’ era sincera; afinal, era uma manipulação*”. Havemos com gente que anda há anos tentando sabotar o Acordo.

Claro, uma vez que se consiga sabotar um organismo e ele não faça mais nada, é fácil dizer: “*Perdeu o significado, desembaracemo-nos dele*”. Na fase que precedeu a fundação do Acordo Internacional, em 1991, e na que se lhe seguiu, fizemos dezenas de campanhas, de conferências internacionais, contra o trabalho nocturno das mulheres na indústria, contra o trabalho infantil, contra a dívida, delegação internacional ao FMI em Washington, campanhas contra a guerra, contra as privatizações, etc. Fizemos conferências internacionais em Caracas, Lima, São Francisco, um “tribunal África” em Los Angeles... Que fez o Acordo Internacional nos últimos cinco anos? Tomou uma decisão: apoiar uma campanha pelo levantamento do bloqueio a Gaza, sabotada, nomeadamente em França, no burô político da secção francesa, por gente que nos disse que não era adequada.

O que havia a fazer, em França, era uma modesta delegação junto do governo francês para exigir que ele parasse com o apoio ao bloqueio de Gaza. Era modesto. Esta campanha, ao fim de dois meses de existência, foi proibida no burô político da secção francesa, porque, disseram-nos, poderia melindrar

certa gente: “*Que sindicalistas associamos a esta delegação?*” Não podíamos associar nenhum. Causava tantos problemas! E, um dia, a campanha foi imobilizada.

Depois, venham dizer que o Acordo já não tem realidade... Evidentemente, uma organização que não faz nada acaba por morrer. Não obstante, o significado do Acordo (e a questão, aqui, é defender o Acordo já não como realidade, mas como concepção política) importa. Releiam os textos fundadores do Acordo; eles formulam a questão da Iª Internacional, da recomposição do movimento operário com um novo eixo, da independência de classe.

O verdadeiro nome do Acordo é “*Acordo Internacional dos Trabalhadores e dos Povos pela Internacional Operária*”. Ou seja, o nome formulava a questão do partido, não para lhe dar uma forma “acabada”, mas para formular a necessidade de uma Internacional Operária, logo a necessidade de um partido, logo do poder. Precisamente por isso era preciso destruir o Acordo.

O camarada da Grécia pôs a questão do balanço de Tarragona. Que balanço se tirou de Tarragona na secção francesa? Disseram-se duas coisas: que o que foi formidável em Tarragona foi haver responsáveis sindicais de alto nível; e que o que foi péssimo em Tarragona foi um secretário nacional do Partido Operário Independente ter falado em nome do partido e do Acordo. Foi, ao que parece, gravíssimo. Era preciso que ele tivesse falado sem dizer que falava em nome do POI. Para dizer a verdade, era preferível nem ter falado. Foi este o balanço feito oficialmente no burô político. O que tinha ele por trás? Que um partido operário não se deve exprimir enquanto tal.

Concordo inteiramente com o que os camaradas indianos disseram: a Conferência de Mumbai reveste-se de importância decisiva, porque é a forma concreta que assegura a continuidade do Acordo Internacional dos Trabalhadores e dos Povos e o permite assegurar publicamente, tendo nós, por isso, o dever de conseguir apoios e participações de centenas de militantes operários de todos os países.

Para concluir: que havemos de constituir? Submeteu-se à discussão uma proposta. Devemos constituir alguma coisa. Propõe-se constituir o Comité de Organização pela Reconstituição da IVª Internacional. Não como arma de luta “interna” em relação à CCI, mas como elemento de agrupamento para a reconstituição da IVª Internacional, e como arma de conquista em direcção às massas.

Seja qual for a forma de organização, ela há-de-se acompanhar de um veículo de comunicação. Propõe-se publicar uma revista internacional em três, quatro ou cinco línguas. Com uma parte teórica e uma parte política. Há camaradas que dividem o nosso ponto de vista em 25 países. A proposta é que, em cada número, haja correspondências desses 25 países. Varra-se a ideia pretensiosa de que uma revista deve começar por decorrer do pensamento genial de um centro internacional que não existe. Vamos ir no sentido inverso: todos os camaradas que se reconhecem no nosso combate político escreverão uma correspondência para cada número: sobre os processos da luta de classes no seu país, o

Conferência de urgência – Turim – Fevereiro de 2016

que se passou desde o número anterior, a nossa actividade; fá-lo-ão sob a sua própria responsabilidade. Depois abre-se a discussão, mas a revista publica.

O falso “comité de correspondência” constituído em condições de golpe de estado no conselho geral de Março passado deve dar lugar a um autêntico comité de correspondência do tipo do da Iª Internacional. Que os camaradas que dividem o mesmo ponto de vista em cada país se correspondam. Publica-se na revista, a seguir discute-se. A força desta revista será ser fabricada pelo conjunto dos camaradas.

Por fim, devemos materializar o dirigirmo-nos aos trabalhadores, militantes e jovens à nossa volta, discutindo o projecto de Manifesto que vos foi distribuído. Não é um Manifesto voltado para a crise interna da IVª Internacional, mas um Manifesto pelo qual a IVª Internacional, na sua continuidade e no seu programa, se dirige aos explorados e oprimidos do mundo inteiro.

DISCUSSÃO

Um camarada do Brasil

Quereria, antes de mais, dizer que estou plenamente de acordo com o relator sobre o problema do “nacional-trotskismo”, que atinge particularmente a secção brasileira. É aí que está, estou certo, uma das dificuldades da discussão na secção. Vai ser necessário colocar essa questão no centro. Quer dizer, responder à questão: como superar o “nacional-trotskismo”? Nesse sentido, a conferência de Mumbai é fundamental. Penso que devemos iniciar imediatamente a discussão sobre esta proposta e sobre a delegação brasileira com os militantes da corrente O Trabalho, e mais alargadamente no movimento operário.

O segundo ponto que queria tratar é o do nome do Comité de Organização. Eu tenho uma sugestão a fazer sobre este assunto. Vou explicar porquê. Proponho a seguinte emenda: que o nome do comité seja Comité de Organização para a Reconstituição da IVª internacional (reproclamada em 1993). Porque, camaradas, nós já ultrapassámos o estádio da reconstrução. Esta questão foi resolvida num dado período da nossa história. Não podemos voltar para trás nisso. Algumas coisas que se passam agora estão, deveras, ligadas a problemas que não foram ultrapassados com a reproclamação. Mas, naquilo que tinha de fundamental, a reproclamação permitiu fechar um período, o da reconstrução. É por isso que proponho esta emenda.

Um camarada da Grécia

Eu fiz três perguntas e as respostas dadas satisfizeram-me. Algumas palavras sobre a Grécia. Devem saber que na Grécia existem duas centrais sindicais, embora não por critérios políticos; uma, a GSEE, sindicaliza os trabalhadores do sector privado, a outra, a Adedy, os

trabalhadores dos serviços públicos. No verão passado, no referendo de 5 de Julho de 2015, que Tsipras foi obrigado a organizar, à questão se “é necessário submeter-nos à troika e a Juncker”, a GSEE, intervindo directamente, apelou a votar sim, apoiando-se na CES.

Do outro lado está a central Adedy dos serviços públicos. Em cada apelo à greve, ela tem sempre vincado a necessidade de reduzir a dívida e mesmo de suprimi-la, anular as privatizações; e sempre falou da necessidade de romper com a ditadura da troika. Ao todo, nos últimos seis anos, as duas centrais sindicais apelaram a 46 greves gerais de 24 ou 48 horas! Na Grécia, a política sugerida pela direcção da CCI levaria ou a seguir a GSEE e votar directamente “sim”, submetendo-se ao seu aparelho, ou submeter-se ao aparelho da Adedy, que, embora apelando, correctamente, à ruptura e à anulação da dívida, na prática se limita a propor a greve de 24 horas, que não leva a nenhuma alteração à situação.

O apelo aos trabalhadores e jovens do mundo inteiro proposto à conferência é de uma importância decisiva na Grécia, pois nós precisamos de um meio de expressão. O que não existiu nestes últimos anos.

Desde os três memorandos, não houve nem apelo nem campanha internacional. Lembro que a delegação operária à Grécia ocorreu depois da ruptura da nossa organização, em Novembro de 2015. Para terminar, quero indicar que estou de acordo com as três propostas feitas.

Um camarada de França

Na sua resposta, o camarada expôs o conceito geral da revista pública que colocamos à discussão. Quereria voltar a um certo número de considerandos e propostas relativos ao título da publicação e a outras questões que vamos ter de discutir entre nós antes de decidir.

Os primeiros considerandos são os seguintes: é preciso ter em conta que a crise que atravessa a IVª Internacional desvendou uma quebra considerável da formação teórica nas nossas fileiras. Essa quebra foi assumida e organizada. Aqueles que participavam na DN do CCI lembram-se da extraordinária declaração dum membro do BP do CCI numa reunião da CCI: “*Nunca li e nunca lerei as teses do 17º e 18º Congresso, nem, de resto, nenhum texto dos congressos, e aconselho a não os lerem, porque tudo aquilo é simplesmente intragável.*” A sua qualidade de membro do BP dava a esta afirmação o peso de um apelo à reunião de todas as mediocridades no grupo que hoje capturou a secção francesa.

A verdade é que as teses do 17º e 18º congresso da OCI contradizem toda a política posta em prática por este grupo revisionista e liquidacionista.

Nós saímos de um período durante o qual a saída de *La Verité* foi assegurada por um esforço considerável de uns poucos militantes, que ainda tiveram de confrontar-se em permanência com uma política de sabotagem. Sabotagem prática, sabotagem sob o ponto de vista em que artigos que muitas vezes estavam planeados não eram entregues ou não

Conferência de urgência - Turim - Fevereiro de 2016

o eram a tempo e horas, muitas vezes por aqueles mesmos que os tinham planeado. Quanto ao acompanhamento da tradução, da difusão, da forma como as secções estariam em condições de a editar ou não, tal acompanhamento não existia. Em resumo, a sabotagem desvirtuava completamente a revista, que mais não era do que uma colagem de artigos escritos por um punhado de redactores, quando devia ser um instrumento de construção e desenvolvimento. É desta situação que hoje devemos sair.

A decisão que devemos tomar de publicar um órgão de expressão pública da organização que vai sair desta conferência é hoje, pois, de extrema importância. É um dos pontos centrais da IVª internacional centralizada que pretendemos reconstituir.

Alguns elementos sobre o tipo de revista que queremos: em primeiro lugar, uma revista que tanto seja teórica como tribuna que permita a expressão de todos os grupos, de todos os militantes que se reconhecem no combate que travamos: 21 países, aqui representados ou que não o estão por razões independentes da sua vontade; e, sem dúvida, outros mais, nos quais militantes que se reconheçam neste combate devem poder exprimir-se nesta revista.

Uma revista bimestral (6 números por ano) e, em cada número, um artigo, uma análise, uma entrevista, uma reportagem... oriundos de cada um destes países. A publicação de uma tal revista coloca uma série de questões, entre elas:

- Será possível a secção americana tomar a seu cargo, prática e financeiramente, a tradução para inglês e o envio às secções interessadas?
- Como se resolve este problema para a edição em alemão?
- E para a edição espanhola? E para a edição em português?
- Em que outra língua, e através de quem, poderemos assegurar a tradução e difusão da revista? Em chinês, urdu, árabe, turco...

Tudo isso tendo em conta a realidade daquilo que somos hoje. Para começar, uma pergunta a todos: quantos exemplares cada participante encomendará do primeiro número, que dará conta dos trabalhos e das conclusões desta conferência? Em que línguas se poderá traduzir este primeiro número? A que preço podemos vendê-lo, considerando as condições económicas e sociais de cada país?

Todos estes pontos são de grande importância, porque, como toda a publicação nacional ou internacional, esta revista deve responder a uma regra imperativa: o seu equilíbrio financeiro.

É a regra de Lambert a propósito de *Informations Ouvrières*: "Quem nos quiser ler tem de pagar." É, pois, pela difusão que se assegura o equilíbrio financeiro. É por isso que estes três últimos pontos devem ser discutidos aqui e, tanto quanto possível, obter respostas dos camaradas ou, pelo menos, ter uma reflexão iniciada a seu respeito. Algumas palavras sobre a Grécia.

Um camarada de França

Sou militante sindical na CGT. Queria deixar uma reflexão e um testemunho, e fazer uma proposta. Não faço nenhuma ideia do que se deva fazer no México, no Brasil, na Alemanha... Mas, como militante sindical, eu sei que, em cada situação, as reivindicações particulares colocam a questão da independência, o problema do reagrupamento dos militantes com uma linha de independência, que imediatamente choca com a política dos aparelhos. A este propósito, queria-me referir ao que o relator ontem mencionou: a concentração que se realizou na quinta-feira, 4 de Fevereiro, em defesa dos militantes de Goodyear condenados a prisão. Queria contar-vos a experiência que tive na região onde milito.

A decisão judicial foi pronunciada a 12 de Janeiro. E tudo o que houve foi um único comunicado da confederação CGT de denúncia da condenação. Tínhamos uma reunião de secção na sexta-feira seguinte na sede local e estavam lá uma trintena de metalúrgicos, delegados sindicais metalúrgicos, todos estavam quer exasperados e indignados pela condenação, quer indignados e exasperados pela ausência de reacção da direcção da sua organização.

Como disse um delegado sindical, "não é com um comunicado do Martinez que faremos recuar o governo. O que era preciso é sermos dezenas de milhares a irmos a Paris". Reuniões como esta aconteceram com certeza em dezenas, em centenas de instâncias da CGT. A descrição daquela em que participei, mandei-a a *La Tribune des Travailleurs*, que a publicou. Acho essencial que o que se exprime na base possa ser centralizado e relatado publicamente num órgão que reflecta o sentimento, a cólera, a exigência de reivindicações dos sindicalistas.

Segundo aspecto: já que estamos preparando o 51º Congresso da CGT, queria-me referir à questão da CES. Como vocês sabem, um dos elementos da nossa discussão interna (nomeadamente na "carta ao camarada Alan" no boletim da TCI), é a não publicação por parte de *Informations ouvrières* da carta mandada pela CES aos dirigentes de União Europeia (UE) para obter um "compromisso razoável" sobre a Grécia.

Indica-se nos documentos preparatórios do 51º Congresso da CGT que o último congresso da CES, em Setembro de 2015, confirmou esta exigência, bem como a exigência de um sindicalismo de oposição às políticas "austeritárias"! Como se a CES se opusesse às políticas "austeritárias" da UE! Quando a CES saudou o plano Juncker! Quando a primeira medida do plano Juncker, no que diz respeito à França, é a destruição do Código do Trabalho! Estas questões também foram levantadas em *La Tribune des travailleurs*.

Penso que é importante continuar esta elaboração sobre a CES, da mesma forma que é necessário prosseguir uma elaboração colectiva sobre a Confederação Sindical Internacional (CSI), porque, também neste caso, no documento da CGT se afirma que a CSI terá "ganho em combatividade nestes últimos anos"...

Um camarada de França

Cheguei aqui confiante, mas não esperava que conseguíssemos chegar a conclusões tão precisas e tão construtivas como as que alcançámos, graças à clareza do eixo em que foi convocada esta conferência, mas também à riqueza da discussão. Ao mesmo tempo, penso que devemos ter consciência de que este sucesso — porque é um sucesso — nos coloca responsabilidades, logo tarefas, tendo um orador que me precedeu assinalado uma das mais centrais, considerável, direi mesmo, vertiginosa.

Portanto, é efectivamente necessário o meu incurável optimismo para chegar à conclusão de que lá chegaremos. Lá chegaremos se começarmos por levar a sério e tirar todas as conclusões das decisões precisas, limitadas, que ontem constaram da conclusão da resposta do relator.

Agora, brevemente, sobre a questão da revista: estou de acordo com o que disse um camarada sobre este assunto. Eu sei que se diz sempre que o que custa é começar. No que diz respeito a publicações, no entanto, o que mais custa é mantê-las e manter-lhes a regularidade. Os primeiros passos são efectivamente que o começo corra bem. Como foi dito, o primeiro número vai ser um relato dos trabalhos desta conferência.

Mas o relato desta conferência, não deve consistir apenas nas conclusões da mesma. Deve conter também largos extractos da discussão. Porque, para além do seu interesse político, esta reduz a nada o mito reaccionário e estúpido de que há secções importantes e outras que o são menos.

Um outro ponto, é uma fórmula que empregamos muitas vezes entre nós e que acho muito pertinente: o contrário de uma política errada não é necessariamente uma política correcta. O pano de fundo, os desenvolvimentos da crise na Internacional, é a adaptação aos aparelhos dirigentes nacionais, eles próprios adaptados à sua classe dominante. Porque uma das razões de ser da IVª internacional — está mesmo escrito no seu programa — é que os grandes dirigentes actuais do movimento operário estão todos, duma maneira ou de outra, ligados ao cadáver, ao semi-cadáver da burguesia.

Isso não significa que todos os elementos desses aparelhos sejam idênticos. Isso não significa que não haja uma diferença entre os aparelhos sindicais e políticos. O que não quer dizer que os aparelhos sindicais tenham uma política revolucionária, o que não significa que eles sejam garantes das organizações que controlam. Mas quer dizer que uma organização revolucionária pode explorar a contradição que existe entre certas necessidades dos dirigentes das organizações sindicais e a política que tende a ser-lhes imposta.

Considerando o caso da França, não foi por serem revolucionários que Mailly e Martinez se opuseram ao pacto de responsabilidade. Claro, tirando isso, não fizeram nada que permitisse derrotar esse plano, mas o facto de se terem oposto exprime uma contradição real. Indo mais longe: se considerarmos o caso da Índia, o que foi dito sobre o combate pelo salário mínimo opõe-se às necessidades da burguesia

indiana, às necessidades do imperialismo; e, se tomarmos o caso dos Estados Unidos, o eixo estratégico dos nossos camaradas, isso vê-se no seu jornal, continua a ser o combate por um Labor Party, por um partido operário, mas um partido operário assente nas organizações sindicais e, portanto, na ruptura da AFL-CIO com o Partido Democrata.

Claro que não são os dirigentes da AFL-CIO que farão essa ruptura, mas se não colocarmos a questão dessa ruptura, não poderemos mobilizar a mínima vanguarda e, insisto nisto, como a nossa política é a política da preparação da revolução proletária, ela é uma política que se dirige às bases. E compreende necessariamente um aspecto central: a política da frente única, que se aplica de forma diferente em cada país. Eu acrescentaria: contrariamente ao que disseram os ex-camaradas que organizaram, primeiro, a crise, depois, a cisão, onde estariam os camaradas do Paquistão se não tivessem estado à cabeça, juntamente com outros, da mobilização do conjunto das organizações sindicais contra as privatizações?

Uma última palavra, agora sobre a questão de aquilo que nós somos. Há um acordo político sobre o que somos; mas como chamar-nos? Claro, CORQI, isso diz qualquer coisa àqueles que estão na IVª Internacional há algum tempo. Já ouviram isso antes. Mas a proposta do relator é que o nome seja: *“Comité de Organização pela Reconstituição da IVª Internacional”*.

Um camarada insistia ontem no significado da reunião de 1972 onde se constituiu o Comité de Organização para a Reconstrução da IVª Internacional (CORQI). Mas isso foi em 1972, quando a cisão provocada pelos pablistas datava de 1950-1953, e o CORQI só foi constituído vinte anos mais tarde. Ao mesmo tempo: (eu acrescento isso à intenção dos camaradas que possam pensar: está feito, constituímos o nosso comité, há dois lados, tudo é claro é fácil) qual foi a primeira iniciativa do CORQI de 1972? Foi, a partir dos processos que se desenvolviam dentro do Socialist Workers Party, propor ao Secretariado Unificado pablista, em 1973, a reabertura da discussão, dizendo: *“O nosso próprio ponto de partida é que revisionismo e trotskismo são inconciliáveis, mas tudo se discute.”*

Deste ponto de vista, tomamos aqui decisões de organização que nos vinculam, que vinculam as organizações que se lhes associam. Estamos convencidos da possibilidade de reforçar consideravelmente a IVª Internacional no combate que iniciamos.

Um camarada dos Estados Unidos

Camaradas, queria falar de vários pontos. Primeiro, sobre a questão da revista, acho que deve ser dada grande importância a essa proposta. Ela corresponde a toda a discussão que tivemos. Não é mera questão de organização. É uma questão fundamental, uma decisão política, pode ser uma das mais importantes que iremos tomar, porque está ligada à necessidade de começar com um trabalho de elaboração em cada país. Não apenas relativamente à discussão interna, mas também à situação política e ao que propomos aos trabalhadores, às massas. Elaboração política que é absolutamente necessária, deve

Conferência de urgência - Turim - Fevereiro de 2016

continuar e de que devemos encontrar o reflexo na revista a partir dos comités de correspondência, em artigos mais profundos que versem questões políticas.

Faço uma proposta: amanhã haverá comissões continentais para ajudar a reflectir sobre todos estes pontos ao nível de cada continente. Eu proponho que estas comissões continentais se mantenham depois desta conferência. Que sejam um local de discussão e elaboração, de intercâmbios que nos façam avançar em todos os aspectos. Quanto à questão dos Estados Unidos: no secretariado pan-americano constituído dentro do SI, não era possível ter uma discussão a sério sobre os Estados Unidos.

Quando havia alguma, era um ajuste de contas que nada tinha nada que ver com discussão política honesta, era dirigida contra este ou contra aquele. Era de uma violência incrível, quando as nossas perguntas eram simples. Já fazia parte dos problemas, que eu próprio não reconheci logo, tinha dificuldade em avaliar; porém, não conseguíamos funcionar, não se conseguia ter uma discussão sã sobre os problemas, pois não era uma verdadeira comissão continental; bem sei eu como o camarada Lambert sempre insistia na questão das comissões continentais. Não seremos a IVª Internacional, é claro, somos apenas uma componente dela. Porém, se queremos ser capazes de agir e ter elaboração política, será necessária a ajuda de uma discussão regular ao nível continental.

É preciso que toda a gente responda às perguntas feitas acerca da publicação de uma revista internacional. Entre os camaradas dos Estados Unidos, iremos discutir. Penso que poderemos assumir a publicação, a paginação e a tradução regular da revista em inglês em formato PDF. Enviar a revista impressa, temos a experiência do passado, sai muito caro. Mas enviá-la a todas as secções que precisem da versão inglesa pode-se fazer facilmente em PDF. Os camaradas podem imprimir localmente. Se isso lhes custar, podemos enviar excepcionalmente pelo correio.

Mas, em geral, penso que podemos assumi-lo, tal como fizemos para a *La Verité*. Não sei qual vai ser o nome da revista. Acho que podia ser *Correspondência Internacional*. Corresponde ao que procuramos fazer e ao tipo de artigos que queremos ter nessa revista teórica. Quero passar agora a uma questão ligada à reproclamação, que é importante: ouvimos dizer aqui quantos aspectos da reproclamação não foram postos em prática como era necessário, por causa da sabotagem e de todos os problemas que se foram revelando até ao último período. Pela minha parte, disse-o ontem, acho que vai ser necessário fazer um balanço para poder superar todos estes problemas.

Para já, no entanto, há um problema, em particular, que está por resolver: o trabalho na juventude. Pela minha parte, acho que uma intervenção a sério na luta de classes exige uma orientação para a juventude. Não dá para ser como às vezes se diz: está bem, vamos experimentar. Exige discussão séria. Fiquei contente de, numa resolução adoptada pela conferência de fundação da TCI, ler o primeiro balanço, na minha opinião, sério das razões de não termos feito um trabalho na juventude. Procura-se chegar às raízes políticas. Não é como no passado recente, quando costumávamos

ouvir: "Não temos condições para isso", "temos dificuldades". Não. Havia era uma orientação para privilegiar os aparelhos sindicais. A certo altura, um camarada colocou a questão da adaptação a um sector da aristocracia operária. Porém, não houve seguimento. Disseram-nos que não era o quadro adequado para o fazer.

Estamos hoje, aqui, no quadro certo para colocar essa questão e para que ela seja uma questão que apareça regularmente nos nossos jornais, nas nossas preocupações, no trabalho que fazemos. Temos de compreender que estamos envelhecendo. Assegurar a continuidade é assegurar a presença da juventude, organizar a juventude. Por isso acho que é necessário acrescentar às nossas tarefas o convite a uma ampla participação no campo de jovens organizado pela TCI para o próximo verão. É necessário fazer dele um campo internacional. Fazer uma elaboração séria do trabalho de construção, de recrutamento na juventude. É preciso que isso seja também uma das componentes das discussões das comissões continentais.

Há evidentemente, na secção americana, fraquezas de elaboração e de forças como em todas as secções. Acho que as superaremos. Há uma questão respeitante ao Acordo Internacional que eu gostaria de discutir. Houve discussão para saber se se deveria ou não incluir na denominação do Acordo "por uma Internacional Operária". Se ele se ficar por uma adição de campanhas sem eixo de construção de partidos independentes, esvazia-se o Acordo Internacional de conteúdo. Concordo com o Acordo, mas no quadro de uma política de construção da Internacional Operária.

É preciso termos esta discussão e fazermos este balanço porque, senão, não será aquilo que nós queríamos que o Acordo fosse. Tornou-se, em muitos casos, desculpem-me a expressão, numa actividade rotineira, desligada de campanhas, desligada da discussão de como prosseguir a construção. É verdade que muitos camaradas se aproximaram de nós nas campanhas, sem que nós continuássemos a discussão com eles para os ganhar para a IVª Internacional. É um problema real, que, para mim, está ligado à sigla, à concepção do que o Acordo veio a ser.

Assim, se decidirmos manter o conteúdo da reproclamação e do Acordo, acho que devemos voltar aos elementos deste balanço. Voltar a entrar em eixos que, na minha opinião, inicialmente eram correctos. Voltar ao entendimento que dele tinha o camarada Lambert, mas que não foi praticado nos anos anteriores. Esta discussão é importante.

Um camarada de França

Então, e a tradução da revista em chinês? A China sempre é um país de 400 milhões de proletários. A China e a Ásia é, *grosso modo*, metade da humanidade, se considerarmos a Índia, o Paquistão, o Japão, a China, a Coreia. Por isso é uma zona relativamente importante. Agora é preciso ir mais longe e discutir as questões teóricas que hoje se colocam. A situação na China, que está à beira do precipício, o lugar da China hoje na economia, o lugar do proletariado chinês, com as suas greves, os seus delegados eleitos, etc., tudo isso ainda não foi discutido a fundo.

Conferência de urgência – Turim – Fevereiro de 2016

Evidentemente que se hoje se tomar a decisão de publicar correspondências dos camaradas em chinês, temos a certeza de que aqueles com quem temos relações muito variadas, antigos militantes, militantes que se reclamam do trotskismo, universitários, sectores do aparelho do PCC, os que formaram todos esses delegados operários de que vocês ouviram falar, uma grande diversidade enfim, é garantido que todos esses militantes estarão interessados nessa discussão.

É absolutamente necessário pôr isso na ordem do dia de todos os camaradas da Internacional em todos os países. Não são coisas, digamos, anódinas. Quando um camarada envia o apelo de Mumbai a correspondentes que temos na China, estes dizem logo: “*Vou transmitir aos camaradas que conheço*”. Pedimos-lhe que o traduzisse e tenho a certeza de que ele o vai traduzir. É muito importante, pois guerra, exploração e precariedade, são bem “chinesas”. A China está cercada pelo imperialismo. Todas as conquistas são devastadas pela burocracia chinesa e isso leva à sobreexploração e à precarização dos operários.

Creio que se se adoptar este intercâmbio, esta proposta e esta decisão de criar correspondentes, um comité de correspondência e uma publicação, o chinês deve estar incluído. Já discuti com camaradas, para ver como se poderá fazer.

Queria, finalmente, assinalar que somos os únicos, à escala internacional, a iniciar uma campanha pela libertação dos militantes operários, dos quatro militantes operários acusados de distúrbio da ordem pública. Campanha que teve um certo sucesso em França. Lançou-se um novo apelo, que vai encontrar eco, espero, à escala internacional.

Um camarada dos Estados Unidos

Primero sobre a questão da revista, estou de acordo: é uma questão central e creio que devemos trabalhar concretamente em que tipo de revista queremos fazer sair. Por exemplo, nos Estados Unidos, discutimos bastante esta questão e — estou certo que é também o caso de outros países — desejamos que a nossa organização tenha expressão pública ao nível internacional e também com uma página internet.

Isto pode parecer secundário, uma questão sem importância, mas, pelo menos pela nossa experiência, há um muito grande número de militantes, jovens, trabalhadores, com quem não temos contacto directo, que procuram informações na internet. E isso não é contraditório com a venda da revista àqueles com quem temos contacto imediato. Mas, nos Estados Unidos, por exemplo, nós existimos em quatro ou cinco cidades de um país vasto, onde a internet é o modo mais fácil para entrar em contacto. Nós recrutámos bons camaradas que ouviram falar da nossa política graças à página internet, e, francamente, acho bastante estranho nós não termos página da Quarta Internacional na web.

Se alguém for capaz de apresentar agora uma argumentação política contra a utilização da internet, eu bem gostaria de a ouvir, porque nós nunca fizemos nada nesse domínio. Porém, penso que na página, a revista não deva reduzir-se à

informação do que existe e de como fazer a assinatura da versão impressa, porque isso ninguém utilizará, não é sério. Logo, o que eu proponho é que grande número de artigos, senão todos, sejam publicados na página internet e que incluamos também declarações das secções, de modo que seja uma coisa viva, que as pessoas consultem e leiam mesmo a sério e que nós estejamos presentes. Eu creio que a experiência demonstrará que é útil para a construção. Acrescentarei que, visto que, para numerosas secções da Internacional, a discussão é totalmente interdita, será uma das formas mais eficazes de fazer chegar os nossos documentos aos camaradas, no Brasil e no México, onde a direcção recusou sistematicamente difundir os nossos documentos. Assim, eles poderão ler o que nós temos para dizer, mesmo que tenhamos contacto directo com eles, e isso tem a sua importância.

Sobre a questão do nome da revista, estou contra a proposta de lhe chamar “*Correspondência Internacional*”. Para mim isso tem um tom muito interno. “*Correspondência Internacional*” não significa grande coisa para um militante operário normal, não diz grande coisa. Poderia ser algo do género “*Revolução Proletária*”, qualquer coisa que tenha um conteúdo, que diga claramente o que é a revista, que não é um boletim de discussão interna, que não se trata simplesmente de correspondência, que se trata da nossa perspectiva para a revolução proletária, para o marxismo. Eu creio que assim será uma revista mais apelativa e mais útil.

O segundo ponto diz respeito ao trabalho jovem. Não repetirei os argumentos precedentes sobre a importância deste trabalho. Mas queria dizer que há uma tradição — desde que pertencemos à IVª Internacional — de a adopção das resoluções no papel ser seguida de poucas ou nenhuma concretizações e eu gostava que hoje não repetíssemos o mesmo erro. Assim, acho que a proposta de ter uma discussão com todas as secções, e não apenas com aquelas que já têm trabalho entre os jovens, para, se concordarmos, elas enviarem delegados ao campo de jovens em França, é uma proposta importante. Na Bélgica e em Itália, temos jovens conosco.

Devemos discutir para saber qual é o problema político com que estamos confrontados no nosso trabalho em direcção à juventude. É uma discussão política que devemos ter com todas as secções. E se há desacordo, devemos ter uma discussão política sobre as razões pelas quais não há trabalho jovem em certos países. Parece-me que é uma discussão política que não podemos continuar a adiar. E, de novo, quero dizer que, muito concretamente, um grande número de jovens camaradas na Internacional, incluindo em secções que estão aqui representadas, são muito sensíveis a esta questão. Se pudermos efectuar uma verdadeira viragem no sentido de combinar trabalho sindical e trabalho jovem, isso melhorará as nossas possibilidades de ganhar camaradas no México e no Brasil, para os quais essa é uma questão primordial.

O último ponto diz respeito ao nome da organização internacional. Creio que estou em minoria sobre este ponto, por isso vou insistir, em resposta ao camarada relator. Ele deu o exemplo de França, onde é possível explicar o nome no contexto da cisão. Mas, sejamos claros, em França, o nome é Tendência Comunista Internacionalista. É um belo nome,

Conferência de urgência – Turim – Fevereiro de 2016

muito simples, não muito longo, não muito complicado. É por isso que sou contra essa proposta, não quero muitas palavras no nome. Pode ser que só seja assim nos Estados Unidos, mas lá, todas as seitas esquisitas – não é o nosso caso – quanto mais esquisitas, maior o nome. É esta a minha posição. Quanto maior o nome, mais se parece com uma dessas seitas.

Não é uma questão secundária. Preferia qualquer coisa curta, que depois se pudesse explicar. Penso que a melhor proposta seria “Tendência Quarta Internacional – para a reconstituição da Quarta Internacional”. Sei que a minha posição é minoritária, mas francamente creio que seria mais eficaz.

Um camarada da Alemanha

Eu queria-me referir a alguns elementos da resposta do relator. Na secção alemã ISA, estamos numa situação em que devemos observar muito exactamente o equilíbrio de forças. Este manifesta-se nomeadamente no facto seguinte: estamos hoje aqui quatro camaradas presentes. E os que o camarada relator caracterizou como “defensores fanáticos da direcção do CCI” contavam também, na Alemanha, com quatro delegados à conferência nacional. Entre estes dois lados, há um largo leque de camaradas — e é importante o relator ter dito que não deitamos fora o bebé com a água do banho – que não estão ainda decididos, que têm ainda de reflectir, e a propósito disso quero-me referir à publicação de que estamos falando, o órgão do Comité de Organização. Parece-me que vai ser determinante ganhar estes indecisos, e isso vai depender decisivamente do carácter que essa publicação tomar na sua forma prática.

Volto a referir-me a esse Boletim Internacional de 1972 que mostrei. Os métodos que aí foram usados, em alguns dos números, podemos deduzi-los claramente de um exemplo. Há um projecto de resolução de Mandel na página da esquerda da brochura e, na da direita, há as observações, os complementos a essa resolução do camarada Lambert. Para o conjunto dos camaradas a nível internacional, era fácil compreender quem tinha que posição sobre esta ou aquela questão. Se nós trabalharmos assim, damos uma resposta aos camaradas que não têm informações.

Vou dar um exemplo. O comité central da ISA decidiu a 21 de Novembro que o texto da tendência “Limite transposto” seria posto à disposição de todos os camaradas da ISA, traduzido para alemão. Embora não tenha sido adoptada por unanimidade, a decisão foi-o, mesmo assim, por maioria. Foi imediatamente seguida por uma intervenção do camarada representante da ISA no SI, que falou de um único ponto, colocando a questão de saber se a medida que fora executada no Brasil com o acordo do dirigente sindical membro da direcção de O Trabalho era exactamente similar à Hartz IV na Alemanha.

A nossa análise da Hartz IV reconhece que não é a mesma coisa. Mas o problema não é esse. Sob pretexto de que havia um erro no texto, impediu-se que o texto fosse publicado na íntegra, argumentando que representaria uma falsificação, que conteria uma interpretação enganadora e que, portanto, não podia ser aceite no quadro da livre discussão e do

centralismo democrático. O texto “Limite transposto” é relativamente longo, nove páginas, creio, pouco importa o número exacto. Foi publicado, em versão reduzida a uma única página, no boletim interior da ISA. Com mais duas páginas de comentários e explicações de um camarada que achava que o resto da secção era incapaz de compreender o texto. Nós respondemos então à necessidade profunda da secção alemã, enviando o texto integral a todos os membros, de modo a poderem discuti-lo.

Na região da Renânia-Vestefália, de onde venho, há um evento importante, que termina quarta-feira: o carnaval. Quarta-feira é também o fim do dito 9º Congresso Mundial. Este congresso, camaradas, para os camaradas que, na Alemanha, hesitam entre os dois grupos de quatro, tem uma importância fundamental. Tudo se vai concentrar na questão de saber se a secção vai intervir pela realização da conferência de Mumbai em Novembro deste ano, sim ou não? E é precisamente neste quadro que a secção se vai recompor, reerguer, tenho a certeza, e, nas próximas semanas, haverá um novo equilíbrio de forças.

Uma ultima palavra: eu sou, já o disse ontem, pela constituição do Comité de Organização. Concordo evidentemente com a criação de uma revista; não quero participar na discussão do nome. Mas creio que, para todos nós, se abre uma grande oportunidade com a terceira proposta, o apelo com que nos dirigimos às massas. Terá importância particular para a Alemanha, porque há nove meses que não temos expressão pública da IVª internacional na Alemanha. E isso quer dizer que vamos ocupar um lugar que está vago.

Uma camarada da Alemanha

Vocês já avançaram bastante na discussão. Queria acrescentar uma coisa e explicar o caminho que me trouxe aqui, porque isso talvez traga um elemento novo à discussão. Não me foi muito fácil cá vir, porque sei que, quando nos voltarmos encontrar, na minha cidade, para a semana — somos só três trotskistas —, provavelmente iremos começar por nos sentirmos um bocado embaraçados na nossa relação.

Com o passar do tempo, fui compreendendo que estávamos em presença de uma operação incrivelmente agressiva da parte da CCI, que penetrava até na esfera privada, colocando os militantes uns contra os outros e os separava, quando não podemos dispensar ninguém. Por isso estou tão contente que haja esta tendência, porque, para mim, estes factos que ocorreram em França despertam lembranças muito, muito desagradáveis.

Lembranças de antes de 1989 na RDA. Lá, havia campanhas de difamação parecidas até na escolha de palavras, na demolição de seres humanos, sempre para impedir que qualquer pessoa pudesse exprimir livremente a sua opinião.

Nessa altura, reflecti muito sobre como devesse ser uma organização que pudesse garantir que uma base teórica muito boa não terminasse numa ditadura. Para mim, a questão da democracia, da liberdade de expressão, é, assim,

Conferência de urgência – Turim – Fevereiro de 2016

uma das questões fundamentais, necessariamente parte integrante de uma organização democrática digna desse nome. Era, pois, para mim, um ponto muito importante. Mas penso que o que se passa aqui vai mais longe. Tenho que voltar a 1989. Em 1989, conseguimos que a questão política, quer dizer, a unidade da Alemanha, fosse resolvida.

Só que, depois da questão política, ficou a questão social. Foi, desde o princípio, um problema muito grave não haver nenhuma organização independente. Na altura, tentámos fazer do SPD essa organização independente, e muitos entraram, muitos foram para lá. Porém, rapidamente se verificou que o SPD não seria essa organização. Pelo contrário, ele recusou-se abertamente, através de Lafontaine, a dirigir as massas nas questões políticas e sociais. Lafontaine dissera então que a unidade da Alemanha estava chegando depressa demais. Por causa disso, foram os partidos burgueses que ganharam.

No entanto, em 1991, houve de novo grandes manifestações de massa, pois, no decurso de uma incrível vaga de expropriações realizadas pela Treuhand em nome do governo federal, as pessoas viram-se despojadas dos seus meios de subsistência. Nesse momento, as massas viraram-se para os sindicatos, mas também eles recusaram assumir o seu papel de direcção. Assim, ficámos com uma revolução de 1989 inacabada. Faltou-nos a organização independente.

Muito contente estou, pois, por nós continuarmos por este caminho, e penso que a agressividade da CCI deve ser enquadrada na fase em que estamos, em que a população, as pessoas procuram essa organização, pois os seus meios de subsistência são ameaçados pela guerra e pelas privatizações. Parece-me, e nisso junto-me ao camarada americano, que devemos absolutamente aproximar-nos da juventude, pois o caminho vai ser longo e começamos todos a envelhecer. Eu sei, porque o vi, que na Alemanha, nas residências de estudantes e aprendizes, há muita discussão, precisamente sobre o futuro, pois a juventude já quase não tem futuro.

Por isso devíamos utilizar também os meios de comunicação da juventude, a internet — nisso estou de acordo —, organizar fóruns de discussão, promover a comunicação, dentro da própria geração e conosco. Além disso, proponho, mas não sei se haverá acordo sobre esta questão, escolher o nome curto *The Organizer International* para a nossa página internet, com o sub-título 'Pela construção de uma organização internacional dos trabalhadores'. Agradeço-vos a atenção.

Um camarada da Bélgica

Camaradas, queria intervir sobre dois pontos, que não são necessariamente separados: primeiro, relativamente ao CORQI. Não assisti pessoalmente à discussão sobre a palavra, mas o que me parece essencial não é tanto a denominação, mas sim o conteúdo, que é o que o transformará em instrumento. Eu não farei cavalo de batalha de “reconstrução”, “refundação”... importante é o que lá metermos dentro. Parece-me essencial meter lá dentro dois aspectos: o armamento teórico, fundamental, dados os acontecimentos que temos vivido e ainda vamos viver, sem

nos limitarmos, sobretudo, à vida das secções. Porque há acontecimentos parecidos que se dão em qualquer país. E, para evitar cair em armadilhas e prevenir outras ofensivas — estamos de acordo que esta ofensiva não terminou —, nada melhor que a preparação teórica para saber como agir. No entanto, também não se pode limitar à preparação teórica e, possivelmente, a outros camaradas a quem nos dirigimos, fora da IVª Internacional: jovens, trabalhadores, sindicalistas. Penso que há um aspecto que é fundamental e está presente em diversas intervenções: para todos os camaradas das secções de Espanha, por exemplo, do Brasil, de Guadalupe e de todas as outras secções onde a informação está totalmente bloqueada, totalmente sabotada e a discussão totalmente interrompida, totalmente sonogada, é fundamental, no quadro do boletim que vamos criar, que haja munições específicas destinadas a esses camaradas.

Vou-me explicar melhor: é importante, tal como se fez nos documentos preparatórios desta conferência, meter elementos teóricos, como a atitude da FED, da CES. Todos estes elementos são importantes; contudo, parece-me que, se quisermos discutir de forma concreta com todos os membros das secções cujo responsável bloqueia a discussão, é necessário que eles compreendam, teoricamente, politicamente, o que lhes está a acontecer. Não nos podemos limitar a dizer: “a cisão foi organizada por eles, nós não a queremos, queremos discutir”. Devemos conseguir dar-lhes elementos para eles próprios terem consciência de que estão seguindo uma orientação política que não os pode levar a lado nenhum. Estes elementos devem aparecer na publicação.

Quería-me referir, pois é uma questão que me coloco a mim próprio, à proposta do camarada que referiu a ideia de colocar nesta publicação documentos polémicos, segundo o exemplo dos documentos de 1950-1953 entre Lambert e Mandel. A dificuldade que se encontra, querendo colocar documentos em oposição, é que os únicos documentos políticos disponíveis são os vindos da TCI. Não há absolutamente nenhum documento político que permita polemizar com eles vindo da CCI. Para mim, só os documentos preparatórios desta conferência, que iremos publicar no boletim, podem responder a este problema.

Nos documentos preparatórios da conferência, propõe-se fazer uma delegação ao pretense congresso mundial. A mim, isso parece-me importante, sem qualquer ilusão. Não acredito que se a delegação for organizada e realizada na prática, o 87 nos vá servir café; admirar-me-ia muito. Mas é importante, pelo princípio de sair desta conferência com uma delegação que se comprometa a discutir com todos os delegados presentes no pretense congresso, é importante e um elemento suplementar para mostrar onde está a verdadeira discussão e onde estão os elementos políticos que abrem uma saída e, sobretudo, onde essa discussão não está.

Um camarada do México

Francamente, tudo aquilo que ouvi no relatório e na discussão de ontem e hoje, gostava de tê-lo sabido sete meses atrás, ter tido a informação geral do que foi discutido, tanto em França como ao nível internacional. Teria também gostado que tivesse estado aqui presente um dos

Conferência de urgência – Turim – Fevereiro de 2016

camaradas mais aguerridos da secção mexicana, um jovem, que infelizmente deixou a secção antes deste conflito, antes do mês de Junho. Agora também compreendo, vendo este conflito ao nível internacional, por que razão o camarada abandonou a secção, que é um quadro onde não há discussão aberta sobre os diferentes pontos de vista. É, aliás, por essas discussões não existirem no México que eu estou aqui.

Ora bem, agora compreendo que o que é absolutamente necessário e é o objecto desta conferência, é responder à questão, que fazer? Para isso, vou ter que me referir outra vez à situação na secção mexicana. Nós temos tido um problema relacionado com a transição. Por um lado, confusão quanto à adaptação aos sindicatos e, por outro, a autoprocamação como Partido dos Trabalhadores.

É fácil adaptar-se e é fácil autoprocamação-se, não requer nenhuma energia militante. E a nossa energia militante deve dirigir-se para um ponto: a necessidade de construir um verdadeiro partido dos trabalhadores, cuja composição seja a classe operária; não nos limitarmos a simples denúncias, mas propor na rua, nas mobilizações, saídas concretas para enfrentar os golpes do imperialismo.

E compreendo melhor a intervenção do camarada americano a propósito da importância do trabalho na juventude. De facto, na minha secção a comissão jovens foi conscientemente destruída. Porquê? Porque a nova geração de trabalhadores jovens não tem sindicato, não tem subsídios, nem sequer tem direito a um salário mínimo. Nem há contratos colectivos nas multinacionais que cada vez mais invadem o México.

Isso está igualmente relacionado com as reformas estruturais que são impostas no México, a reforma da educação, a reforma do direito do trabalho, a reforma da energia. A soberania do país está sendo destruída, e nós — nós estamos paralisados.

Discutiu-se para se saber se devíamos ou não incluir “*pela Internacional Operária*” na denominação do Acordo. Esvaziase o Acordo de conteúdo se ele se tornar numa soma de campanhas sem o eixo de construir partidos independentes. Concordo com o Acordo, mas no quadro de uma política de construir uma Internacional operária. É preciso discutir isto e fazer o balanço senão o que fica não é o que queríamos fazer com o Acordo. Tornou-se, desculpem-me, em muitos casos, uma actividade rotineira, desligada de uma campanha, desligada da discussão de como continuar a construção. É verdade que muitos camaradas se aproximaram de nós nas campanhas, mas nós não continuámos a discussão com eles para os ganhar à IV Internacional, é um problema real que, para mim, está ligado à sigla, à concepção em que o Acordo se tornou.

Portanto, se decidirmos manter o conteúdo da reproclamação e do Acordo, penso que é necessário fazer o balanço. Voltemos a metê-lo nos eixos que, na minha opinião, ao princípio eram correctos. Recuperar a ideia que o camarada Lambert tinha, mas que nos últimos anos não tem sido levada à prática. Esta discussão é importante. Devemos dar uma resposta a esta crise.

Os problemas do México não são casos isolados, não é um problema nacional, mas sim um problema geral na Internacional; agora compreendo-o mais claramente.

Então camaradas, penso que é importante levar a sério este ponto da construção na juventude e não a separar da classe trabalhadora, pois nós, jovens, somos trabalhadores e precisamos de uma saída.

Um camarada de França

Quereria abordar três questões que estiveram presentes em diversas intervenções. O nome da revista discute-se, não tenho uma opinião acabada. Em contrapartida, quanto ao nome da organização internacional que é necessário constituir, aí penso que somos obrigados a ser exactos, porque nessa denominação concentra-se a orientação por onde queremos seguir.

Creio que todos constatámos desde o início desta conferência que a IVª Internacional está a ser atravessada por uma crise extremamente importante que atinge todas as secções, mas antes de mais a Internacional. Por isso me parece que a questão da reconstituição da IVª Internacional é um objectivo que deve estar inscrito no nome do organismo internacional que queremos constituir.

Isso significa que procuramos abrir a discussão com centenas de camaradas relativamente aos quais, de momento, ninguém pode achar que estão perdidos para a causa.

Camaradas, há países — um camarada ainda agora mo contou — onde há oito meses se anda a dizer aos militantes: “*Ah, há um pequeno grupo de franceses que deixaram a secção francesa*”. Ponto final... sem querer necessariamente siglas sem fim, concordo com a precisão de integrar a referência à reproclamação de 1993. Quando se diz “*reconstituição da IVª Internacional*”, é a IVª Internacional fundada em 1938 e reproclamada em 1993. Nisso, é necessário sermos exactos.

Em segundo lugar, estou inteiramente de acordo com o que dizem os camaradas sobre a importância do trabalho jovem. Um camarada ainda agora o disse: estivemos bloqueados durante anos. O camarada mexicano disse que a comissão jovem da OST foi dissolvida. Passa-se a mesma coisa na CCI há vários anos, e não é um problema técnico. Quando se anula uma campanha contra o bloqueio a Gaza, ou se apresenta a última “jornada de acção” dos aparelhos das confederações sindicais como o supra-sumo do combate revolucionário... inevitavelmente, não podemos estar ao mesmo tempo sintonizados com as aspirações revolucionárias da juventude!

Estou completamente de acordo quanto ao campo de jovens da TCI, se os camaradas de outros países puderem participar, em particular os europeus, será bom. É preciso desenvolver sob todas as formas o trabalho na juventude. Em França, desde que “*La Tribune des Travailleurs*” existe, os nossos camaradas fazem acções de difusão semanais em quinze a vinte universidades. Todas as semanas, camaradas estudantes ou camaradas mais velhos — e, francamente, não

Conferência de urgência – Turim – Fevereiro de 2016

ouvimos contar que camaradas mais velhos tivessem sido corridos das universidades por quererem discutir política — vendem o jornal a estudantes. E por isso ser feito regularmente, começamos a ter resultados.

Por exemplo, os camaradas de uma grande cidade informaram-nos que, esta semana, organizámos uma conferência sobre Outubro de 1917 com o camarada Jean-Jacques Marie na universidade, e estavam presentes vinte e cinco estudantes. É preciso refletir no que isso significa. Entre os estudantes estava um que era russo e veio falar com Jean-Jacques Marie no fim da conferência, dizendo-lhe “Obrigado pelo que disse, ouvi aqui coisas que não se ousa dizer no meu país”. Isto tem que ver com o problema que o camarada levantou sobre a tradução em chinês. Vale para outras línguas.

Uma camarada disse-me que seria possível fazer sair a revista em húngaro. Isso é muito importante e coloca a questão da saída da revista em russo, na véspera do centésimo aniversário da revolução russa. Esta reflexão dum estudante russo mostra que podemos procurar recrutar para a IVª Internacional a partir da publicação da revista. Se o objectivo dos correspondentes em vinte e cinco países em cada número é muito ambicioso, a discussão realizada nesta conferência já desvendou bastantes questões políticas a versar na revista.

O camarada grego, com certeza por grande modéstia, esqueceu-se de dizer algo muito importante: após uma ligeira interrupção de alguns meses relacionada com a crise da IVª Internacional, recomeçámos a publicar o nosso pequeno boletim grego, que se chama *Ergatika Nea* (Notícias Operárias). Acabam de sair dois números, inteiramente escritos na Grécia, fruto de um intercâmbio entre camaradas, com o tema: “Como bloquear a contra-reforma das pensões?”.

No último número, os camaradas levantam um problema: houve mais um apelo das organizações sindicais a uma greve de 24 horas (o quadragésimo terceiro deste tipo desde 2010!), que os trabalhadores, em parte agarraram, ao passo que os representantes dos aparelhos sindicais estão todos metidos nos “grupos de trabalho” secretos do governo Tsipras para levar à prática as medidas do memorando. Isto não é, aliás, uma questão grega, em França enfrentamos a mesma situação.

A revista internacional concentra numerosas tarefas que nós decidimos realizar nesta conferência. Deve estar muito aberta às centenas e milhares de militantes, trabalhadores e jovens a quem nos queremos dirigir. Mas também deve servir para continuar a discussão com os militantes e grupos da IVª Internacional que, de momento, não estão representados nesta conferência.

Pois muitos camaradas franceses falaram daquilo em que se tornou “*Informations ouvrières*”, infelizmente reduzido a receptáculo de cartas insultuosas. Mas também podíamos falar daquilo em que se tornou “*La Verité*” (pena, pois era um belíssimo nome). Os dois últimos números são textos insultuosos e de condenações por heresia. E fora isso, como é necessário encher as páginas, estão lá também extractos de textos de Lenine e de Trotsky sobre este ou aquele assunto: o que se costuma chamar “encher chouriços”.

Ao ouvir a camarada alemã fazendo referência ao período anterior à queda do muro de Berlim, isso fez-me pensar que “Informações”, em russo, se diz “Izvestia” e “Verdade”, “Pravda”. Aquilo em que “*Informations ouvrières*” (Informações Operárias) e “*La Verité*” (A Verdade) se tornaram lembrou-me uma piada soviética da época da URSS, que dizia: “na Verdade não há informações, mas nas Informações não há verdade”.

Conclusão do relator

Isto é uma conclusão provisória. O que o camarada que me precedeu acaba de dizer elimina muitos títulos possíveis para a revista. Proponho que se tome nota das propostas que vão ser feitas, para uma acta de conclusões.

Quanto à discussão, vejamos por ordem as questões evocadas. Muitos camaradas entrevistaram sobre a questão de Mumbai. Concordo com o que disse um camarada brasileiro, para quem é uma questão central, um eixo de intervenção imediato tanto em direcção a militantes de *O Trabalho* como a sectores do movimento operário brasileiro.

Um camarada disse o mesmo da Alemanha. Disse que ia ser um elemento particularmente importante para influir na evolução da relação de forças dentro da secção alemã. É bem provável. Por isso, nas comissões continentais, vamos olhar em pormenor para o que convenha fazer a respeito de Mumbai. No entanto, queria acrescentar mais uma proposta.

Mumbai é um factor de agrupamento, em cada país e em cada continente, dirigido a camaradas das organizações com quem, de momento, o diálogo não foi restabelecido, sejam eles membros da IVª Internacional ou de outros sectores do movimento operário.

No entanto, queria perguntar aos camaradas que levantam a questão do trabalho de juventude: não devíamos também fazer da preparação da conferência de Mumbai uma alavanca para agrupar na juventude? Pois se uma “conferência contra a guerra, a exploração e a precariedade” fala em geral à classe operária, em França, por exemplo, também fala a milhões de jovens. Por uma data de razões.

Em graus diversos, também deve ser assim na maioria dos países. Uma proposta, portanto; que os camaradas reflectam nela: nos sítios onde estamos, não poderíamos submeter este apelo aos jovens e, porque não, um apelo internacional de jovens, dizendo: “Este apelo diz-nos respeito. Apelamos aos jovens para o subscreverem, por estas e estas razões; e até, a financiarem uma delegação de jovens à conferência de Mumbai.” Não sei se é válido.

Em França, onde intervimos todas as semanas em pelo menos vinte universidades, tal passo teria certamente amplo eco. Aliás, a assinatura do apelo contra a destruição do Código do Trabalho obtém igualmente considerável impacto na juventude. Das 30.000 assinaturas conseguidas, há milhares de jovens. Os jovens identificam a nossa defesa do Código do Trabalho com uma protecção contra o aumento da precariedade. Se reflectirmos nisto, talvez possamos começar a constituir comités de jovens para preparar Mumbai. Fica posto à discussão.

Em segundo lugar, há toda uma discussão sobre o nome. Temos tempo para reflectir até amanhã; quanto ao nome da revista, tudo se discute: *Correspondência Internacional* foi a Iª Internacional, Marx. A Iª Internacional não tinha secretariado internacional, tinha um conselho geral e,

sobretudo, um comité de correspondência. Se leram os textos da época, Marx, Engels e os demais estavam encarregados da correspondência com este ou aquele país, e essa correspondência era muito política. É a minha opinião. Não faço dela questão de princípio.

Em contrapartida, relativamente ao nome do organismo, aí há um verdadeiro carço político; queria dar o meu apoio ao que disse um camarada. Está bem, uma sigla longa não é tão boa como uma sigla curta. No entanto, o nome de um organismo, seja ele qual for, reflecte um objectivo político. Ora bem, nós não somos uma Internacional, mas também não somos uma tendência internacional.

Em França, chamamo-nos Tendência Comunista Internacionalista (TCI), porque somos uma tendência dentro de um partido que se chama Partido Operário Independente Democrático. Conseguem-se explicar a um trabalhador que somos uma tendência constituinte de um partido. Porém, à escala internacional, não somos uma tendência. Se não, é preciso dizer: “tendência” de quê? E aí, entra-se no domínio das ambiguidades. Não somos tendência de uma pretensa IVª Internacional dirigida pelo pretense “comité de correspondência”.

Estamos todos de acordo quanto a isto. Mas também não somos “a” IVª Internacional, pois foi exactamente ela que se viu desarticulada. Portanto, somos qualquer coisa com vocação para o quê? A nossa única vocação é restabelecer, restaurar, reconstituir a IVª Internacional.

Então, o que somos? Um organismo que tem por objectivo reconstituir a IVª Internacional. Dado isto, o campo do possível reduz-se. Somos o quê, para reconstituir a IVª Internacional? Uma organização, não dá. Somos um comité para reconstituir a IVª Internacional. No entanto, não somos apenas um comité para reconstituí-la, pois isso quereria dizer que esperávamos que os acontecimentos a reconstituíssem por nós; somos um comité que organiza o combate pela reconstituição da IVª Internacional. A sigla CORQI corresponde, pois, ao objectivo político.

Quanto ao que disse um camarada acerca do conteúdo do primeiro número, seja qual for o nome da revista. Há uma enorme força na discussão que temos tido aqui desde ontem. O primeiro número, que será um pouco excepcional, deve compreender extractos do relatório apresentado, os documentos adoptados e extractos da discussão.

A proposta do outro camarada americano, de comissões continentais permanentes, parece-me bem.

Quanto ao episódio que o camarada americano relembra: atribuímos grande importância ao facto de que, quando criámos o Acordo, em Barcelona, ele era realmente pela Internacional Operária. Somos por uma fórmula algébrica: combatemos “pela Internacional Operária”, que é uma perspectiva; mas, para nós, trotskistas, entendemos que o

Conferência de urgência – Turim – Fevereiro de 2016

combate pela Internacional Operária visa pôr o problema da Internacional e ajudar a dar-lhe uma resposta que tenha a forma da IVª Internacional, sem fazer disso, porém, condição. É por isso que o combate pela Internacional Operária integra as campanhas.

Em todo o caso, no que a nós, em França, diz respeito, saímos com um jornal chamado *La Tribune des travailleurs*, de que estamos preparando o nº 24 e que, em cabeçalho, leva os dizeres “*pela Internacional Operária*”, o que é prova de uma certa continuidade nossa.

O camarada tem toda a razão em relação à China. Pode-se fazer uma edição em chinês? A proposta tem duas pontas: podemos sair com o boletim em chinês? Nas correspondências regulares, podemos ter correspondências chinesas? Isto suscita uma questão interessante. O ponto de partida da reflexão é que todos os camaradas que estão empenhados connosco no combate pela reconstituição da IVª Internacional escrevem já em cada número.

Este camarada dá mais um passo, o de solicitar a pessoas que talvez não estejam ainda empenhadas neste combate, mas que, por diversas razões, se identificam, em parte, com o que fazemos, com as nossas campanhas, ou que se consideram trotskistas. A favor ou contra? Totalmente a favor, se existem e nós formos capazes de fazê-lo. O que nos traz ao dito por um outro camarada, que se sentiu picado: se é assim, os russos estão no mesmo caso, e isso interessa-nos. Isto devolve-nos ao que Lambert explicava sobre o significado do combate pela reproclamação: este combate associa pessoas cuja origem é o movimento trotskista e outras, cuja origem não é essa. É exactamente esse o papel que deve desempenhar a revista que devemos lançar.

Concordo em ter um sítio internet. No entanto, depende do que lá metermos. Concordo em pôr lá as declarações. A questão é, porém, concreta: quando sairmos com a revista, metemo-la no sítio? Não, porque se o fizermos, deixa de ser uma revista. Sim a meter lá as revistas anteriores, os comunicados, as declarações. A revista que estamos vendendo, porém, vendemo-la.

A questão suscitada pelo camarada alemão acerca do exemplo do boletim do CORQI de 1972, com a comparação face-a-face dos textos de Mandel e de Lambert, é um bom exemplo. Há, em todo o caso, uma coisa que podemos fazer — talvez fosse para um número especial da revista —, eu seria a favor de voltar a publicar o artigo do número 78 de *La Vérité* sobre Lambert e a reproclamação, o artigo do nº 83 de *La Vérité* sobre o Programa de Transição, o artigo de Lucien Gauthier que faz polémica contra ele no nº 84 de *La Vérité* e a resposta, nunca publicada, a esse artigo (“*Abriu-se uma discussão*”), pois há aí um conjunto, que incide numa discussão política sobre o lugar do partido, que pode ser extremamente educativo.

No mais, ficaríamos um tanto dependentes da produção “teórica” daquela gente, que é limitada, mas podia-se fazer com outros documentos... A ideia que o camarada alemão dá, que é de que não há nada mais formativo do que uma explicação polémica, mas que dê todos os materiais, os elementos contraditórios, é muito boa. Tem mil vezes razão.

Concordo inteiramente com o que diz o camarada da Alemanha quanto à semelhança de processos entre os com que aqui nos havemos e os do estalinismo. Não é questão de insulto ou exagero. Em França, o que a CCI está fazendo é, como podem calcular, discutido em todos os meios, nomeadamente sindicais. Vocês teriam uma surpresa se soubessem a quantidade de militantes e responsáveis sindicais, que nada têm que ver com o trotskismo, que nos dizem abertamente: “*Então, mas isso, isso é estalinismo!*” É uma avaliação muito espalhada.

Aquela gente não se pode medir competitivamente em matéria de mobilização militante. O caso está arrumado. Não se podem medir competitivamente em matéria de campanhas políticas, está arrumado; em matéria de construção do partido, arrumado. Que lhes resta? As posições nas cúpulas dos aparelhos, mais a calúnia e a violência.

Não estou dizendo isto para termos medo. Estou dizendo isto para prevenir ilusões de estabilização pacífica das relações entre eles e nós, que me parece pouco provável, em todo o caso em França. À escala internacional, poderá ser diferente. Portanto, estamos condenados a construir-nos e a ter êxito, sob pena de extermínio. Aliás, “*extermínio*” é o termo utilizado por certos membros do comité central da CCI, que dizem: “*O que vos espera é o extermínio, vamos reduzir-vos a nada, vamos exterminar-vos.*” É por isto que o que o camarada diz não é exagero. Isto sai do arsenal do estalinismo.

Eu disse que nós iríamos ao pretense congresso mundial. Além dos documentos que aqui iremos adoptar, penso que deveríamos adoptar um curto comunicado que possa sair imediatamente, dizendo que a conferência se fez, que reuniu camaradas de 17 países, com o apoio de camaradas de mais quatro países. Tomou uma série de decisões, vão ser publicados documentos. Decidiu constituir um centro internacional, publicar uma revista, prosseguir o combate por um autêntico 9º congresso mundial em que não seja posta restrição alguma à livre discussão e, em conformidade com os seus compromissos, faz a diligência para ser escutada pelos que pretendem ser o 9º congresso mundial da IVª Internacional. Enviemo-lo já no Domingo para o mundo inteiro, mandatando uma delegação para estabelecer contacto com aquela gente para saber onde se realiza o congresso, de modo a podermos apresentar-nos e ser ouvidos.

Ouvi com atenção o que disseram numerosos camaradas: em muitos países, as únicas informações que os militantes tiveram foram que “*alguns franceses se terão decidido ir embora*” por razões obscuras. Isso indica-nos, portanto, o que temos a fazer. Nas comissões continentais, proponho, portanto, que se ponha na ordem de trabalhos o planear sistematicamente, à escala continental, todos os meios que vamos usar para informar todos os camaradas do que realmente se está passando, dando-lhes meios para se pronunciarem. Não há razão nenhuma para deixar esses camaradas na ignorância ou na incompreensão do que se está passando.

Todas estas propostas vão ser sintetizadas e serão submetidas à votação dos delegados no fim da nossa conferência.

MENSAGENS

Bangladesh

Caros camaradas,

Gostaríamos de agradecer a todos os camaradas e amigos, transmitindo-lhes a saudação da secção do Bangladesh. Desejamos igualmente agradecer aos camaradas o convite para participar num evento desta importância; porém, foi-nos infelizmente impossível fazê-lo, devido à recusa de nos passarem um visto. A defesa da IVª Internacional com base na sua reproclamação e nos seus princípios constitui a única solução para se conseguir superar as actuais divergências políticas. A exclusão de um terço dos membros da direcção nacional da secção francesa e de quase metade dos seus membros configura um caso que

está longe de ser comum, um caso surpreendente e contrário à democracia. Recusar discutir divergências é revelador das intenções que se nutrem, que podem conduzir à cisão da IVª Internacional e do Acordo.

A secção do Bangladesh entende que a decisão tomada a 7 de Setembro, na reunião do pretensu SI, não foi democrática e constituiu um golpe contra a organização. Aguardamos uma solução à situação actual, baseada na discussão em presença do conselho geral tal como eleito no 8º congresso mundial. Estamos solidários do apelo à defesa da IVª Internacional e da sua unidade com base na reproclamação de 1993 e nos seus princípios.

A secção da IVª Internacional no Bangladesh

Afeganistão

Caros camaradas,

A Left Radical of Afghanistan (LRA) transmite a cada um de vocês as suas saudações calorosas e manifesta-vos a sua solidariedade e unidade. Desaponta-nos particularmente que a burocracia governamental (dos serviços consulares) nos tenha, apesar de todos os esforços envidados pelos camaradas italianos e franceses, impedido de enviar os nossos representantes a esta conferência tão importante, cujo objecto é discutir as crises da secção francesa da IVª Internacional e da IVª Internacional em 2015. Obrigado aos camaradas que organizaram este importante evento e fizeram com que ele pudesse ocorrer agora.

O imperialismo e o sistema capitalista colocam ao mundo e aos trabalhadores desafios sem precedentes: guerra, assassinatos, migrações, pobreza, doença, desastres ambientais e ameaças nucleares... unicamente a bem dos seus interesses económicos e estratégicos.

O imperialismo e os seus brutais instrumentos, como a OTAN, violam todos os valores humanitários e princípios diplomáticos, perpetrando crimes tanto nos seus próprios territórios como pelo mundo fora, em função do que lhes exigem os seus interesses.

A ocupação do Afeganistão, do Iraque, a intervenção militar na Líbia, a Tunísia, o Iémen, a Síria e a Ucrânia, a criação do Daech e de outras forças selváticas e reaccionárias contra os governos rivais demonstram a natureza profundamente belicosa e voraz do imperialismo americano e dos imperialismos agrupados na OTAN.

Para resistir às brutais e injustas políticas do capitalismo e do imperialismo e desafiá-las, não há outra força senão a dos trabalhadores e da juventude, sob a direcção das forças progressistas, armadas dos ensinamentos do marxismo.

Ao serem as primeiras e principais vítimas do capitalismo e da guerra, os trabalhadores e os jovens são as únicas forças conseqüentes que podem lutar até ao fim por construir um mundo sem guerra e sem exploração.

Em consequência, o poderio dos trabalhadores e a sua luta efectiva só se poderão realizar pela construção dos seus próprios potentes sindicatos e organizações dirigentes e pelo internacionalismo unido. É a única via que permite aos trabalhadores defender conseqüentemente as suas conquistas, arrancar novas e, no fim de

Conferência de urgência – Turim – Fevereiro de 2016

contas, destruir o inumano sistema capitalista, baseado na propriedade privada dos meios de produção e na exploração. A conferência de urgência das secções e grupos da IVª Internacional, convocada hoje com as palavras de ordem antes mencionadas, tem por objectivo reorganizar a IVª Internacional e defender os princípios em que se construiu. É responsabilidade de todas as forças revolucionárias e progressistas da IVª Internacional salvaguardar a sua unidade e não deixar as forças destrutivas prejudicar o centro dirigente dos trabalhadores, construído durante décadas e pelo sacrifício de dezenas de camaradas ímpares. Camaradas que dedicaram toda a sua vida à causa da luta dos trabalhadores, preservando os princípios do marxismo e a luta de classe operária, afastando privilégios, ameaças, vantagens materiais e uma vida pessoal confortável.

Desde que se iniciou o conflito na secção francesa da IVª Internacional, temos apelado à unidade, convidando as duas partes, maioria e minoria, a dar mostras de flexibilidade, para que se possa abrir a discussão. Baseando-se neste correio da LRA, o camarada N. Loyand trocou várias mensagens com o camarada Arpo e com o camarada Dominique, que nos responderam pacientemente e em pormenor, do que lhes ficamos agradecidos.

Vivendo no Afeganistão, em condições em que estamos ameaçados, foi-nos difícil analisar com toda a profundidade os documentos enviados tanto pela tendência como pelo “comité de correspondência”. Discutimos várias questões ligadas à recusa de pagar quotas, à publicação de um novo jornal, ao lançamento de apelos com os camaradas dos Estados Unidos, etc. Entretanto, os camaradas da Tendência responderam muito bem às nossas interrogações.

Porém, no mesmo período, recebemos do comité de correspondência várias cartas escritas no tom que é utilizado pelos patrões, pedindo-nos contas das razões pelas quais a LRA assinara apelos dos camaradas da tendência ou dos camaradas americanos.

A nossa resposta foi muito clara: *“Nós combatemos pela unidade da secção francesa e da IVª Internacional e somos favoráveis à abertura da discussão e a qualquer iniciativa que permita superar a crise.”*

É evidente que, quando se pensa que se tem razão, porque se há-de ter medo de uma discussão “face a face” e diante dos delegados da Internacional?

O Boletim nº 16 do comité de correspondência fez uma caricatura dos nossos esforços pela unidade da secção francesa e da IVª Internacional. Os camaradas do comité de correspondência não só ignoraram as salutares propostas feitas quer pela LRA quer por outros grupos filiados, como, ainda por cima, foram insultuosos quanto à nossa dedicação e ao nosso empenhamento internacionalista.

O comité de correspondência, feito alfaiate, “tirou-nos as medidas” como “pequena organização” que, na sua lógica, não tem o direito de “intervir” e assinar este ou

aquele apelo na ausência de uma “grande organização”. O comité de correspondência entrou em contra-senso ao interpretar os nossos apelos à unidade e acusou-nos de *“estarem (a LRA) numa linha de unidade a qualquer preço”*. Nós estamos convencidos de uma coisa: como é possível que camaradas que lutaram pela IVª Internacional e pela sua secção francesa durante vinte a cinquenta anos possam deixar destruir a organização que construíram e deixá-la destruir por causa de um conflito que, estamos convencidos, poderia ser resolvido por uma discussão honesta? A cisão na secção francesa da IVª Internacional só dará satisfação aos elementos burgueses nas organizações da classe operária.

É por isso que, a nosso ver, é uma questão de princípio combater pela unidade dos trabalhadores, pela unidade das organizações operárias, sejam elas “pequenas” ou “grandes”... mas nunca fomos a favor da “unidade a qualquer preço” com elementos burgueses que barram a via à discussão e às alternativas de unificação!

O dito “comité” (de correspondência) agarrou numa frase da nossa carta para utilizá-la em vantagem sua. Citaram da nossa carta: *“Sim, concordamos com a regra da maioria, a minoria deve respeitar a regra da maioria.”* Esta citação não é, bem entendido, nossa! É uma questão de princípio reconhecida, que faz parte do centralismo democrático e obriga a minoria a respeitar a decisão maioritária. Porém, do mesmo passo, a minoria tem direito à discussão e a fazer circular os seus documentos, por razões evidentes. Não é tolerável desvirtuar esta regra do centralismo democrático para fazer dela um método estalinista contra os camaradas que não pensem como nós ou discordem de nós.

O comité de correspondência conclui de modo simplista que a LRA está “entre os dois” por ter enviado artigos que foram publicados em *Informations ouvrières!* É uma lógica de “grande organização”! Os artigos da LRA, bem como as informações que enviamos sobre a situação no Afeganistão, aparecem em numerosas publicações, em numerosos sítios internet em França, na Alemanha, na Itália, nos Estados Unidos, no Japão, no Canadá... o que evidentemente não quer dizer que haja acordo, total ou parcial, entre quem escreve o artigo e quem o publica. Quer dizer simplesmente que há solidariedade entre ambos. Que pena que o nosso “irmão mais velho” tenha conhecimentos tão limitados!

Para acabar, o pobre redactor do Boletim nº 16 do comité de correspondência é apanhado em flagrante delito de mentira quando escreve: *“Eles estão no Afeganistão e pedem-lhes para se pronunciarem sobre o PPCR, sobre a atitude dos camaradas na CUT, no Brasil. É uma manobra desleal num país em que se desenvolvem guerras.”*

Não sabemos como descobriu o autor destas acusações/mentiras tal “informação”. A LRA nunca foi chamada por ninguém, inclusive pelos camaradas da tendência, a pronunciar-se sobre o PPCR ou sobre a CUT no Brasil.

Surpreende-nos como esta pessoa desiludida pode proferir tais mentiras e acusações! A única explicação

Conferência de urgência - Turim - Fevereiro de 2016

possível para tal comportamento é que o nosso interlocutor sofra de distúrbios mentais.

A suculenta peça do Boletim nº 16 do comité de correspondência acerca do Afeganistão termina com uma notinha de ridícula simpatia para com a LRA. Depois de pretenderem que alguém nos pedia para tomarmos posição sobre o PPCR e a CUT, escrevem: "*É estar a tomá-los [a LRA] como reféns!*"

O nosso "irmão mais velho" doente faz-nos pena. Nos termos da sua concepção das relações entre "pequenas e grandes organizações", considerando que, para eles, a LRA é uma "pequena organização", ela há-de servir de brinquedo a uma "grande organização", dando às "grandes organizações" o direito de tomar as pequenas como "reféns"!

Como explicámos, recebemos por correio muitos documentos, mensagens e apelos da parte de várias

organizações, mas isso de modo nenhum significa que elas nos tomem como reféns só por assinarmos este ou aquele apelo. Que mal tem assinar um apelo a favor da libertação de militantes operários presos na China, na Coreia, na Tailândia, no Paquistão, no Irão ou em Espanha? O que enfurece o comité de correspondência, o que o faz rosnar contra a LRA por ela participar na luta da classe operária no mundo contra o capitalismo e o imperialismo?

Caros camaradas e defensores da unidade da IVª Internacional, desejamo-vos uma discussão frutífera e bom trabalho. Creiam no nosso empenhamento em construir e apoiar activamente a IVª Internacional, e NÃO a estes elementos que insultam a herança da luta de classes e os princípios do marxismo.

Fraternalmente

**Left Radical of Afghanistan (LRA),
7 de Fevereiro de 2016**

Comunicado da conferência de urgência

Nos dias 5, 6 e 7 de Fevereiro de 2016, reuniu-se em Itália a conferência pela unidade da IV^a Internacional baseada no seu programa de fundação e nos textos da sua reproclamação de 1993. A conferência reuniu 46 delegados vindos de 17 países (Alemanha, Bélgica, Benim, Brasil, Burundi, Coreia, Estados Unidos, França, Grécia, Hungria, Índia, Itália, México, Paquistão, Portugal, Togo, Turquia). Camaradas de quatro outros países, impedidos de participar por razões materiais (Grã-Bretanha e Costa do Marfim) ou por não terem conseguido visto (Bangladesh e Afeganistão), deram igualmente o seu apoio à nossa conferência.

A conferência apurou ter sido integralmente custeada pelo autofinanciamento das delegações.

No termo de três dias de discussão, que incidiu na crise da IV^a Internacional, nas suas raízes e significado, bem assim como na necessidade de nos organizarmos para assegurar a continuidade política da IV^a Internacional fundada por Leão Trotsky em 1938 e reproclamada com o camarada Pierre Lambert em 1993, os participantes relevaram que o pretense “IX^o congresso mundial” convocado para os dias 8, 9 e 10 de Fevereiro de 2016 nada tinha que ver com um autêntico congresso mundial da IV^a Internacional.

A IV^a Internacional não pode existir sem livre discussão

Convocado em violação dos estatutos da IV^a Internacional, baseando-se na exclusão de metade do secretariado internacional, de quase metade do conselho geral, de secções inteiras e de grupos de militantes, baseando-se, além disso, numa acumulação de mentiras e falsificações, sem o mínimo elemento de discussão política, este congresso não será congresso algum. Pela nossa parte, reunidos nesta conferência de urgência pela unidade da IV^a Internacional, não temos a pretensão de representar a Internacional na sua totalidade. Somos uma das suas componentes, reunida com base numa apreciação partilhada, a saber, a de que a IV^a Internacional não pode existir sem livre discussão, sem livre confrontação de pontos de vista.

Entre nós, alguns camaradas chegaram à conclusão de que a crise que há mais de seis meses vem dilacerando a IV^a Internacional é fruto da cristalização de uma corrente revisionista liquidacionista e destruidora no interior da sua direcção. Nem todos os participantes na nossa conferência de urgência pela unidade da IV^a Internacional participam necessariamente desta apreciação ou, pelo menos, da sua totalidade. Contudo, todos entendemos que, para haver congresso mundial da IV^a Internacional, é condição que todas as forças representadas no VIII^o congresso mundial se possam reunir na mesma sala, confrontar posições políticas e debater livremente. Só a livre discussão com os militantes e delegados no seu conjunto permitirá determinar se

efectivamente se cristalizou, ou não, na IV^a Internacional, uma corrente revisionista liquidacionista.

Aqueles que têm a pretensão de realizar um IX^o congresso mundial têm multiplicado insultos e calúnias. Acusam a TCI e os camaradas que participam na conferência de urgência pela unidade da IV^a Internacional de serem inimigos da IV^a Internacional, ou mesmo agentes do imperialismo e inimigos do movimento operário.

Nós afirmamos: que se faça a livre discussão, só ela permitirá apurar o que é do domínio do revisionismo liquidacionista e o que é do do trotskismo.

Por isso nos pronunciamos incondicionalmente pela reconstituição da IV^a Internacional reproclamada em 1993, reconstituição baseada na abertura de livre discussão e livre circulação de textos e pontos de vista. Pronunciamos-nos pela constituição de uma comissão organizadora de um autêntico congresso mundial, composta paritariamente por representantes do que pretende ser o IX^o congresso mundial e representantes da nossa própria conferência de urgência. Iremos apresentar estas propostas aos que estão a realizar um pretense congresso mundial.

É, mais do que nunca, a hora da IV^a Internacional

De momento, e considerando: que compreendemos que do combate ora organizado depende a preservação da IV^a Internacional; que compreendemos também que, de entre as organizações que delegaram representantes ao pretense IX^o congresso mundial, muitas, e muitos dos seus militantes, participam da aspiração a reconstituir a unidade da IV^a Internacional; que sabemos que muitos militantes não dispuseram dos textos e documentos;

Mensagens enviadas ao pretense IX^o Congresso Mundial, sem resposta

Terça-feira, 9 de Fevereiro, 9h16,
Camarada A.

Recebeste a mensagem telefónica que te deixei ontem por volta das 16h?

Nela te dizia que realizámos a nossa conferência de urgência e queria saber quando vocês propõem que uma delegação venha dar conta dos seus trabalhos aos camaradas da Internacional.

Saudações,
F.

Quarta-feira, 10 de Fevereiro, 13h10,
Camarada A.

Como não tive resposta

nem a este email nem à minha mensagem telefónica de segunda-feira, tomo a liberdade de voltar a mandar-ta.

Saudações,
F.

Conferência de urgência - Turim - Fevereiro de 2016

constituímo-nos em Comité de Organização pela Reconstituição da IVª Internacional (reproclamada em 1993), com o fito de levar a cabo a livre discussão para um IXº congresso mundial genuinamente representativo de todas as forças da IVª Internacional. O Comité de Organização pela Reconstituição da IVª Internacional será simultaneamente um centro organizador com o objectivo de ajudar os camaradas a avançarem, em todos os países, na construção das forças da IVª Internacional na luta de classe, nas campanhas internacionais, no combate pela revolução mundial. Com esta base, mandatamos os 16 membros eleitos para o conselho geral no VIIIº congresso mundial, que foram parte integrante da conferência, para que constituam o organismo de animação do Comité de Organização. Com esta base, constituímos um comité de correspondência, à razão de um camarada por país, para publicar a revista regular cujo primeiro número será editado no início do mês de Março.

Decidimos comunicar o manifesto adoptado pela nossa conferência, o mais largamente possível, aos trabalhadores, militantes e jovens dos nossos países respectivos, convidando-os a aderirem ao combate da IVª Internacional. Na linha da conferência de Barcelona de 1991 que constituiu o Acordo Internacional dos Trabalhadores e dos Povos pela Internacional Operária, e no respeito das iniciativas tomadas pelos seus organizadores, apelamos a, em toda a parte, contribuir para assegurar o êxito da conferência mundial de Mumbai contra a guerra, a exploração e a precariedade. Apelamos a todos os militantes, grupos e organizações para que iniciem e prossigam a livre discussão com vista a superar a crise da IVª Internacional. Esta é, mais do que nunca, a hora da IVª Internacional.

Turim, 7 de Fevereiro de 2016

Manifesto aos trabalhadores, jovens e militantes operários do mundo inteiro, a todos os partidários da IVª Internacional

Trabalhadores, militantes, jovens,

Nós, partidários da IVª Internacional, partidários da Internacional Operária, partidários do combate pelo socialismo, reunimo-nos em Turim (Itália) nos dias 5, 6 e 7 de Fevereiro de 2016.

Uma evidência se nos impõe: onde quer que os olhos pousem, o horizonte aparece marcado pela guerra, pelo caos e pela opressão dos povos. Em toda a parte, sob a égide do imperialismo americano, os governos das grandes potências capitalistas organizam intervenções militares que desmantelam nações e geram o caos. A humanidade conhece um período em que a guerra está, na prática, generalizada a todo o mundo. Milhões de homens são lançados na senda do exílio nas piores condições; dezenas de milhar de crianças desaparecem em ignóbeis tráfico. A existência mesma das nações periga. O horizonte parece feito de destruição de fábricas e de atentados contra os direitos colectivos dos trabalhadores. Em nome da exigência de “redução dos custos do trabalho”, os governos capitalistas, seja qual for a sua cor política, procuram destruir o valor da força de trabalho. A vaga de desindustrialização e de destruição de postos de trabalho que se tem abatido sobre as grandes potências industriais alastra a todo o mundo. Os países ditos “emergentes”, o Brasil, a África do Sul, a Rússia, a Índia, são afectados, um

após outro, por fechos de centenas de milhares de fábricas e pelo lançamento dos operários no desemprego, aos milhões e dezenas de milhões. A China, apresentada como novo milagre económico, aberta ao mercado mundial sob a direcção da burocracia, conhece por sua vez vagas de destruições de empregos.

Desemprego, miséria, desertificação, desqualificação da juventude, destruição dos serviços públicos: tal é o único “futuro” que este regime em decomposição reserva à imensa maioria da classe produtiva.

No mundo inteiro, o campesinato, expulso das suas terras pelas multinacionais, vê a sua existência mesma atacada. Centenas de milhões de trabalhadores tornaram-se emigrantes.

Este regime falido não abre nenhuma saída à humanidade. A destruição do trabalho assalariado, o desinvestimento do capital da produção mais não têm feito do que alimentar um desenvolvimento sem limites da especulação. Hoje perfila-se o espectro de uma crise monetária e financeira de ainda maior monta do que a de 2008. Ela acarretará consequências mais pesadas ainda para os povos do mundo inteiro.

Reunidos nos dias 5, 6 e 7 de Fevereiro, sustentamos: nada há de inelutável nesta marcha para a barbárie e para o caos.

Conferência de urgência – Turim – Fevereiro de 2016

Ela não é fruto de não se sabe que fatalidade. O que está em causa é a decomposição do sistema capitalista assente na propriedade privada dos meios de produção. Não há fatalidade. O regime capitalista assente na procura do lucro alcançou já há muitas décadas o estágio em que deixou de ser capaz de desenvolver as forças produtivas da humanidade. Chegado ao seu estágio imperialista, o regime assente na propriedade privada dos meios de produção já só é capaz de desenvolver forças destrutivas: a economia armamentista, a economia de guerra, a droga, o tráfico de seres humanos, o tráfico de órgãos, a prostituição, a economia subterrânea.

Fazemos nossa a afirmação da grande revolucionária Rosa Luxemburgo, cem anos depois de ela a ter formulado: “Socialismo ou barbárie”, eis a alternativa para a humanidade. A hora é do combate pelo socialismo, a hora é de combater pela socialização dos meios de produção; pois, sem revolução socialista no próximo período, é a humanidade como um todo que é ameaçada de se perder. Há 25 anos, ao desmoronar-se a URSS, os ideólogos da burguesia falaram no “fim da história”. A esmagadora maioria das correntes políticas que se reviam no movimento operário alinharam-se, na altura, atrás da afirmação de que o socialismo já não tinha futuro; o capitalismo, rebaptizado economia de mercado, passava a ser o único horizonte. Todas estas correntes do movimento operário enquadraram oficialmente a sua acção política no respeito pela economia de mercado, todos sustentando que a página de Outubro de 1917 estava definitivamente voltada. À época, uma só corrente ousou afirmar alto e bom som que o combate pelo socialismo se mantinha intacto: a IVª Internacional, que preparava a sua conferência de reproclamação de 1993.

Para a IVª Internacional, cujas origens estão no bolchevismo, no combate pela revolução mundial, contra a burocratização do Estado soviético e contra a falaciosa “teoria” do socialismo num só país, a queda da URSS não abre ao capitalismo novo campo para se desenvolver. Bem pelo contrário. A mafia que, apoderando-se da economia da ex-URSS, a entregava às forças do capital, teria como consequência que toda a economia mundial fosse contaminada pela mafização. Foi isto que na altura explicámos. Foi isto que veio a ocorrer.

25 anos passados sobre a queda da URSS, o que domina é, com efeito, a decomposição, a guerra, o caos, a miséria, a desindustrialização e a destruição das forças produtivas. O facto é que nunca, em toda a história da humanidade, houve tanta riqueza acumulada num pólo da sociedade humana e tanta miséria a crescer no outro pólo da sociedade humana.

Não obstante, a classe operária combate. Em todos os continentes e em todos os países, trabalhadores e jovens multiplicam as acções de mobilização, greves, manifestações, levantamentos contra as políticas destruidoras ditadas pelo Fundo Monetário Internacional, pelo Banco Mundial, pela União Europeia e pelas multinacionais. Em toda a parte eles se erguem, da Índia à Grécia, de Portugal ao Brasil, da Coreia à China, em toda a parte a classe operária procura reunir forças para, com as suas organizações, combater — pois é a sua sobrevivência que disso depende.

Reunidos nos dias 5, 6 e 7 de Fevereiro, nós, partidários da IVª Internacional, afirmamos que não há outra saída a não ser a ruptura com o regime capitalista assente na propriedade privada dos meios de produção.

Não nos venham dizer que é inevitável a marcha para a barbárie e para a destruição, que a humanidade está condenada a perder-se. O actual nível tecnológico e de qualificação dos trabalhadores, a realidade do mercado mundial, o nível de desenvolvimento atingido pelas forças produtivas criam condições para tornar possível o maior desenvolvimento material e espiritual de toda a humanidade. As condições materiais folgadoamente permitiriam organizar correcta, científica e racionalmente a vida económica em cada país e em todo o planeta, nos termos de um plano geral. Porém, enquanto durar o domínio dos trusts, isto é, das cliques capitalistas em luta umas contra as outras, por mercados, fontes de matérias-primas, para ver qual das cliques levará a melhor sobre as outras, inevitavelmente esta guerra sem quartel se irá tornando cada vez mais destrutiva.

Enquanto a economia for orientada para a procura do lucro através da extorsão da mais-valia arrancada á força de trabalho, enquanto a produção não for reorientada para a procura da satisfação das necessidades da imensa maioria, a humanidade conhecerá o caos e a barbárie.

Nós afirmamos: há mercadorias e riqueza a mais para a economia mundial absorver — enquanto esta for dominada pelo capitalismo. Em contrapartida, se for para responder às necessidades da humanidade inteira, então não há mercadorias a mais, então não há máquinas a mais, não há forças produtivas a mais, não há operários a mais, não há camponeses a mais.

A condição para isso se tornar possível é que tudo se reorganize em ordem às necessidades da humanidade e não dos lucros capitalistas, que tudo se reorganize a partir das necessidades da sociedade. Numa palavra, o preço para tornar isso possível é o combate pelo socialismo. Arrancar o poder de Estado e o domínio da economia das mãos dessas cliques imperialistas rapaces só se torna possível, só se pode conseguir, em escolhendo a classe operária mesma a via do combate revolucionário.

Trabalhadores, militantes, jovens, se o regime capitalista sobrevive quando há já tanto tempo esgotou as suas possibilidades de desenvolvimento, se a classe operária e os povos se vêem confrontados com tão difícil situação, é por uma razão que é preciso definir claramente: nas cúpulas das organizações que historicamente se reclamam da classe operária, os dirigentes saídos dos Partidos Comunistas, dos Partidos Socialistas e de outros partidos que se reivindicam dos trabalhadores recusam-se a romper com a classe capitalista. Eles penhoraram a sua sorte à sobrevivência deste regime. São os dirigentes destes partidos, à frente de governos em França, na Grécia, em Portugal, ontem em Espanha, amanhã na Grã-Bretanha, ou em governos de coligação, como na Alemanha, que se põem à cabeça da execução da política de destruição ditada pelo capital financeiro. São estes governos e estes partidos que, prostrando-se aos pés do FMI, da União Europeia e do BCE, aceitam fazerem-se agentes da destruição da classe operária. E querem estes dirigentes, amochando ao capital,

Conferência de urgência – Turim – Fevereiro de 2016

que a classe operária e os povos aceitem meter, atrás deles, por essa senda suicida. Não há, para as dificuldades que o movimento operário tem encontrado, mesmo no próprio movimento sindical, outra explicação que não seja esta crise de direcção do movimento operário mundial.

Reunidos nestes dias 5, 6 e 7 de Fevereiro, nós afirmamos que é chegada a hora de erguer bem alto a bandeira da Internacional Operária. Desde a alvorada do movimento operário que, compreendendo o carácter universal das suas tarefas, os operários conscientes tenderam sempre a estabelecer uma associação internacional. Foi o caso da Iª Internacional, a que também se chamou Associação Internacional dos Trabalhadores, a qual, embora desaparecendo com o esmagamento da Comuna de Paris, fez o movimento operário internacional dar os seus primeiros passos. Foi o caso da IIª Internacional, que constituiu partidos poderosos que arrancaram reformas significativas para os trabalhadores do mundo inteiro. Autênticas instituições operárias inseridas na sociedade capitalista, os primeiros sindicatos, os sistemas de pensões e os contratos colectivos. Porém, isso não impediu uma camada de dirigentes de, em 1914, descair para o lado da guerra imperialista. Depois, foi Outubro de 1917. A revolução russa de 1917, cujo centenário todas as nossas organizações festejarão pelo mundo fora no ano que vem, demonstrou que, nas mais difíceis condições, mergulhados na guerra imperialista, os trabalhadores — organizados em conselhos operários, prolongamento da Comuna de Paris — foram capazes de levar a revolução proletária ao triunfo na Rússia.

Ao invés de todos aqueles que há já muito abandonaram a bandeira da revolução russa, nós afirmamos que Outubro de 1917 foi legítimo, que Outubro de 1917 foi necessário. Sejam quais forem os acontecimentos que se lhe seguiram, fossem quais fossem as traições, os trabalhadores e camponeses da Rússia demonstraram que era possível arrancar o poder das mãos da classe capitalista. Nas condições que são as do século XXI, nós estamos preparados e prontos para ajudar os oprimidos e explorados do mundo inteiro a preparar novos Outubros de 17.

Quem não sabe como Outubro de 17 concitou o entusiasmo das massas oprimidas e exploradas do mundo inteiro, como Outubro de 17 constituiu um apelo ao combate revolucionário no mundo inteiro! Contudo, o isolamento da revolução russa e os reiterados revezes da revolução alemã, açoitada pela contra-revolução mundial, alimentaram a degenerescência da Revolução de Outubro. O estalinismo, que então levantou cabeça, viria a arcar com grande responsabilidade na trágica derrota do proletariado alemão em 1933. Com a revolução mundial estrangulada, a IVª Internacional constituiu-se no combate para preservar a herança revolucionária das três primeiras internacionais e preservar a necessidade do combate pelo socialismo. Nós, partidários da IVª Internacional que nos reunimos nestes dias 5, 6 e 7 de Fevereiro, sabemos que a classe operária só é classe na medida em que estiver organizada. É por esta razão que, desde a sua fundação, a IVª Internacional considera que a defesa da independência das organizações sindicais é uma questão central. Questão que hoje adquire aspecto ainda mais determinante quando toda

a orientação do imperialismo em putrefacção se dispõe em ordem à destruição das organizações operárias, à sua integração nas instituições corporativistas, ou seja, à destruição das fundações mesmas da democracia. Outra das formas que esta ofensiva assume é a tentativa de dissolver as organizações operárias na “sociedade civil”, “ONGizá-las”. A defesa das organizações operárias, tal como a defesa de todas as conquistas da democracia, pressupõe, porém, que o movimento operário actue independentemente, recuse integrar-se e subordinar-se às instituições do capital. Em todos os países, sob formas variadas, a IVª Internacional e os seus militantes e secções combatem, ajudando os trabalhadores a dotarem-se de partidos operários independentes, partidos que ponham a sua acção no terreno da luta de classe e da Internacional Operária.

É uma tarefa que se põe em cada país.

É uma tarefa que se põe à escala internacional.

Partidários da IVª Internacional que somos, temos, desde há mais de 25 anos, combinado o combate por construir secções da IVª Internacional com a participação, juntamente com militantes, grupos e organizações saídos de todos os sectores do movimento operário, na acção internacional dos trabalhadores sob a égide do Acordo Internacional dos Trabalhadores e dos Povos. Fossem quais fossem as suas origens, todos eles se reuniram numa luta comum baseada no Manifesto contra a Guerra e a Exploração adoptado na conferência de Barcelona de 1991 sob a égide da palavra de ordem “*Abaixo a Guerra! Abaixo a Exploração!*”.

Este manifesto e esta acção, que dura há mais de um quarto de século no quadro do Acordo Internacional, tem estado focada no reconhecimento e na defesa da luta de classe, no reconhecimento e na defesa da independência das organizações operárias.

Para a IVª Internacional, a democracia operária não é um assunto de circunstância. O conteúdo da democracia operária está relacionado com o seu objectivo: “a emancipação dos trabalhadores será obra dos próprios trabalhadores”. Esta verdade histórica, relevada pelos fundadores do marxismo há já quase dois séculos, é para a IVª Internacional mais do que um lema — é programa político.

Se a emancipação dos trabalhadores só pode ser obra dos próprios trabalhadores, então o estabelecimento do regime da democracia operária, a República Universal dos Conselhos Operários, só pode ser conseguido através da democracia operária. Isto implica respeitar as diferentes correntes existentes dentro do movimento operário, o direito de cada um a defender o seu ponto de vista e confrontá-lo livremente com os dos outros. No entanto, implica igualmente ajudar sistematicamente à realização da democracia operária, ou seja, da acção da classe operária pela própria classe operária, tanto no plano político como no da luta de classe directa.

É por esta razão que os militantes da IVª Internacional fazem parte integrante do combate que, em cada país, nas formas mais apropriadas, se leva a cabo pela edificação de partidos autenticamente independentes que reúnam todas as correntes do movimento operário sob formas e em condições específicas a cada país.

Conferência de urgência – Turim – Fevereiro de 2016

De um país a outro, as condições variam, os ritmos mudam, as tradições nacionais diferem. O conteúdo da luta de classe é, porém, universal, o mercado mundial é uma realidade. Por isso, a Internacional Operária é uma necessidade. Reunidos nestes dias 5, 6 e 7 de Fevereiro, nós, membros das secções da IVª Internacional que em 2013 participámos no 8º congresso mundial desta organização, membros de organizações, grupos, simpatizantes da IVª Internacional, dirigimo-nos a todo os que procuram a via da acção de classe independente. A IVª Internacional, reproclamada em 1993, passa por uma crise grave. Nós sabemos que a reproclamação foi fruto de um longo combate por superar o desmembramento da nossa organização internacional provocado pelo pablismo revisionista e liquidacionista, que pretendia subordinar a IVª Internacional e as suas organizações ao aparelho internacional do estalinismo.

Hoje, a crise que se abate sobre a IVª Internacional é indissociável da crise do movimento operário mundial. No cerne desta última situa-se a questão da independência de classe, isto é, da independência das organizações operárias ameaçada pela política das direcções que penhoraram a sua sorte à do regime falido assente na propriedade privada dos meios de produção.

Nós, que nos reunimos neste dias 5, 6 e 7 de Fevereiro, temos confiança na capacidade da classe operária para superar os obstáculos que se erguem no seu caminho. Estamos cientes da força da democracia operária, que diz

que nenhum diktat administrativo poderá impedir uma discussão ou confrontação. Apelamos aos trabalhadores, jovens e militantes envolvidos, em cada país, na luta de classe contra o capital a reagruparem-se debaixo da bandeira da IVª Internacional.

Apelamos a todos os partidários do programa da IVª Internacional para que cerrem fileiras, iniciem a discussão e, juntos, lancem as bases para a reconstituição da IVª Internacional tal como criada por Leão Trotsky em 1938, reproclamada em 1993 com o camarada Pierre Lambert, que foi um dos principais dirigentes do combate pela sua reproclamação. Cumpre-nos hoje a nós reconstituir o quadro da IVª Internacional ao serviço da classe operária e da revolução mundial.

Conferência de urgência – Turim – Fevereiro de 2016

GLOSSÁRIO

Meios de produção

Matérias-primas, metais, pedra, petróleo, madeira, produtos animais, etc., bem como as empresas, máquinas, ferramentas necessários à sua transformação.

Forças produtivas

Meios de produção (máquinas, etc.), assim como os trabalhadores que operam os meios de produção. “Ao atingirem um certo grau de desenvolvimento, as forças produtivas materiais da sociedade entram em colisão com as relações de produção existentes ou com as relações de propriedade dentro das quais até então se moviam e que mais não são do que a respectiva expressão jurídica. Ontem ainda formas de desenvolvimento das forças produtivas, essas condições transformam-se em pesados entraves. Começa então uma era de revolução social (...). Jamais uma sociedade expira enquanto não tiver desenvolvido todas as forças produtivas que nela cabem; jamais novas relações de produção superiores se instauram enquanto as condições materiais da sua existência não tiverem eclodido no próprio interior da antiga sociedade. Por isso, a humanidade nunca se propõe senão as tarefas que pode cumprir; considerando melhor a coisa, ver-se-á que sempre a tarefa surge onde as condições materiais para o seu cumprimento estão ou já formadas ou criando-se” (Karl Marx, prefácio à *Crítica da Economia Política*)

A revolução social da classe operária revolucionária destrói as condições de produção capitalistas que entravam as forças produtivas.

Socialismo num só país

A derrota da revolução alemã mantém o isolamento da revolução de Outubro de 1917. “A desmobilização de um Exército Vermelho de cinco milhões de homens viria a desempenhar um papel considerável na formação da burocracia. Os comandantes vitoriosos ocuparam os postos importantes nos sovietes locais, na produção, nas escolas, e sempre, obstinadamente, para trazer o regime que os tinha feito ganhar a guerra civil. [...] A situação internacional puxava vigorosamente no mesmo sentido.

A burocracia soviética adquiria confiança à medida que a classe operária internacional sofria as mais pesadas derrotas.

Entre estes dois factos, a relação não é meramente cronológica, é causal e recíproca: a direcção burocrática do movimento contribuía para as derrotas; as derrotas firmavam a burocracia” (Leão Trotsky, *A Revolução Traída*).

“As grandes derrotas do proletariado europeu e os primeiros êxitos, por bem modestos que fossem, da economia soviética sugeriram a

Staline, durante o Outono de 1924, que a missão histórica da burocracia soviética era construir o socialismo num só país” (ibidem). “Na realidade, a nova teoria procurava impor à consciência social um sistema de ideias mais concreto: a revolução está definitivamente acabada; as contradições já só se atenuarão progressivamente; o camponês será assimilado pelo socialismo pouco a pouco; a evolução, no seu conjunto, independentemente dos acontecimentos exteriores, continuará a ser regular e pacífica” (ibidem).

URSS

União das Repúblicas Socialistas Soviéticas.

Mais valia

Ao contrário do que diz a ideologia burguesa, o salário que o capitalista paga ao operário não é o pagamento do seu trabalho. Com o salário, o capitalista só paga ao operário a mercadoria que lhe compra: a força de trabalho do operário. O capitalista compra a força de trabalho por um valor que corresponde ao tempo de trabalho necessário à sua produção (alimento, vestuário, alojamento...) e reprodução (filhos e alimento, educação, instrução destes...). O valor da força de trabalho varia e depende do desenvolvimento da luta de classe da classe operária. Mas a força de trabalho posta em movimento por hora ou dia de trabalho produz mais valor do que o exigido para a sua produção e reprodução. É deste valor suplementar produzido por unidade de tempo que o capitalista integralmente se apropria.

Comuna

A Comuna de Paris (18 de Março de 1871 a 28 de Maio de 1871), modelo dos conselhos operários ou sovietes. “Fundamentalmente, ela foi um governo da classe operária, o resultado da luta dos produtores contra a classe apropriadora, a forma política enfim achada em que a emancipação económica do trabalho se podia cumprir.” (Karl Marx, *A Guerra Civil em França*).

1914. Uma camada inteira de dirigentes da IIª Internacional alinhada-se ao lado da guerra imperialista

“A guerra de 1914-1918 rachou a IIª Internacional de um só golpe em dois campos separados por trincheiras. Cada partido socialista defendeu a sua própria pátria. Vários anos depois da guerra, estes irmãos inimigos peritos na traição reconciliaram-se e proclamaram uma amnistia mútua.” “Hoje, na aparência, a situação na IIª Internacional mudou radicalmente. Todas as

suas secções estão politicamente de um e um mesmo lado das linhas militares, no campo dos Aliados...” (Manifesto: a guerra imperialista e a revolução proletária mundial, 23 de Maio de 1940).

Conselhos Operários

Em russo: sovietes. Nos conselhos operários, organiza-se toda a classe operária das empresas e bairros. Ela elege os seus delegados (revogáveis a todo o momento) ao nível da cidade, da região... na forma da frente única operária e, por fim, ao nível mais elevado, na forma do Estado operário. É a esta forma que a classe operária recorre para organizar e centralizar o seu domínio na revolução de Outubro de 1917, incluindo inicialmente delegados não revolucionários e organizações cujas direcções continuavam a praticar a colaboração de classes. Só quando são dirigidos por uma direcção revolucionária da classe operária é que os conselhos operários adquirem um conteúdo revolucionário (excluindo a colaboração de classes). Diferentemente da Comuna de Paris, na Rússia, em 1917, os sovietes organizaram-se à escala nacional em “Congresso Pan-Russo dos Sovietes”. Triunfaram por ter sido o Partido Bolchevique, partido revolucionário, que se pôs à sua cabeça.

Pablismo

Corrente liquidacionista na IVª Internacional, dirigida por Michel Pablo, que originou a crise que desarticulou a IVª Internacional em 1950-1953.

Pablo controlava o secretariado internacional e a direcção da secção francesa (Partido Comunista Internacionalista, PCI). O seu revisionismo traduzia-se em rejeitar a posição de fundo da IVª Internacional: “A premissa económica da revolução proletária já atingiu há muito o ponto mais alto a que pudesse chegar sob o capitalismo. As forças produtivas da humanidade deixaram de crescer.” Além disso, o pablismo considera que a burocracia estalinista, coveira da revolução de Outubro, seria, na iminência da Terceira Guerra Mundial, levada a dirigir a revolução proletária e teria a vontade de o fazer.

O pablismo considera, por fim, que, nos países dominados pelo imperialismo, partidos burocráticos ou nacionalistas burgueses podem dirigir com êxito a luta contra o imperialismo, suprimindo assim a ausência de partidos operários. Deste modo, o pablismo entrega a realização do socialismo a forças do aparelho e a organizações pequeno-burguesas, que são hostis ao socialismo. Passa-se, deste modo, para posições de frente popular.